

UFRRJ
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO

A Baixada Fluminense para além da zona de sacrifício: percepções dos gestores sobre o potencial local a partir do PNMNI e o papel da Educação Ambiental.

YASMIM KATELINE DE OLIVEIRA MEIRA

Nova Iguaçu, RJ.
2025.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A Baixada Fluminense para além da zona de sacrifício: percepções dos
gestores sobre o potencial local a partir do PNMNI e o papel da Educação
Ambiental**

YASMIM KATELINE DE OLIVEIRA MEIRA

Sob a Orientação da Professora Doutora

Edileuza Dias de Queiroz

Dissertação apresentada ao programa de
pós graduação em Geografia da
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, para a obtenção do grau de
Mestre em geografia. Campo temático:
Território e Dinâmicas da natureza.

Nova Iguaçu, RJ,

2025.

M499 b Meira, Yasmim Kateline de Oliveira, 2001-
 A Baixada Fluminense para além da zona de
sacrifício: percepções dos gestores sobre o potencial
local a partir do PNMNI e o papel da Educação
Ambiental / Yasmim Kateline de Oliveira Meira. -
Mesquita, 2025.
 73 f.: il.

 Orientadora: Edileuza Dias De Queiroz.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pos Graduação Em
Geografia (PPGGEO), 2025.

 1. Baixada Fluminense. 2. Território. 3. Zona de
Sacrifício. 4. Unidade de Conservação. I. Queiroz,
Edileuza Dias De, 1967-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pos
Graduação Em Geografia (PPGGEO) III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 47/2025 - IGEO (11.39.00.34)

Nº do Protocolo: 23083.051115/2025-51

Seropédica-RJ, 04 de setembro de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

YASMIM KATELINE DE OLIVEIRA MEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/08/2025.

Edileuza Dias de Queiroz. Dra. UFRRJ

(Orientadora, presidente da banca)

André Santos da Rocha. Dr. UFRRJ

(Membro Interno)

Guilherme Preato Guimarães. Dr. UERJ

(Membro Externo)

(Assinado digitalmente em 04/09/2025 13:20)

ANDRE SANTOS DA ROCHA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIA (11.39.39)
Matrícula: ###326#9

(Assinado digitalmente em 04/09/2025 21:30)

EDILEUZA DIAS DE QUEIROZ
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIM (12.28.01.00.00.87)
Matrícula: ###65#1

(Assinado digitalmente em 04/09/2025 14:11)

GUILHERME PREATO GUIMARÃES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.367-##

Dedicatória

Dedico este trabalho a meus pais que nunca deixaram de acreditar no meu potencial,
mesmo quando eu mesma achava que não era capaz.

Dedico também a todos os moradores da Baixada Fluminense, que possamos olhar
para o nosso território com mais carinho, porque esse é o *nosso lugar*.

*“Amo aqueles que plantam árvores sabendo que não se assentarão à sua sombra.
Plantam árvores para dar sombra e frutos àqueles que ainda não nasceram.”*

Rubem Alves

Agradecimentos

Aos meus pais, Carla Roberta de Oliveira Sanches Meira e Willys Tavares Meira, por todo o amor, apoio incondicional e por nunca duvidarem da minha capacidade, mesmo quando eu mesma duvidava. Este trabalho também é de vocês.

Aos amigos e amigas de caminhada acadêmica, pelas trocas tão ricas, pelo companheirismo nos desafios e pelas risadas que tornaram o processo mais leve. Cada conversa, partilha e apoio foi essencial para atravessar os momentos de pressão e incerteza que acompanham a escrita de uma dissertação. Em especial, agradeço a Jéssica Severino Assunção e João Paulo Alves.

À equipe do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, pelo acolhimento generoso e pela disponibilidade em compartilhar suas vivências e saberes. Em especial, agradeço à gestora Marcela Diniz, à coordenadora de Educação Ambiental Viviane Brito e ao Secretário Municipal de Meio Ambiente de Nova Iguaçu, Edgar Martins, por contribuírem de forma essencial para a construção desta pesquisa.

À minha orientadora, Edileuza Dias de Queiroz, por sua orientação cuidadosa, generosa e comprometida. Obrigada por me guiar com zelo e carinho, e por ensinar, com o exemplo, que a universidade pode, e deve, ter os pés no chão e o coração no território.

Agradeço também à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), por me permitirem pensar e caminhar a partir do território que me atravessa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 - This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Epígrafe

“A linguagem tem a possibilidade de fazer curtos-circuitos em sistemas orgânicos intactos, produzindo úlceras, impotência ou frigidez. Porque são as palavras que carregam consigo as proibições, as exigências e expectativas. E é por isto que o homem não é um organismo mas este complexo lingüístico a que se dá o nome de personalidade.”

Rubem Alves

Resumo

MEIRA, Yasmim Kateline de Oliveira. **A Baixada Fluminense para além da zona de sacrifício: percepções dos gestores sobre o potencial local a partir do PNMNI e o papel da Educação Ambiental.** 2025, 126 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2025.

A Baixada Fluminense (BF), localizada no Rio de Janeiro, marcada historicamente por processos de estigmatização e exclusão, é um território periférico da metrópole fluminense. Essa condição foi construída ao longo de décadas por meio de uma lógica de exploração e subalternização da região em relação à capital, que a transformou em uma zona de sacrifício. Nesse contexto, é importante pensar como a relação entre sociedade e natureza se manifesta nesse território, visto que a produção desse espaço é marcada por desigualdades socioambientais. Nova Iguaçu, que é o locus dessa pesquisa, possui um significativo percentual de seu território coberto por áreas verdes, o que evidencia uma das potencialidades da região. Portanto, a pesquisa teve como objetivo central analisar o processo de formação territorial e ambiental da Baixada Fluminense a fim de verificar se/como o discurso produzido nesse processo afeta o uso público nas Unidades de Conservação. Para alcançar esse objetivo, foram utilizadas referências teóricas sobre território, natureza e poder, além da realização de entrevistas com o secretário do meio ambiente de Nova Iguaçu, a Coordenadora de Educação Ambiental e a gestora do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, com uma metodologia voltada para o método dialético e a análise crítica do discurso das entrevistas e dos recortes de jornais para entendermos como a produção de uma narrativa acerca da BF contribui para a falta de pertencimento territorial da sociedade e a falta de uma consciência ambiental sobre esses espaços de conservação. A Educação ambiental adentrou essa pesquisa na perspectiva de um possível potencializador para a melhora dessa problemática, atuando como ponte entre a sociedade e a natureza, fortalecendo o sentimento de pertencimento. Os resultados da pesquisa demonstram que essa identidade territorial ainda se encontra marcada por um viés estigmatizante, prejudicando a relação entre natureza e sociedade. No entanto, ficou evidente que as práticas de educação ambiental desenvolvidas no território, especialmente aquelas voltadas ao diálogo com a comunidade, têm potencial para transformar olhares e firmar vínculos entre a população e os espaços naturais. Trata-se de um trabalho contínuo, paciente e coletivo, mas, que apresenta caminhos possíveis para reconfigurar essas relações na região. Assim, reforça-se a importância de políticas públicas que valorizem a educação ambiental como instrumento de mediação e de pertencimento territorial, sobretudo em contextos historicamente marcados pela exclusão e estigmatização, como é o caso da Baixada Fluminense.

Palavras chaves: Baixada Fluminense; Território; Zona de Sacrifício; Unidades de Conservação;.

Abstract

MEIRA, Yasmim Kateline de Oliveira. **The Baixada Fluminense beyond the sacrifice zone: managers' perceptions of local potential based on the PNMNI and the role of Environmental Education.** 2025, 126 p. Dissertation (Master's Degree in Geography). Graduate Program in Geography, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2025.

The Baixada Fluminense (BF), located in Rio de Janeiro and historically marked by processes of stigmatization and exclusion, is a peripheral territory of the Rio metropolis. This condition has been built up over decades through a logic of exploitation and subordination of the region in relation to the capital, which has turned it into a sacrifice zone. In this context, it is important to think about how the relationship between society and nature manifests itself in this territory, given that the production of this space is marked by socio-environmental inequalities. Nova Iguaçu, which is the locus of this research, has a significant percentage of its territory covered by green areas, which highlights one of the region's potentialities. Therefore, the main objective of the research was to analyze the process of territorial and environmental formation in the Baixada Fluminense in order to see if/how the discourse produced in this process affects public use in Conservation Units. To achieve these objectives, we used theoretical references on territory, nature and power, as well as interviews with Nova Iguaçu's Secretary of the Environment, the Environmental Education Coordinator and the manager of the Nova Iguaçu Municipal Natural Park, using a methodology based on the dialectical method and critical discourse analysis of the interviews and newspaper clippings to understand how the production of a narrative about the BF contributes to society's lack of territorial belonging and the lack of environmental awareness about these conservation spaces. Environmental education entered this research from the perspective of a possible enhancer for improving this problem, acting as a bridge between society and nature, strengthening the feeling of belonging. The results of the research show that this territorial identity is still marked by a stigmatizing bias, damaging the relationship between nature and society. However, it was clear that the environmental education practices developed in the territory, especially those aimed at dialog with the community, have the potential to transform views and establish links between the population and natural spaces. This is ongoing, patient and collective work, but it presents possible ways to reconfigure these relationships in the region. This reinforces the importance of public policies that value environmental education as an instrument of mediation and territorial belonging, especially in contexts historically marked by exclusion and stigmatization, as is the case in the Baixada Fluminense.

Key words: Baixada Fluminense; Territory; Sacrifice Zone; Conservation Units;.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Conceitos e principais autores trabalhados:	5
Quadro 2- Conceitos centrais de cada Autor do conceito de Território	5
Quadro 3- Conceitos centrais de cada autor do conceito de Baixada Fluminense.	6
Quadro 4- Conceitos centrais de cada autor do conceito de História Ambiental.	7
Quadro 5- Conceitos centrais de cada Autor do conceito Unidades de Conservação	7
Quadro 6 - Conceitos centrais de cada Autor do conceito de Educação Ambiental	8
Quadro 7 - Síntese dos objetivos e dos respectivos caminhos metodológicos	9

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Mapa geomorfológico da Baixada Fluminense	2
Figura 2: Organograma da estrutura da pesquisa.	12
Figura 3: Reportagem acerca das intervenções de saneamento na Baixada Fluminense nos anos de 1940.	21
Figura 4: Matéria do Jornal O globo - 20/10/2011	24
Figura 5: Mapa de esgotamento sanitário na Baixada Fluminense.	25
Figura 6: Ranking de Saneamento de 2023	26
Figura 7: Mapa do percentual de população da Baixada e da capital não atendida com água (2018) em relação a estimativa da população em (2021)	27
Figura 8 : Recorte de jornal O'Globo 01/02/2005	29
Figura 9: Recorte de jornal O Globo do dia 15 de março de 2011	31
Figura 10: Imagem do Aterro de Gramacho	32
Figura 11 : Momentos da Prática social	40
Figura 12: Recorte do Jornal O Globo 02/09/1990	41
Figura 13: Recorte do Jornal O Globo 21/12/1980	42
Figura 14: Recorte do jornal o globo 30/10/1990	43
Figura 15: Prática da Construção Territorial	44
Figura 16: Mapa do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.	53

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Materiais e Métodos.....	4
CAPÍTULO 1 - ENTRE A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A VULNERABILIDADE AMBIENTAL: A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DA BAIXADA FLUMINENSE.....	14
1.1 Baixada Fluminense: as faces de um território.....	14
1.2 Considerações sobre História Ambiental.....	17
1.3 A relação da Baixada com a Natureza.....	20
1.4 -A quem serve os territórios desvalorizados, ou melhor, as zonas de sacrifício?.....	32
1.5 - O imaginário coletivo e o poder como peça chave territorial.....	37
CAPÍTULO 2- A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO AMBIENTAL: A QUEM SERVE ?.....	46
2.1 Territórios legalmente protegidos: legislação e criação, por que e pra quem?.....	46
2.2 O Territórios dentro de um Território: o caso da Baixada Fluminense.....	50
CAPÍTULO 3 - EM BUSCA DE NOVOS OLHARES PARA A BAIXADA FLUMINENSE.....	52
3.1 Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu: uma análise do território através da gestão.....	52
3.2. Gestão ambiental em territórios marginalizados: o caso da Baixada Fluminense.....	59
3.3 Educação Ambiental: um possível caminho para o enfrentamento de questões socioambientais.	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
Referências.....	73
APÊNDICES.....	76
ANEXOS.....	80

Introdução

A Baixada Fluminense é uma região marcada por intensos processos de urbanização, desigualdade e estigma histórico, é comumente retratada nos discursos midiáticos e sociais a partir das ausências (Simões, 2011): a falta de infraestrutura, de políticas públicas e entre muitas outras. Contudo, essa narrativa discursiva não é neutra, nem nasce do nada. É produzida e construída para reforçar um imaginário coletivo que estigmatiza o território, esvaziando suas potências e complexidades. É preciso, então, questionar: quais são os mecanismos que promovem a naturalização e a consolidação do estigma que recai sobre esse território?

Dessa forma, esta pesquisa parte da inquietação diante dessas representações, para compreender como se constroem os discursos sobre a Baixada Fluminense e quais os efeitos desses discursos sobre a vivência ambiental e territorial da população. A partir do diálogo entre a geografia e a história ambiental deste território, busca-se evidenciar como a Baixada é atravessada por disputas simbólicas, políticas e socioambientais, ao mesmo tempo em que abriga potencialidades e resistência, que são o norte para redirecionarmos essas narrativas que circundam o território.

Nesse caminho, torna-se primordial analisar, primeiramente, a Baixada do ponto de vista de sua História Ambiental. Visto que esse campo busca compreender as relações entre sociedade e natureza ao longo do tempo, considerando os impactos mútuos que moldam os territórios – os impactos das narrativas, por exemplo – possibilitando assim construirmos um caminho de como isso se assenta e se naturaliza na vida da sociedade que está presente nesta região. No caso da Baixada Fluminense, a história ambiental permite evidenciar como as transformações no uso do solo e a expansão urbana desenfreada foram condicionados por escolhas políticas, econômicas e sociais que não levaram em conta os ecossistemas locais e condicionaram a população a pensar a Baixada de um jeito específico, de acordo com a narrativa dominante. Estudar a história ambiental da Baixada é, portanto, uma forma de reconectar a narrativa territorial deste local às dimensões ecológicas que a constituem, e de desestabilizar os discursos que reduzem essa região apenas a carências e estigmas.

Começamos, entretanto, pelo início: a denominação Baixada Fluminense. Segundo Tavares (2007), “falar da Baixada Fluminense é se apropriar de uma categoria carregada de significados de múltiplas construções discursivas. São inúmeras Baixadas que, na verdade, se referem a uma Baixada, primeiramente, de cunho geográfico.” (Tavares, 2007, p. 39).

Portanto, temos muitas formas de narrativas para se falar da Baixada Fluminense, podemos falar em uma “Baixada Política”, marcada pelas relações institucionais e pela atuação dos poderes públicos (Oliveira 2004, *Apud* Simões, 2007) ou de uma “Baixada histórica” como nos estudos do IPAHB (Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense), identificada com a chamada “Grande Iguaçu”. De acordo com Simões (2004, p. 48), “a despeito de inúmeras tentativas de delimitar esta região, geopoliticamente este é um termo (Baixada Fluminense) que cada vez mais se identifica com a área original do antigo município de Iguaçu, nome oficial de Nova Iguaçu até 1916.”

Falemos então do conceito primeiro da Baixada, o morfológico. Segundo Souza Alves (2020, pg 69):

“Geograficamente a Baixada Fluminense corresponderia à região de planícies que se estendem entre o litoral e a Serra do Mar, indo do município de Campos, no extremo

norte, até o de Itaguaí, próximo a cidade do Rio de Janeiro. Outro conceito geográfico também recorrente é o de Baixada ou Recôncavo da Guanabara, restrito à região do entorno da Baía da Guanabara, indo de Cachoeira de Macacu a Itaguaí.”

Figura 1: Mapa geomorfológico da Baixada Fluminense



Fonte: Adaptada do Embrapa por André Rocha (2014)

Porém, apesar de termos diversas formas de abordar esse território e do seu nome – Baixada Fluminense – advir de um conceito geomorfológico, da raiz da palavra; Geograficamente a palavra *Baixada* significa “depressão de terreno” e “Pequena planície situada entre montanhas”, já *fluminense* viria a ser derivada da palavra “fluem”, ou “rio” em latim, ou seja, “terras baixas cortadas por rios” (Enne, 2013). Entretanto, este conceito passa por diversas reformulações de sentido – dependendo de quem o cunha –, portanto, pensar esse território é se deparar com uma gama de variedades de sentidos destinados à mesma região.

Desse modo, se as dinâmicas que naturalizam todo esse processo, e consequentemente são responsáveis pela construção de um território, estão a todo momento se adaptando ao discurso dominante, ora elas podem tratar esse território como algo positivo – incluindo ou excluindo municípios da região –, se isso lhes beneficiar, ora como algo negativo, quando não for mais benéfico.

Outrossim, uma das potencialidades marcantes da Baixada são suas áreas verdes. Nova Iguaçu, por exemplo, conta com 39% dos remanescentes que cobriam a totalidade do território (Atlas de Remanescente da mata Atlântica- Fundação SOS Mata Atlântica/ INPE 2008 *Apud* Oliveira, Duarte E Freitas, 2010), e vale ressaltar que 69% do território iguaçuano é constituído por espaços legalmente protegidos (Queiroz, 2018). A Baixada Fluminense como um todo possui 36,27% do território ocupado por áreas verdes (Rio De Janeiro, 2017).

Essas áreas verdes se manifestam, em grande parte, na forma de Unidades de Conservação (UCs), que são estruturas jurídico-políticas de proteção ambiental que delimitam espaços com o objetivo de conservar a biodiversidade, os recursos naturais e promover o uso

sustentável (SNUC, 2001). Na Baixada Fluminense, a presença significativa desses territórios evidencia uma dimensão analítica que contrasta com os estigmas historicamente associados à região. E que levanta outras questões, se essa região é tida de forma tão estigmatizada, como essas áreas são encaradas pela população? Neste contexto, destaca-se o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI), que será objeto central desta pesquisa, que nos ajudará a entender como esses espaços legalmente protegidos se relacionam com a Baixada.

Nesse viés, se faz interessante pensarmos porque, apesar de tantas potencialidades, o foco de disseminação midiática acerca desta região é outro. “Nas décadas de 1960 e 1970, o senso comum e a imprensa criaram o conceito de Baixada Fluminense como o lugar da pobreza, das carências, da violência, do banditismo e dos grupos de extermínio” (Simões 2011, P 19) . Esse tipo de pensamento se difunde e prevalece até os dias atuais, criando e remendando as noções identitárias acerca deste território, e até o próprio nome “Baixada” se torna algo diferente de sua caracterização geográfica, como nos pontua Enne:

(...) a própria palavra “baixada”, que de forma genérica designa geograficamente uma “região de terras baixas”, tomando como referência o nível do mar, para alguns está diretamente associada a uma ideia estigmatizante: a região teria sido denominada de “baixada” para indicá-la como inferior, como “algo que está abaixo”. (Enne, 2013. P. 11)

Nesse sentido, como moradora da Baixada Fluminense, vivi e ainda vivencio diversas narrativas distorcidas sobre o lugar onde habito. Por muito tempo, o medo que se infiltrava nos discursos sobre esse território também me atravessou e me impediu de enxergar as potências que existiam ao meu redor. Esse olhar só começou a mudar quando ingressei na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde tive a oportunidade de conhecer mais profundamente as áreas verdes presentes na região.

Ao longo da graduação – também cursada na Baixada –, conforme fui me aproximando da área da Educação Ambiental, comecei a me questionar sobre os motivos que levavam essas potencialidades a serem ignoradas, enquanto o território era (e ainda é) sistematicamente estigmatizado, sobretudo pela mídia hegemônica.

A partir do meu envolvimento com as Unidades de Conservação, especialmente por meio do PIBIC em 2022, em que atuei com trilhas interpretativas, e da minha participação no grupo de pesquisa Observatório de Gestão das Unidades de Conservação da Baixada Fluminense – além da monografia que desenvolvi na graduação – fui me aprofundando no reconhecimento do descaso com áreas legalmente protegidas do território. Compreendi, então, que a invisibilidade não se dava apenas pela ausência de vínculo afetivo da população com o espaço, mas também pela negligência do próprio poder público. A escassez de políticas públicas efetivas se apresenta, nesse contexto, como um motor dessa invisibilidade.

Por isso, pesquisar a Baixada e suas potencialidades é, para mim, uma forma de reafirmar esse território como lugar de identidades, saberes diversos e encontros potentes. Falar sobre a Baixada é mostrar que ela é plural, viva, atravessada por múltiplos conhecimentos e (re)conhecimentos. É também descentralizar os olhares da pesquisa acadêmica, deslocando-os do centro do Rio de Janeiro para suas periferias. E, principalmente, é tensionar o olhar do poder público, que historicamente tem se mantido distante desse território – contribuindo, inclusive, para o distanciamento e o sentimento de abandono por parte da própria população moradora.

Dessa forma, a questão central da pesquisa é: Como a produção de um discurso de desvalorização sobre a Baixada Fluminense pode contribuir com a sua estigmatização e da negação da sustentabilidade das áreas verdes?

E as perguntas norteadoras são:

- Como as Unidades de Conservação são afetadas com esse estigma?
- Quais os possíveis conflitos que podem ser gerados a partir disso?
- A Educação Ambiental pode contribuir para a mitigação dessa problemática?

Nesta perspectiva, para responder as perguntas que foram criadas com a proposta desta pesquisa os seguintes objetivos foram propostos:

- **Objetivo geral:** Analisar o processo de formação territorial e ambiental da Baixada Fluminense a fim de verificar se/como o discurso produzido nesse processo afeta a sustentabilidade das Unidades de Conservação.

E Objetivos Específicos:

- Compreender o contexto histórico ambiental da Baixada Fluminense;
- Verificar como o processo histórico ambiental interferiu na concepção da relação sociedade-natureza;
- Averiguar como a sobreposição¹ territorial de espaços legalmente protegidos se relacionam com o viés estigmatizante da Baixada Fluminense;
- Analisar a percepção de gestores sobre o potencial da EA como um caminho para a mitigação do discurso estigmatizado da Baixada, através do PNMNI

Materiais e Métodos

Torna-se importante discutirmos o método que será utilizado para respondermos às perguntas, pois neste trabalho entende-se o método como “o caminho seguido pela razão para a aquisição da ciência” (Barreto E Honorato, 1988, p. 40) e a técnica utilizada seria “a operacionalização do método”. Nesse sentido, é importante salientar que essa pesquisa se concentra no método *Dialético*.

Portanto, o método *Dialético*, que possui Marx e Hegel como seus principais pensadores, tem como premissa a explicação do movimento e transformação das coisas, e nesta presente pesquisa a Dialética trabalhada será aquela com um viés mais pensado por Marx, que adquire um caminho mais filosófico, pois apesar de Hegel e Marx concordarem que o que sustenta esta tese seria a oposição dos contrários, “enquanto Hegel localiza o movimento contraditório na lógica, Marx o localiza no seio da própria coisa, de todas as coisas e em íntima interação com elas” (Barreto; Honorato, 1998, pg 52). Segundo os mesmos autores, a compreensão dialética se daria na totalidade:

significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes.

A utilização do método dialético se justifica, portanto, em compreender a contradição dessas partes que estão interagindo no território. Na dialética não analisamos as partes separadamente, mas entendemos que estas compõem um sistema maior. A realidade é marcada por contradições entre capital e trabalho, centro e periferia, natureza e sociedade, entre outros. Dessa forma, a dialética não nega as tensões: ela parte delas para entender como

¹ É importante frisarmos aqui que quando se fala em sobreposição nesta pesquisa queremos dizer a sobreposição do território das Unidades de conservação no território da Baixada Fluminense, ou seja, a sobreposição de territórios materiais constituídos político-administrativamente.

os processos se movem. E é por isso que este é o método que utilizamos para entender as problemáticas que cercam nossa pesquisa. Entendendo que as problemáticas que estamos tratando na pesquisa não se não separadamente nem de modo isolado, elas fazem parte de uma tensão maior, produzida pelo capitalismo.

Podemos definir que esta pesquisa é de cunho qualitativo pois busca compreender aspectos subjetivos acerca da Baixada Fluminense, nos pautando sobretudo em analisar as respostas e não quantificar. Uma das etapas será a aplicação de entrevistas para a gestora da Unidade, o Secretário do Meio Ambiente de Nova Iguaçu e a Coordenadora de Educação Ambiental da Unidade referida.

Os Quadros a seguir – da 1 a 5 – pontuam os principais autores que foram utilizados e os conceitos centrais de cada autor na perspectiva que contribuiu para a presente pesquisa e para o entender melhor os conceitos chaves utilizados:

Quadro 1- Conceitos e principais autores trabalhados:

Conceitos	Autores Trabalhados
Território	• Haesbaert; (2015; 2014; 2004)
	• Raffestin; (1993)
	• Foucault; (1999, 1988, 1979)
Baixada Fluminense	• Simões (2007; 2011)
	• Pereira (1977)
	• Soares (1960)
	• Rocha (2014;2022)
Unidades de Conservação	• Guerra e Correia (2009)
	• Vallejo (2002; 2017)
	• Queiroz (2018; 2016)
Educação Ambiental	• Guimarães (2016; 2021) • Queiroz (2018; 2016) • Loureiro (2009; 2014) • Acsehrad (2004)

Fonte: Organizado pela Autora

Quadro 2- Conceitos centrais de cada Autor do conceito de Território

Autores trabalhados no conceito de Território	
Autores	Ideias Centrais
Haesbaert	O território em um viés identitário, entendendo as relações sociais como produtoras do território.
Raffestin	Trabalha o território no viés das relações de poder, assentadas nas mãos de poucos, que o constituem.
Foucault	Pensar o poder como peça chave territorial, o autor o analisa como algo que circula e funciona em cadeia e em rede. Trabalhar o espaço-território com a perspectiva Foucaultiana é analisar as relações de poder que se estabelecem no espaço e enxergar a rede que se constrói a partir dela.

Fonte: Organizado pela Autora

Quadro 3- Conceitos centrais de cada autor do conceito de Baixada Fluminense.

Autores trabalhados nos conceitos de Baixada Fluminense	
Autores	Ideias Centrais
Pereira; Mendes; Soares; Simões	Esses autores contribuíram na pesquisa no viés de entendermos que para falar da Baixada Fluminense, não podemos fugir de alguns clássicos para entender certas dinâmicas desse território. Esses autores sobretudo se concentram na introdução, visto que aqui não se cabe recontar as dinâmicas históricas e clássicas da Baixada, mas sim entendê-las para que nosso estudo seja relevante.
André Rocha	Trabalha o Conceito de Baixada Fluminense de maneira a não cristalizá-la, nem naturalizá-la, para que assim se torne possível vislumbrar os pequenos detalhes que constituíram o território que hoje está posto. Entendendo a construção do território como esse binômio Território/ representação.
Ana Lucia Enne	Enne contribui para esta pesquisa ao analisar como as narrativas sobre a Baixada Fluminense foram historicamente construídas e disseminadas pelas

	mídias, a ponto de se infiltrarem no cotidiano dos próprios moradores da região, moldando percepções, identidades e formas de pertencimento ao território.
--	--

Fonte: Organizado pela Autora

Quadro 4- Conceitos centrais de cada autor do conceito de História Ambiental.

Autores Trabalhados no conceito de História Ambiental	
Autores	Ideias Centrais
Worster	A perspectiva de Worster é fundamental para compreender como os ambientes naturais não são apenas pano de fundo das ações humanas, mas sujeitos históricos, constantemente reconfigurados pelos usos econômicos, sociais e políticos. Entendendo, sobre tudo, que nós não somos sujeitos separados da natureza.
Carlos Walter Porto Gonçalves	Por sua abordagem crítica e geográfica sobre a relação entre sociedade e natureza, fundamental para pensar a história ambiental da Baixada Fluminense. Seu olhar contribui para desconstruir a visão naturalizada da degradação ambiental, evidenciando os processos históricos e sociais que moldam o território. Sua perspectiva ajuda a compreender a natureza como construção histórica e campo de disputa.

Fonte: Organizado pela autora.

Quadro 5- Conceitos centrais de cada Autor do conceito Unidades de Conservação

Autores trabalhados no conceito de UC ²	
Autores	Ideias centrais
Vallejo	Na perspectiva de pensar a criação das Unidades de Conservação e as políticas que nortearam esta criação, pensando em como

² Vale ressaltar que a Educação ambiental adentra este trabalho ao longo de toda a pesquisa, mesmo que venha a aparecer propriamente dita apenas no capítulo 3, é entendido pela autora que a EA é um tema que norteia todo o trabalho.

	elas se relacionam com o Meio Ambiente e de que forma não foram apenas reproduzidas de uma maneira estadunidense.
Guerra e Correia	Na Perspectiva de compreender os aspectos, características e legislações que moldam a criação de uma Unidade de Conservação.
Queiroz	Na perspectiva de compreender o uso público nas UCs e o que tange a Educação Ambiental nas Unidades

Fonte: Organizado pela Autora.

Quadro 6 - Conceitos centrais de cada Autor do conceito de Educação Ambiental

Autores trabalhados no conceito de EA.	
Autores	Ideias Centrais
Guimarães	Na perspectiva de enxergar a Educação ambiental como um viés de transformação da realidade e como uma impulsionadora para o rompimento do paradigma sociedade x natureza.
Queiroz	Entendendo a Educação ambiental, somada com a extensão, como uma prática que visa a transformação da realidade e impulsiona o indivíduo a compreender o território que faz parte, além de se sentir parte dele.
Loureiro	Aborda o que tange a Educação ambiental e seus vieses, nos permitindo compreender e diferenciar cada ramo que este campo aborda.
Acselrad	Dialoga os conflitos ambientais no Brasil, tecendo um raciocínio sobre o que tange à justiça e (in)justiça ambiental e como as práticas e relações sociais de alguns atores interferem e impactam a vida de outros.

Fonte: Organizado pela Autora

O Quadro a seguir mostra o Caminho metodológico que será utilizado para efetuar esta presente pesquisa de acordo com os objetivos específicos estabelecidos:

Quadro 7 - Síntese dos objetivos e dos respectivos caminhos metodológicos

Objetivos específicos	Caminhos Metodológicos
• Compreender o contexto histórico Ambiental da Baixada Fluminense; • Verificar como o processo histórico ambiental interferiu na concepção da relação sociedade-natureza;	• Para alcançar este objetivo foi construído um arcabouço teórico com base nas pesquisas achadas no portal da CAPES, e no Google Acadêmico com as seguintes palavras-chaves: Baixada Fluminense, Território, História Ambiental em um período de 2007 a 2022, além de algumas pesquisas mais antigas de autores clássicos sobre a Baixada; e foram utilizados passagens de jornais do acervo de jornais da Globo para ilustrar a visão da Baixada antigamente, assim como algumas passagens mais recentes para fazermos um comparativo, o espaço tempo dos recortes se deu entre 1940 – o mais antigo – e 2023 o mais recente.. Visando a construção do capítulo 1. • Importante ressaltar que, quando falamos do território da BF não podemos deixar de recorrer aos clássicos, por isso nesta pesquisa trabalhamos também com os autores: Pereira (1977), Soares (1960) e Mendes (1948).
• Averiguar como a sobreposição territorial de espaços legalmente protegidos se relacionam com o viés estigmatizante da Baixada Fluminense;	• Para estes Objetivos específicos, também foi utilizado um arcabouço teórico, pesquisado no portal da CAPES e no Google Acadêmico, com as seguintes palavras chaves: Unidades de Conservação e a Baixada Fluminense em um período de tempo de 2007 a 2022. Visando a construção do segundo Capítulo. • Foi realizada uma entrevista com o (a) gestor (a) da Unidade (PNMNI) com o objetivo de compreender mais sobre como a unidade se territorializa neste território e se o estigma do Território da Baixada afeta de alguma maneira sua territorialização. • Buscar trabalhos específicos sobre a criação do PNMNI.

• Analisar se e como a EA, em espaços legalmente protegidos, mais especificamente, no PNMNI, pode contribuir com a valorização do território da Baixada Fluminense.	• Para este Objetivo também foi utilizado um arcabouço teórico acerca da temática Educação Ambiental em Unidades de Conservação, pesquisado no portal da CAPES e no Google Acadêmico, com as seguintes palavras chaves: Educação Ambiental • Entrevista com o (a) coordenador (a) de Educação Ambiental da Unidades acerca da percepção da conservação das áreas naturais e foi analisado como essa percepção ou a falta dela se relaciona com a realidade da Baixada Fluminense. Assim como a entrevista com o Secretário do Meio Ambiente de Nova Iguaçu.
---	--

Fonte: Organizado pela Autora

Portanto o desenvolvimento desta pesquisa se deu em algumas etapas. A primeira etapa, foi ao longo de todo o desenvolvimento deste trabalho, o levantamento teórico conceitual das temáticas abordadas e seus conceitos chaves; Como é o caso do conceito de território, que foi trabalhado segundo seu viés identitário.

Dialogando com esse aporte teórico conceitual, além das entrevistas, esta pesquisa contou com o uso de recortes de jornal, utilizados como recurso complementar para auxiliar na compreensão de como a Baixada Fluminense tem sido representada ao longo do tempo no discurso midiático. A seleção dos recortes se deu pelo acervo do jornal O Globo tanto em materiais antigos quanto recentes, com o objetivo de estabelecer um paralelo entre as continuidades e transformações na forma como a região é retratada – em um período de 1940, sendo o recorte mais antigo, e 2023, sendo o mais recente. Ressalta-se que os recortes jornalísticos não constituíram o eixo central da pesquisa, mas funcionaram como uma análise auxiliar, e contribuíram para o aprofundamento da reflexão sobre o imaginário social em torno do território.

Dessa forma podemos dividir as etapas desta pesquisa da seguinte forma:

- (1) Levantamento teórico conceitual acerca do conceito chave: território
- (2) Levantamento teórico conceitual acerca da Baixada Fluminense e sua História ambiental
- (3) Analisar como se deu a estruturação deste território

Nos pontos (1), (2) e (3) foram trabalhados, com base em um aporte teórico conceitual, a relação a construção territorial e ambiental da Baixada Fluminense. Se dispondo a construir uma linha de raciocínio clara a respeito da atual imagem da BF.

- (4) Pesquisa bibliográfica acerca da relação das UC que estão nesse território com a BF com o suporte teórico do livro Unidades de conservação da Baixada Fluminense: Contribuições para a consolidação da Baixada Verde³, e como o PNMNI, mais especificamente, se relaciona com esse território.

Nesta etapa (4), foi trabalhado a territorialização do PNMNI e das UC da BF, buscando compreender como estas se relacionam com o território da Baixada, levando em conta a perspectiva de que a Unidade de Conservação é um território e sua territorialização se

³ Richter, Farias e Souza (Orgs) 2019.

faz dentro do território da Baixada e possui relação direta com as demandas da região, sejam elas positivas ou negativas.

- (5) Trabalho de campo e entrevista com a gestora do PNMNI
- (6) Análise das respostas

Depois da análise territorial, os trabalhos de campo e a entrevista com a gestora foram de grande ajuda para compreendermos como essa Unidade se relaciona com o seu território, como, na perspectiva da gestora ela sofre ou não com a imagem da Baixada perante aos moradores e sociedade como um todo e como a Educação ambiental auxilia na relação com a população a sua volta. A entrevista com a Gestora ocorreu no dia 10/03/2025.

- (7) Entrevista com a Coordenadora Ambiental da UC
- (8) Entrevista com o Secretário do meio ambiente de Nova Iguaçu
- (9) Pesquisa bibliográfica acerca da temática de educação ambiental em Unidades de Conservação

Analisar, através da Análise Crítica do Discurso (Ramalho e Resende, 2011), como é a percepção da coordenadora ambiental e do Secretário do Meio Ambiente acerca das potencialidades que cercam a Baixada e como a educação ambiental pode vir a contribuir/ ou não com um novo olhar para este território.

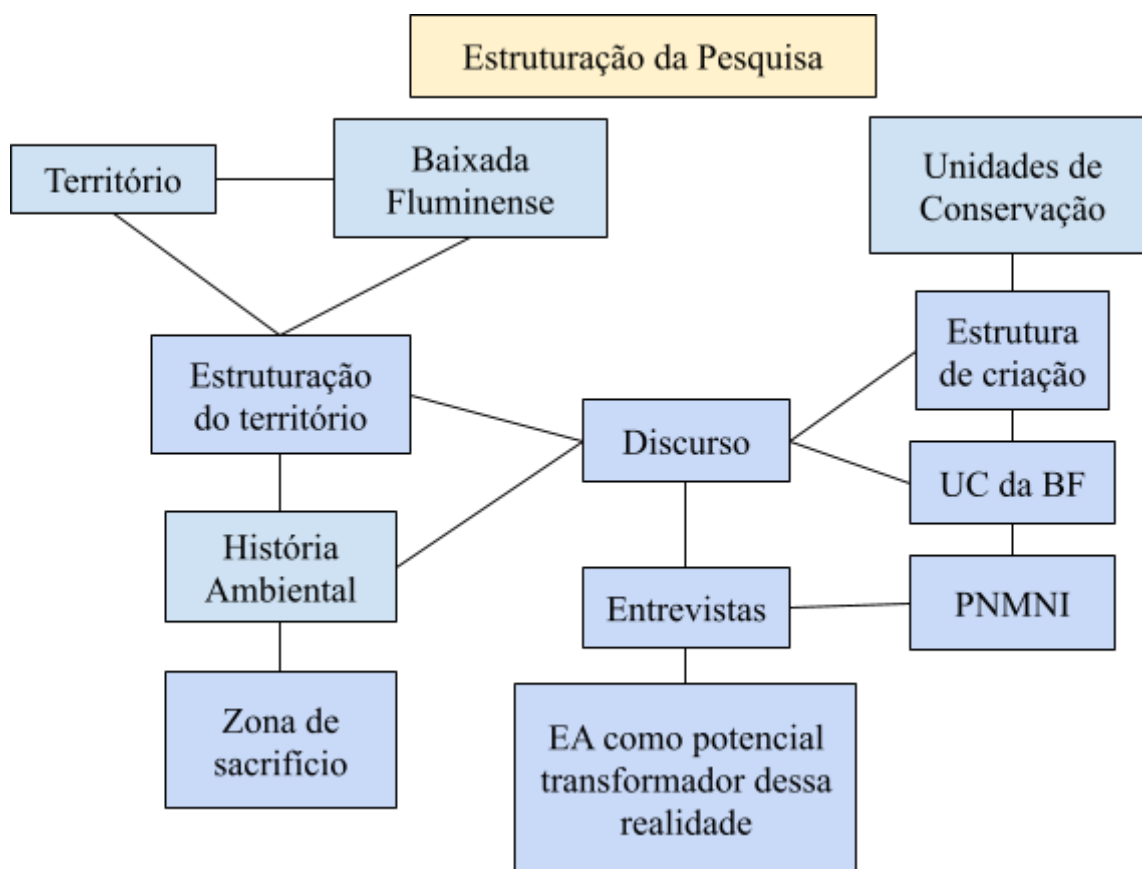
No ponto (7), a entrevista com a a coordenadora de Educação Ambiental da Unidade se firmará para compreendermos como nesta unidade específica ocorre a EA e se de fato a população do entorno se sente inserida nesse espaço e averiguar como o projeto da Unidade, contemplada nesta pesquisa, estão chegando na população e se a realização destes tem contribuído de alguma forma para compreensão do que seria esse território e sua importância. A entrevista da Coordenadora de EA ocorreu em dois momentos, sendo uma para análise piloto – em 29/08/2024 – e a definitiva que ocorreu em 17/05/2025.

Já no ponto (8), a entrevista com o Secretário do Meio Ambiente de Nova Iguaçu, que ocorreu no dia 12/05/2025, visou, sobretudo, nos esclarecer como Nova Iguaçu enxerga seus Territórios protegidos e como andam os projetos públicos para o meio ambiente. Importante salientar que a presente pesquisa se baliza em nova iguaçu como recorte espacial para a análise, pois, além de ser um espaço rico em áreas protegidas, a unidade escolhida para análise é uma das mais avançadas em plano de manejo e tem uma forte parceria com a UFRRJ por se encontrar próximo ao campus.

O ponto (9), foi utilizado um aporte teórico acerca da temática de Educação Ambiental a fim de compreender como a EA nesse território se estrutura para que a população se sinta pertencente ao território da Baixada Fluminense através de um olhar crítico e reflexivo.

Através da figura 2 pode observar com mais clareza como ficou esquematizada a estrutura desta pesquisa.

Figura 2: Organograma da estrutura da pesquisa.



Fonte: Organizado pela autora.

A dissertação foi organizada em 3 capítulos. O primeiro com o aporte teórico conceitual sobre a História Ambiental da Baixada Fluminense e como ela passou a ser esse o lugar das “faltas” “periférico” e “rebaixado a” e que possui essa relação de natureza vilipendiada, no qual, com os autores que abordam esta temática como balizadores, será construída uma análise de acontecimentos no território da Baixada para tentarmos nos situar de que modo foi/é impulsionado este viés de território vazio e de zona de sacrifício. Para este capítulo será utilizada a análise Territorial, através do aprofundamento no conceito de território e da História Ambiental da Baixada Fluminense (BF).

No segundo capítulo foi trabalhado a criação das áreas legalmente protegidas para que servem e para quem, fazendo um paralelo com as Unidades de Conservação da Baixada Fluminense para entendermos sobre como esses territórios se relacionam com o território da BF. Ademais, também foi aprofundado o conceito dos territórios verdes na Baixada, visando entender como/se elas recebem o impacto do estigma negativo da Região, focalizando no PNMNI como nosso recorte espacial.

Seguindo essa linha a entrevista com a gestora, coordenadora ambiental e Secretário do Meio Ambiente está no terceiro capítulo de modo a auxiliar a análise de como esse território contribui e sofre com a identidade simbólica deste território. O terceiro capítulo contou também com o diálogo com autores acerca da educação ambiental e como a percepção ambiental do próprio território impulsiona a identidade territorial e o pertencimento, e a possibilidade de encontrar na educação ambiental uma possível reconfiguração do imaginário coletivo acerca deste território. Esse capítulo esteve mais focado na Educação ambiental como

forma de impulsionar o pertencimento da população e a criação de uma nova identidade territorial. Sobretudo, primeiramente entender o que tange uma EA que possa se tornar essa ferramenta de transformação social e como o uso público nas unidades de conservação pode impactar diretamente nisso.

CAPÍTULO 1 - ENTRE A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A VULNERABILIDADE AMBIENTAL: A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DA BAIXADA FLUMINENSE.

Este capítulo tem como objetivo compreender a construção territorial da Baixada Fluminense a partir da articulação entre violência simbólica e vulnerabilidade ambiental, destacando como essas dimensões se entrelaçam na produção do território e no reforço de desigualdades históricas. Inicialmente, o capítulo traça um panorama das múltiplas faces da Baixada, evidenciando suas contradições internas e a forma como foi sendo representada e marginalizada ao longo do tempo (1.1). Em seguida, são introduzidas reflexões da história ambiental (1.2), com o intuito de situar o ambiente como parte ativa da construção social do território e compreender como as transformações da natureza estão diretamente conectadas a processos sociais, políticos e econômicos.

Na seção 1.3, é abordada a relação entre a Baixada Fluminense e seu ambiente natural, marcada por um histórico de intervenções desiguais, ocupações precárias e ausência de políticas públicas efetivas. O subtítulo seguinte (1.4) introduz o conceito de zonas de sacrifício, questionando a quem servem os territórios desvalorizados e como os processos de vulnerabilização são naturalizados em determinadas regiões. Por fim, a seção 1.5 discute o papel do imaginário coletivo e do poder na legitimação dessas condições, refletindo sobre como discursos e representações atuam na produção simbólica de um território “menos digno” de investimentos, cuidados e pertencimento. Assim, o capítulo propõe uma leitura crítica da Baixada Fluminense, que vá além dos estigmas que a atravessam, evidenciando os mecanismos simbólicos e estruturais que sustentam sua vulnerabilidade ambiental.

1.1 Baixada Fluminense: as faces de um território

Antes de adentrar a uma História Ambiental da Baixada Fluminense é preciso mergulhar no conceito chave que norteará esta pesquisa, sendo uma das ferramentas para debater, em conjunto com os autores, a construção desse espaço: *o Território*. Ao se estudar um território, é necessário não se dissociar das muitas narrativas históricas, que permeiam a composição de seus espaços. A Baixada Fluminense, que é o foco deste trabalho, passou por muitas camadas históricas e mudanças em seus espaços para chegar ao território que é hoje. As muitas Baixadas, de muitos nomes, da Grande Vila Iguassú à, então: Baixada Fluminense.

Refletir sobre a epistemologia que fundamenta o conceito de território é indispensável para esta pesquisa. Pois, ao abordar a Baixada Fluminense, torna-se inevitável recorrer ao conceito de território, uma vez que este não é dado, mas produzido. Antes do território, há o espaço – e é por meio do poder que este se transforma em território. Como nos aponta Raffestin (1993), o espaço é tecido por narrativas; ele ultrapassa a simples descrição física e se enriquece pelas relações de poder que o constituem. As nuances de um território não se restringem às suas características visíveis: são resultado de processos históricos, políticos e discursivos que operam seletivamente. Quem tem o poder de falar e de ser ouvido molda e (re)significa o território (Raffestin, 1993).

Sendo assim, nesta pesquisa, entendemos o Território como um espaço carregado de identidades e poder. Na perspectiva de Raffestin (1993, p.143) como já introduzimos, o território se apoia no espaço e é uma produção a partir dele, “Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.” somando a esta abordagem do espaço, Santos (2001, p. 62) nos traz que “a configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais.”

Pensemos então nas relações sociais que transmutam este espaço, as relações de trabalho e meios de convívio que perpassam a sociedade. Ora, não podemos, pensar em relações de trabalho e não falarmos do “Poder”, que como vemos é uma ferramenta de construção territorial, com letra maiúscula, que segundo Foucault (1977, pág. 88) é um “conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado” ou seja, é ele que se assenta nas mãos do Estado, é ele que é visível e palpável, o autor o descreve, primeiramente como:

(...) a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (Foucault, 1997. p 88)

Seguindo esta linha de raciocínio, Raffestin (1993. pg 52), vai nos alertar que o “O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares.”, pois ele está intrínseco em todas as relações “é um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam.” (*Ibidem*, pg. 52). E se ele está diretamente ligado a estas relações, torna-se uma ferramenta fundamental na manipulação dos fluxos que atravessam o espaço e o constroem, “espaço-tempo relacional é organizado pela combinação de energia e informação” (*ibidem*, p. 54), a troca de informações, a nossa relação oral, são estes instrumentos de poder. “A influência e a autoridade não seriam formas de poder que resultam de combinações variadas de energia e informação?” (*ibidem*, p.54), formas que desencadeiam o estágio terminal, como diria Foucault, a subjugação.

Nessa mesma vertente, Bourdieu (2007) também tece uma leitura de poder, para o autor o poder se exerce através de símbolos – daí o poder simbólico –, estes que advêm da interação social “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*⁴: o sentido imediato do mundo(...)” (*ibidem*, 2007, pág 9), as ideologias, segundo Bourdieu, se dão e se difundem através desse “código social” – as relações sociais – e que são ditadas através do acúmulo de poder que determinados sujeitos detêm. Daí que se dá a cultura dominante, essa “violência simbólica” de uma classe sobre a outra (*Ibidem*, 2007). Segundo o autor, esse sistema simbólico é estruturado e estruturante, ao passo que ele estrutura uma “ordem” no território, mas está sempre se (re)configurando.

Para consolidar a ideia de que as diferentes formas de poder, em suas variadas instâncias, deságuam em um sistema que molda a realidade, através desse “código social”, podemos recorrer a Haesbaert (2014), que contribui com a distinção entre os conceitos de espaço e território ao afirmar que:

(...) espaço, enquanto espaço-geográfico, ou seja, aquele que parte sobre a abordagem sociedade/natureza é mais amplo que território – este visto como um olhar sobre o espaço que coloca seu foco nas relações de poder, isto é enfatiza as relações espaço/poder (Haesbaert, 2014, pg.55)

Nesse ínterim, as relações – de poder, afinal de contas, nesta pesquisa, acreditamos que toda relação se baseia, em algum grau, em relações de poder – estabelecidas num determinado espaço, o configuram em território. Mas não tratamos aqui o Território como um sinônimo de espaço, aqui corroboramos com Haesbaert (2015) quando afirma que o território

⁴ à teoria do conhecimento

é “uma das perspectivas de abordar o espaço, sempre que este é focalizado a partir das relações de poder que o constituem.”

Agora que deixamos claro a ligação do conceito com o poder exercido em um determinado Território, pensemos na seguinte questão: essa interface – que permeia as relações e delimita categorias e classes - o capitalismo propriamente dito - repousa nas mãos de que sujeitos?

Pois, se há nas relações, a interface do poder, o subjugado e o que subjuga, e se “devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o estado, empresas, instituições como a igreja etc.” (Haesbaert 2014, pág. 59) Precisamos antes de tudo analisar qual o *propósito*.

É compreender que, a transformação de um espaço não ocorre sem um propósito. As ações que nele se disseminam – criando ou desfazendo relações – estão carregadas de intencionalidades, expressas na forma como os sujeitos se relacionam com os objetos disponíveis ao seu entorno. Como nos aponta Santos (2001, p. 90), “essa noção é igualmente eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno.”

E assim, os sujeitos inferem no espaço a consequência das suas ações, que reconfiguram este espaço, de acordo com Santos (1988), podemos nomear essas transformações de acordo com dois vieses: os *fluxos* que “são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam”, e os que sofrem o impacto dessas ações, os *fixos*, que o autor define como “elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar”. Existe, ainda segundo o autor, outra forma de exemplificarmos os fixos e os fluxos: A configuração territorial e as relações sociais.

E foram dessas relações sociais em uma dada dinâmica territorial que se territorializa a Baixada, por exemplo. Vamos olhar então para nosso recorte geográfico com mais cuidado para podermos tratar como se deu a construção deste território. É importante frisarmos que, ao decorrer desta análise, o município de enfoque, que utilizaremos como nosso recorte de pesquisa para estudar as configurações territoriais que se instalaram na Baixada, será Nova Iguaçu⁵.

Segundo Rodrigues (2012, pág 77) “A região geográfica do estado do Rio de Janeiro conhecida como Baixada Fluminense deriva de uma matriz comum, ou seja, a maioria dos municípios que a compõem fez parte do município de Nova Iguaçu, e deste foram desmembrados.”, neste presente trabalho, apesar de trabalharmos com o conceito que a Baixada vem a ter sua matriz em Nova Iguaçu também corroboramos com Simões (2007, pág 20) quando este diz que “(...) a cada trabalho sobre essa região reabre-se o debate, pois cada autor se coloca de maneira diferenciada com relação à área a ser delimitada.”, pois mesmo se tendo um consenso quanto a utilização deste viés de BF, que coloca Nova Iguaçu como a matriz ou núcleo, cada autor trabalhará de uma maneira diferente. E para além disso, nesta pesquisa a pauta não se torna delimitar qual região faz parte ou não da BF.

Partindo da compreensão de território como construção social marcada por relações de poder, disputas e significados, é importante observar como esses elementos se manifestam historicamente na Baixada Fluminense. Apesar de sua importância estratégica no ciclo econômico fluminense, a região é atravessada por processos de desvalorização territorial que a afastam de projetos políticos de pertencimento e reconhecimento. Diante disso, cabe perguntar: de que serve um território desvalorizado, e a quem ele interessa? No entanto, antes

⁵ Como explicado no capítulo metodológico.

de buscarmos responder a essa questão, é necessário compreendermos o que está em jogo quando falamos em desvalorização das terras da Baixada – e, para isso, é imprescindível revisarmos a sua história ambiental.

1.2 Considerações sobre História Ambiental

O campo da História Ambiental busca, sobretudo, enfrentar uma questão que permanece atual: a separação entre sociedade e natureza (Worster, 1991; Gonçalves, 2014). A história ambiental passa então a ser um impulsionador que traz de volta a sociedade para o foco, enquanto que a velha história portou-se como se não fôssemos realmente parte do planeta (Worster, 1991), como se as ações que tomamos enquanto sociedade, a forma como nos assentamos nos espaços, não afetassem o meio em que vivemos, como se pudéssemos ignorar a nossa participação efetiva no planeta em que vivemos. Logo, “os historiadores ambientais (...) perceberam que não podemos mais nos dar ao luxo de sermos tão inocentes” (Worster, 1991, p. 199).

A ideia desse conceito teve a sua origem na década de 1970, à medida que se sucediam as conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas, “a história ambiental nasceu, portanto, de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico” (Worster, 1991, p. 199), sendo assim, seu objetivo maior tornou-se “aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (Ibidem, p. 200).

Falar sobre a História Ambiental envolve, acima de tudo, compreender como a sociedade se relaciona com a natureza, reconhecendo que ambos estão intrinsecamente conectados. As consequências socioambientais resultam de ações humanas e essas, por sua vez, não se limitam ao espaço em que ocorrem, retornando como impactos, que afetam a vida em sociedade. Um exemplo claro são as recentes crises climáticas. A natureza, portanto, configura-se como um dos pilares da História Ambiental, ao lado da sociedade. Assim, torna-se indispensável entender esse conceito para analisarmos sua relação com o nosso locus de pesquisa.

Dessa forma, a definição de natureza não é um conceito fechado, ela não é “isso” ou “aquilo”, pois na verdade ela é um apanhado de ideias e pensamentos (Worster, 1991), ordenados de maneira quase que epistemológica, que beiram a moral e as leis, “(...) Mais precisamente, a “natureza” não é uma ideia, mas muitas idéias, significados, pensamentos, sentimentos, empilhados uns sobre os outros, frequentemente da forma menos sistemática possível” (Worster, 1991, p. 210).

Pensar a natureza requer entender como a concebemos enquanto conceito – em meio a todos esses “empilhamentos” –, e para além disso, entender que ela é multifacetada e por ter sua criação, no campo das ideias, anterior ao que chamamos de onda moral e das crises civilizatórias, passa a ter um olhar quase que afastado da sociedade, como se a sociedade apenas observa-se o que vem a ser de fato a natureza, portanto a sua raiz vem dessa diretriz.

Como pontuado por Pádua (2012):

(...) O espanto da palavra *Natureza* está em unificar conceitualmente as incontáveis manifestações de uma realidade extremamente complexa e diversificada, produzindo uma aproximação entre o mais distantes e o mais próximo, do *Big Bang* ao gato de casa. (Pádua, 2012, pág 24)

Esses “empilhamentos” de conceitos e ideias que formam a estrutura do que nós evocamos como natureza, portanto nos aproximam do nosso dia a dia, a natureza não é, desse modo, algo separado de nossas vivências.

Para melhor guiar nossa discussão, podemos acrescentar essa natureza no olhar de Suertegaray (2017), quando ela afirma que:

(...) a modernidade invocou a necessidade de transformar a concepção de natureza como algo externo ao Homem. Esta externalidade diz respeito aos interesses de dominação da natureza associados a uma perspectiva, também filosófica, sustentada no conhecimento vigente e da sua imutabilidade, portanto, com possibilidade inesgotável de uso (Suertegaray, 2017, p. 128)

Para a autora, não podemos mais trabalhar com o conceito de natureza tão distante da sociedade, pois pensar na natureza, dessa maneira, como subordinada à sociedade, produziu novos tempos e promoveu transformações sobre os processos naturais (Suertegaray, 2017, p. 131), ou seja, as consequências socioambientais.

Essa compreensão crítica proposta por Suertegaray, que recusa a natureza como algo externo e passível de dominação, nos leva a refletir sobre como essa separação se construiu historicamente. Para isso, é preciso revisitar os fundamentos filosóficos que deram origem à própria concepção de natureza, desde a Antiguidade clássica.

Portanto, entender de onde advém essa relação tão articulada em nossas vivências precisamos voltar a raiz da palavra; a concepção de *natureza*⁶ nasce com um forte viés filosófico – que ajudou a desvinculá-la da sociedade –, para Aristóteles, por exemplo, o termo *physis*⁷ era pautado como algo simbólico, pois representava o nascimento do mundo natural e ele “considerava o mundo da natureza, como um mundo de coisas que possuíam movimentos próprios” (Medeiros, 2002, p. 72) ou como visto pelos pré socráticos com um “sentido de *substância primordial*” (Santos e Ibernorn, 2014, p. 152). Dado esse rompimento/barreira da sociedade com o conceito de natureza, podemos pontuar a relação desse conceito de três formas:

a que coloca o ser humano como um microcosmo no macrocosmo, em posição de observação (visão grega); a que o coloca no exterior da natureza, em posição de experimentação e controle (visão moderna); e a que o reinscreve na natureza, sem posição privilegiada, mas insistindo em nossa pertença à natureza, reinscrição esta que temos que, por meio da reflexão ética e filosófica, buscar incessantemente. (Camponogara, 2007, p 484)

Essa terceira reflexão, que nos convida a nos reconhecermos como parte da natureza em vez de vê-la apenas como um recurso, revela-se bastante desafiadora, pois estamos imersos em um paradigma enraizado há séculos, que nos distancia dela. Desfazer-se dessa “crença” profundamente arraigada ao longo do tempo exige esforço e uma mudança significativa de perspectiva.

⁶ Vale ressaltar aqui que o uso do conceito de Natureza neste presente trabalho se dá por este abranger melhor o que queremos alcançar com o nosso debate. Utilizar o conceito “meio ambiente”, por exemplo, iria de encontro com a crítica que fazemos constantemente a respeito do paradigma da separação Sociedade X Natureza. Apenas para ressaltar nosso ponto, vale lembrar que o termo ambiente, é comumente empregado em nossa língua (portuguesa) como “meio ambiente”, ou seja, apenas uma metade de uma ideia não englobando as mudanças que nós empregamos na natureza todos os dias, não nos enquadrando como natureza (Souza, 2019. p. 17)

⁷ O conceito filosófico de natureza é inaugurado a partir da tradução latina de Sêneca sobre o conceito grego de *physis* (Gonçalves 2014).

Na sociedade ocidental, a natureza passa a ser concebida como aquilo que se opõe à cultura. Tudo aquilo que foge aos padrões socialmente estabelecidos de convivência — isto é, à cultura — tende a ser classificado como selvagem ou bárbaro. Como aponta Gonçalves (2014, p. 25), “a cultura é tomada como algo superior e que controla a natureza”. Um exemplo emblemático dessa lógica é a própria noção de agricultura: “Daí se tomar a revolução política, a agriCULTURA, um marco da história, posto que com ela o homem passou da coleta daquilo que a natureza ‘naturalmente’ dá para a coleta daquilo que se planta, se cultiva” (Gonçalves, 2014, p. 25-26). Ainda segundo o autor, “(...) primitivos são aqueles que vivem da caça, da pesca, da coleta ou de uma agricultura itinerante”, evidenciando como determinados modos de vida são desvalorizados frente à ideia de progresso ancorada na domesticação da natureza.

Assim sendo, essa ideia que — podemos dizer — foi imposta e articulada em nossa sociedade, pois “(...) A natureza é, em nossa sociedade, um objeto a ser dominado por um sujeito, o homem, muito embora saibamos que nem todos os homens são proprietários da natureza. Assim, são alguns poucos homens que dela verdadeiramente se apropriam.” (Gonçalves, 2014, p. 26) e esse *alguns poucos* são justamente aqueles que veem uma parte da população como sujeitos-objetos, ou seja, sujeitos submetidos e prontos para serem dominados, assim como a natureza.

Essa lógica de dominação que Gonçalves denuncia se desdobra historicamente na forma como a natureza foi apropriada ao longo do processo de ocupação territorial no Brasil. Para compreender esse percurso, recorreremos à história ambiental da Mata Atlântica, conforme traçada por Dean (1996) para compreendermos esse paradigma disjuntivo (Morin, 1997) que nos defrontamos na relação sociedade e natureza, conseguimos vislumbrar algumas nuances que nos são importantes para prosseguirmos com nossa análise.

Como nossa narrativa se recai sobre o recorte geográfico específico da Baixada, não podemos falar de história ambiental sem nos pautarmos também na história florestal da mata atlântica — como Dean (1996) bem ilustra —, que é o bioma que temos na região. O autor destaca que a história da mata Atlântica não é apenas a história de espécies e criaturas que nela vivem, não é uma história *natural*, mas sim uma história da floresta e da sociedade.

Em seu Livro — *A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira* — o autor pinta a floresta como uma obra de arte incompreendida pela nossa espécie, como se a floresta fosse uma entidade que está a *anos luz* à nossa frente, como se nós — meros espectadores dessa vida deslumbrante que se acende no bioma — não fossemos capazes de entender sua complexidade e não *soubéssemos* lidar com ela, e de fato o é. Essa verdade esmagadora que faz com que *nós* constantemente ditamos a natureza como selvagem, como algo à parte da nossa cultura perfeitamente bem delimitado e ao alcance do nosso entendimento, ao nosso *controle*. Pois a realidade é que, o que sai do controle humano nos assusta, por isso tentamos — constantemente — controlar a natureza. De uma forma ou de outra.

Warren Dean (1996) afirma que mesmo as populações iniciais que habitavam a Mata Atlântica — composta por caçadores-coletores — ainda produziram algum impacto sobre a floresta até então intocada. Ele descreve esses grupos como *populações nômades* que viviam da coleta de frutos, sementes e raízes, além da caça e da pesca. Esses povos tinham um impacto relativamente pequeno sobre o ambiente, pois não praticavam agricultura nem desmatamento significativo.

Com o tempo, alguns desses grupos passaram a desenvolver técnicas rudimentares de manejo da vegetação e iniciaram práticas agrícolas incipientes. Dean (1996) enfatiza que a chegada de populações humanas alterou a dinâmica ecológica da floresta, ainda que de forma menos intensa do que ocorreria mais tarde com a colonização europeia.

O autor menciona como a Mata Atlântica já começou a sofrer mudanças ecológicas nesse período inicial, seja pelo uso do fogo para manejo da vegetação ou pela caça de espécies que, em alguns casos, levaram à extinção local de certos animais. No entanto, ele ressalta que esses impactos eram mínimos em comparação ao que viria depois, com a exploração colonial e a industrialização.

Um dos primeiros atos dos marinheiros portugueses que, a 22 de abril de 1500, alcançaram a costa sobrecarregada de floresta do continente sul-americano nos 17 graus de latitude sul, foi derrubar uma árvore. Do tronco desse sacrifício ao machado de aço, confeccionaram uma cruz rústica — para eles, o símbolo da salvação da humanidade. (...) Os indígenas, que inocentemente se irmanaram com eles naquela praia, não faziam idéia, tal como as árvores às suas costas, da destruição que essa invasão causaria. Esse evento memorável da história da humanidade — o fim de milênios de separação entre os dois maiores contingentes de população da espécie — foi também o mais trágico. (Dean, 1996, pg 59)

Portanto, a separação com a natureza se materializa desde os primórdios de ocupação. Assim, ao compreendermos que a natureza não é uma entidade externa à sociedade, mas uma construção simbólica, histórica e política, nos tornamos capazes de olhar para os territórios — como a Baixada Fluminense — não apenas como espaços de conflito ambiental, mas como expressões dessa longa e enraizada separação entre sociedade e natureza.

A História Ambiental, portanto, oferece as ferramentas necessárias para pensar esse território a partir de suas relações ecológicas, sociais e políticas, revelando como as práticas sociais moldam — e são moldadas — pelo ambiente ao longo do tempo. E como a sociedade que vive nesse espaço é condicionada a normalizar as práticas que os afastam da natureza.

Nietzsche (2000) tece algumas considerações sobre o costume e a moral, sobre como somos condicionados a viver de certo modo, o processo de ruptura Sociedade - Natureza não é, desse modo, algo natural, mas sim algo construído historicamente.

O costume é, assim, a união do útil ao agradável, e além disso não pede reflexão. Sempre que pode exercer coação, o homem a exerce para impor e introduzir seus costumes, pois para ele são comprovada sabedoria de vida. Do mesmo modo, uma comunidade de indivíduos força todos eles a adotar o mesmo costume. (Nietzsche, 2000, Pg 45)

Estamos falando, desse modo, de um costume que está intrincado em nosso sistema desde épocas primordiais, uma fissura que cada dia se expande com o modo como nos acostumamos a ela.

1.3 A relação da Baixada com a Natureza

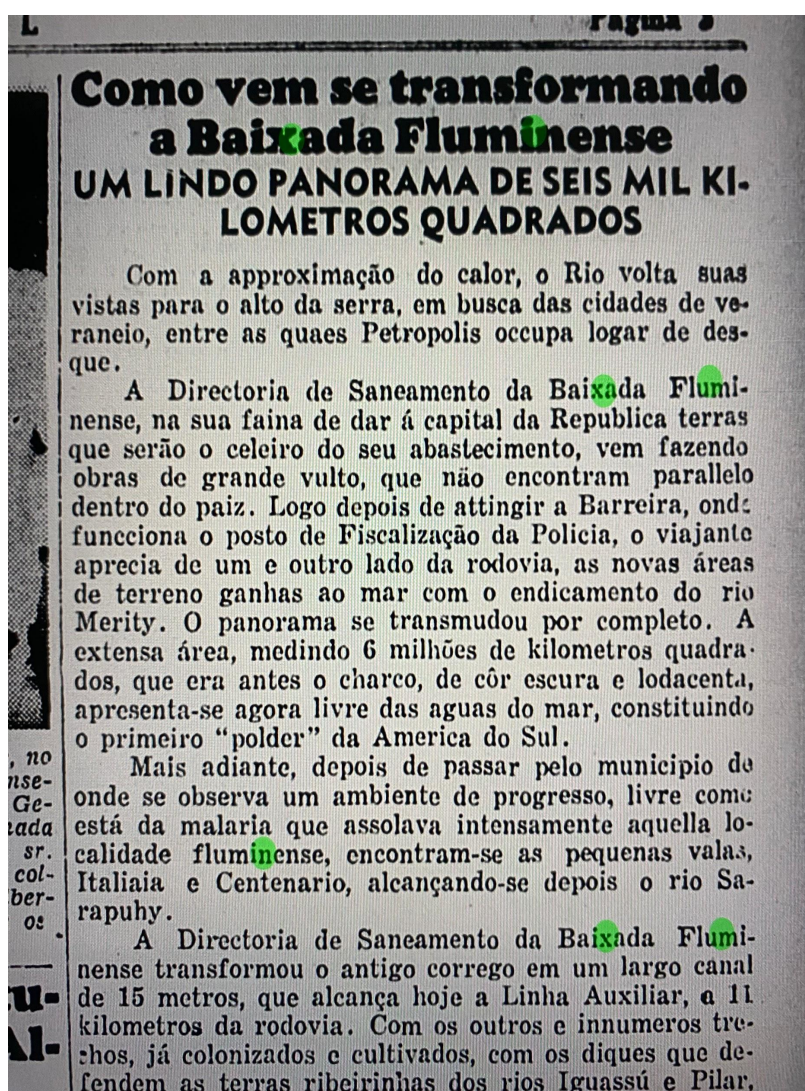
Portanto, conseguimos observar que a relação da sociedade com o seu ambiente natural nunca foi das melhores desde antes de atingirmos a era consumista/modernidade, mas podemos dizer que a degradação ambiental para os moradores da Baixada Fluminense sempre foi um assunto corriqueiro, quase que costumeiro no dia a dia dos fluminenses (Fadel, 2011); a ocupação desordenada do Rio de Janeiro e seu acelerado crescimento urbano fez com que, no período de 1930- 1950, um grande contingente populacional se assentasse na Baixada, o que aumentou o desmatamento acelerado. Mas podemos citar tempos anteriores a esse “boom” populacional⁸, onde a Baixada era utilizada como espaço para a produção agrícola que sustentava a região do Rio de Janeiro, portanto, podemos pontuar que desde sempre a relação de ocupação da/na Baixada e sua construção quanto um território foi algo que se viu

⁸ Para um estudo mais profundo sugiro ler Soares (1960).

distante de um relacionamento positivo com o seu entorno e seu meio natural. Pensada apenas como um recurso; e se formos longe na nossa análise, podemos pontuar a relação próxima que essa visão da Baixada e seus rios como recurso tem do conceito de *natureza* que abordamos no início do capítulo.

Somado a isso, se recorrermos a contextos históricos para abordar melhor essa dita História Ambiental, a Baixada nesta época era vista como um celeiro da Capital, como podemos observar na matéria da ilustração da figura 2, que retrata a importância do saneamento na baixada para preparar essas terras para receber o acúmulo do RJ.

Figura 3: Reportagem acerca das intervenções de saneamento na Baixada Fluminense nos anos de 1940.⁹



Essa configuração de “dependência/ submissão” passou a pautar as transformações do território da Baixada e acima de tudo pautou também a forma como ela era vista e a relação dos moradores com esta.

Se pensamos a Baixada Fluminense como uma periferia – o que ela de fato o é –, tomamos que socioespacialmente a população que se desdobra neste território – em sua

⁹ Fonte: O Imparcial, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1946. [Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>], acesso em: 20 de Julho de 2024

maioria – é composta por sujeitos empobrecidos. E antes de seguirmos com esta análise da história ambiental da Baixada, precisamos nos situar em o que queremos dizer com ela ser uma periferia – mesmo que, anteriormente já tenhamos dado uma breve explicação de porque acreditamos nisso – para falarmos desse termo precisamos entender que uma periferia é fragmentada, assim como todo território e cidade, ou seja, em um espaço/território periférico pode existir sim uma parcela elitizada, como observamos em Nova Iguaçu, por exemplo. O fato é que o que caracteriza uma periferia são as faltas: faltas de saneamento adequado, falta de políticas públicas que garantam as necessidades básicas e sociais da população, como um lazer de qualidade – aqui incluso teatro, por exemplo – em suma “(...) É como se as pessoas nem lá estivessem.” (Santos, 1987, p. 43)

Portanto o que resta para esses moradores, desse território-objeto, é justamente a insegurança em todos os níveis, é pensar que a história ambiental desses atores que tecem suas relações com o espaço é marcada por uma dupla relação negativa com o meio ambiente em que vivem, pois 1) por ser uma população em sua maioria empobrecida, sua relação com a sociedade se baseia em submissão, ou seja, *sujeitos-objetos* (Gonçalves, 2014), perante a outros sujeitos, então a natureza “dominada” não o é feita por estes, eles por sua vez também são dominados. E 2) Por serem *sujeitos-objetos*, e ter o seu ambiente à mercê de terceiros, vivem e convivem com as consequências de uma zona de sacrifício. A Natureza que esses têm a sua disposição é uma natureza vilipendiada.

Portanto, a questão Histórica Ambiental da Baixada se deságua e ramifica por vários pontos de degradação, tal qual seus rios. Pela questão dos seus corpos hídricos, por exemplo, ela também é vista e utilizada até hoje como uma “caixa d’água” para a região da metrópole, os rios, que ocupam e nascem na Baixada, hoje abastecem o município do Rio e uma parte da Baixada, sendo assim existe uma grande dependência e interligação da Baixada com o Rio de Janeiro, no que tange as suas águas – mas não apenas nesse ínterim- , pois os principais sistemas de abastecimento e nascentes que garante alguma segurança hídrica da metrópole estão na Baixada¹⁰ (Rocha, 2022, p 7)

Pensando dessa forma, analisamos a problemática que foi trazida anteriormente, a questão da Natureza como algo à parte da sociedade, algo que é dominado e usado como recurso por alguns poucos homens. Esse modo de pensar e agir, reproduz e fortifica a criação das zonas de sacrifício, em espaços como esses.

Creio que para melhor trabalhar essa relação histórica socioambiental da BF é preciso fazer ligação com como ela é e sempre foi enxergada tanto pela população externa quanto pela população interna a esse território. Como apenas um local de uso de recursos, ou, como a própria reportagem acima nomeia: um celeiro, também podemos notar esse padrão em outros recortes de jornais que vamos ver daqui pra frente, dessa forma, para melhor analisarmos e conseguirmos explicar o nosso ponto, vamos separar a análise em alguns tópicos, sendo eles: Saneamento, insegurança hídrica e uso do solo por aterros. Utilizaremos recortes e reportagens de jornal para melhor elucidar cada etapa de análise.

¹⁰ “Acari – Guandu – Lajes (porção centro e oeste da metrópole) o sistema Inumana – Laranjal (porção leste da metrópole).” (Rocha, 2022, pág 7)

1.3.1 Saneamento¹¹

Trazendo para a narrativa sanitaria da época do séc XX¹², a Baixada era descrita nos projetos de obras de engenharia como “região alagadiça e insalubre.” (Souto, 2016. p. 71), o que não se torna tão evidente nesses relatórios era que a região chegou a este ponto devido, justamente, à maneira que era utilizada na época. “Para descrever os motivos de sua condição de insalubridade no início do século XX, a documentação associava a expulsão dos jesuítas e a abolição da escravidão ao abandono das antigas obras de controle das inundações.” (Souto, 2016. p. 72).

Esse abandono ocorre com a forma como ocorreram as mudanças de transporte que levavam os insumos para a metrópole, que antes ocorria através do transporte fluvial se vê passando para as estradas de ferro - quando estas começam a rasgar as terras do Rio e outras capitais produtoras – “A chegada da ferrovia levou ao abandono da área que antes era valorizada em função da logística de escoamento da produção cafeeira, e as vilas se tornaram desnecessárias para o crescente avanço capitalista na região.” (Rodrigues, 2012 p.84), Segundo Lucia Silva (2017) essa chegada teve dois lados: “(...) ao mesmo tempo que inseriu a região no rol das atenções do Estado Imperial, levou à decadência da estrutura de escoamento calcada nos rios e portos da área mais próxima à baía” (Silva 2017, p 417) portanto, essa decadência das áreas próximas, como Rodrigues também pontua, levou as pequenas urbanizações que se faziam presentes perto desses rios se mostrarem sem sentido nessa nova configuração espacial, que se deu sobretudo para a expansão capitalista da região. Portanto a região volta a ser alagada e pantanosa. Eram de fato terras abandonadas.

Além dos aspectos topográficos e históricos, o desmatamento resultante da extração de madeira ocasionou a continuidade do alagamento das áreas afetadas pelo extravasamento dos rios. A retirada da proteção oferecida pela vegetação original diminuía a absorção das águas das chuvas, encharcando o solo e impedindo a fixação de nutrientes essenciais às lavouras, favorecendo assim a constante busca por novas áreas de plantio. Além disso, tanto a prática da coivara, assimilada dos indígenas, demandava grandes porções de terra que eram abandonadas após a perda da produtividade como a mentalidade de ‘terras infinitas’ dos europeus provocaram a longa duração deste sistema de uso. (Souto, 2016. p. 72)

Outrossim, por ser um território localizado próximo ao Rio de Janeiro, e portanto se mostrando esse ponto estratégico, a BF era vista como um local “importante” – mesmo que essa sua importância tenha vindo a ser bem flexível durante o tempo – por isso, sua visão de usos de seus recursos a favor da Capital era fatal para suas terras, esse desmatamento relatado na época do plantio foi só uma das causas que gerou o aumento de inundações e enchentes, que acabou acarretando no surgimento da malária, por exemplo, e como a capital dependia das terras da Baixada para expandir sua população e para uso de suas terras o saneamento era inevitável. “As obras de saneamento que se desenrolaram nos séculos XIX e início do XX, privilegiaram intervenções na chamada Baixada da Guanabara e serviram de viabilizadores à ocupação da região” (Rocha, 2022, p. 7).

¹¹ Torna-se importante ressaltar que não pretendemos aqui explicar toda a história do saneamento da Baixada Fluminense, mas utilizamos dos marcos principais e das marcas que estes deixaram até os dias atuais, para explicar nosso ponto.

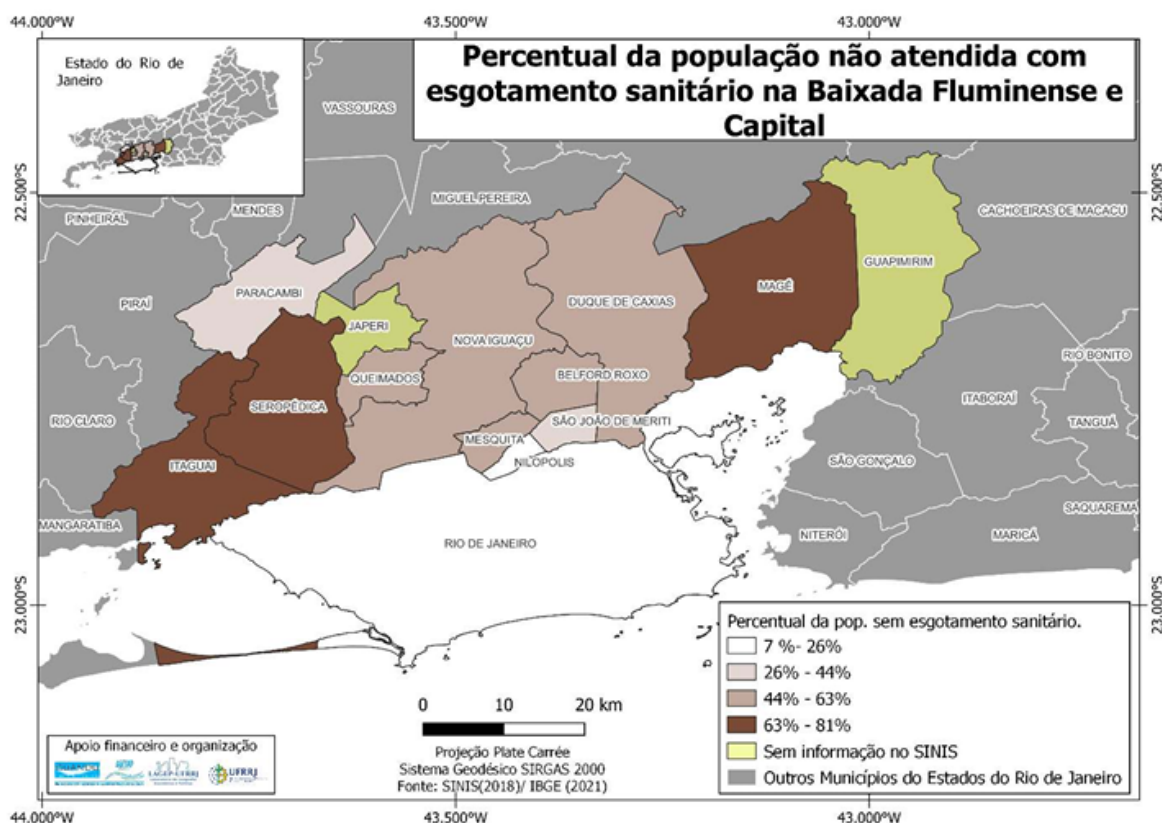
¹² “Criada em 5 de julho de 1933, a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense (CSBF), foi um marco importante em mais de um século de comissões e estudos que intentaram atuar em Iguassú (de 1836 a 1933; de 1933 a 1991). A partir de seus estudos e orientações foi criada a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (DSBF) em 1936 e, posteriormente, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) em 1940.”(Souto, 2016. pág. 75)

Pensemos, então, em entender como essa política do saneamento se assentou nessas terras. A presença do estado através da diretoria/comissão do saneamento chefiada pelo engenheiro Hildebrando Góes, criada em 1933, a escolha pela execução deste se deu, como relatado em documentos, por uma busca em transformar a região da BF – um espaço antes “degradado” – em um local propício a ser de fato um região de subserviência ao RJ (Silva, 2019; Souto, 2016, Fadel, 2011). “O processo de metropolização da cidade do Rio de Janeiro teve como contrapartida o de periferização da Baixada e isto ocorreu em grande medida em função da atuação da Comissão/diretoria” (Silva, 2019, p. 107)

Não foi a Diretoria que construiu discursivamente a Baixada como periferia, mas produziu uma narrativa que possibilitou atrelar a imagem de pobreza àquelas terras, inclusive consolidando uma História, que mais tarde seria utilizada como principal instrumento de entendimento da região. (Silva, 2019, p. 107)

De fato a construção de uma historicidade periférica para a Baixada se dá pela soma de diversos fatores, e não foi apenas a comissão de saneamento que – com suas falas sobre a insalubridade da região – instaurou a Baixada como periférica. Mas o fato é: a prática do saneamento e a remodelagem da Baixada foi de fato um projeto para assentar os “de baixo” (Silva, 2019). Isso se torna claro quando observamos o percentual da população que não é atendida com um esgotamento sanitário adequado, como nos mostra o mapa.

Figura 5: Mapa de esgotamento sanitário na Baixada Fluminense.

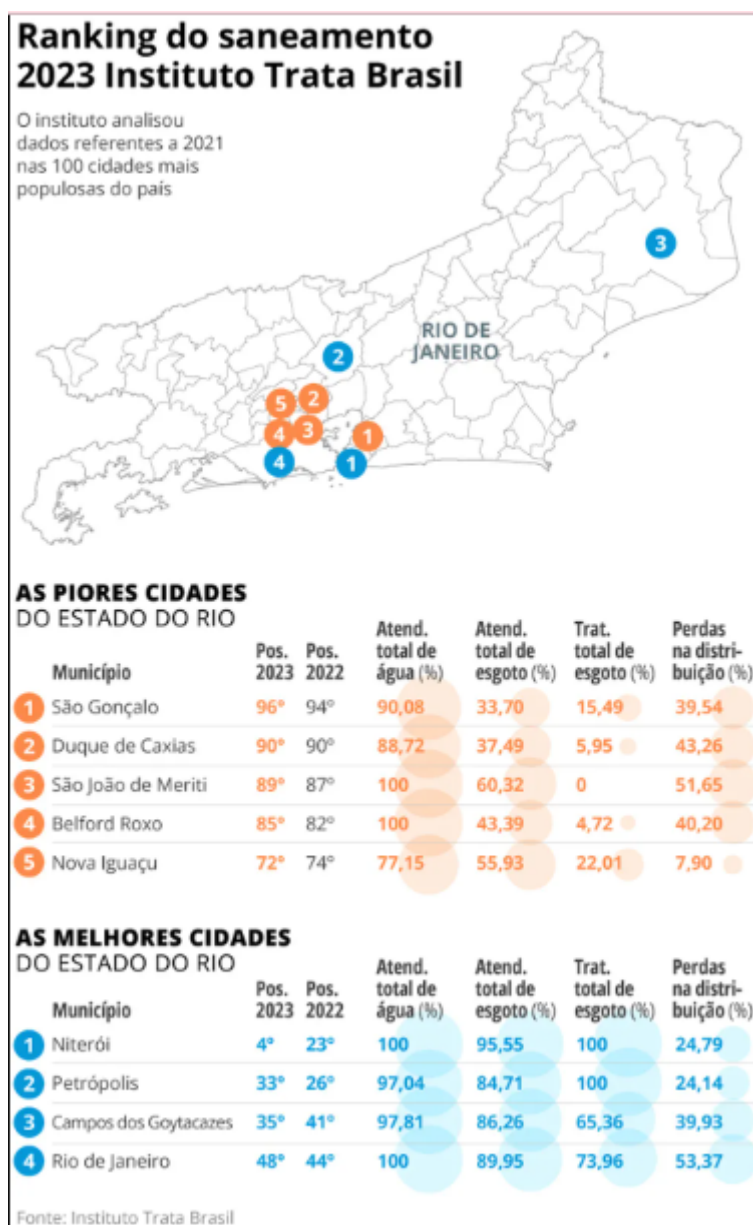


Fonte: Rocha (2022)

Com base no mapa da figura 5, podemos analisar o que estávamos tentando dizer através dos dados quantitativos de porcentagem de distribuição do saneamento por cada região. Observa-se que a Baixada Fluminense apresenta altos índices de ausência de

saneamento básico em diversos municípios, com destaque para áreas como Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados, Mesquita e Seropédica, onde a faixa de população sem acesso ao esgotamento sanitário ultrapassa 63%. Esses números contrastam com a capital, onde os índices são significativamente mais baixos, mostrando uma desigualdade na distribuição de infraestrutura sanitária entre a metrópole e os municípios periféricos.

Figura 6: Ranking de Saneamento de 2023



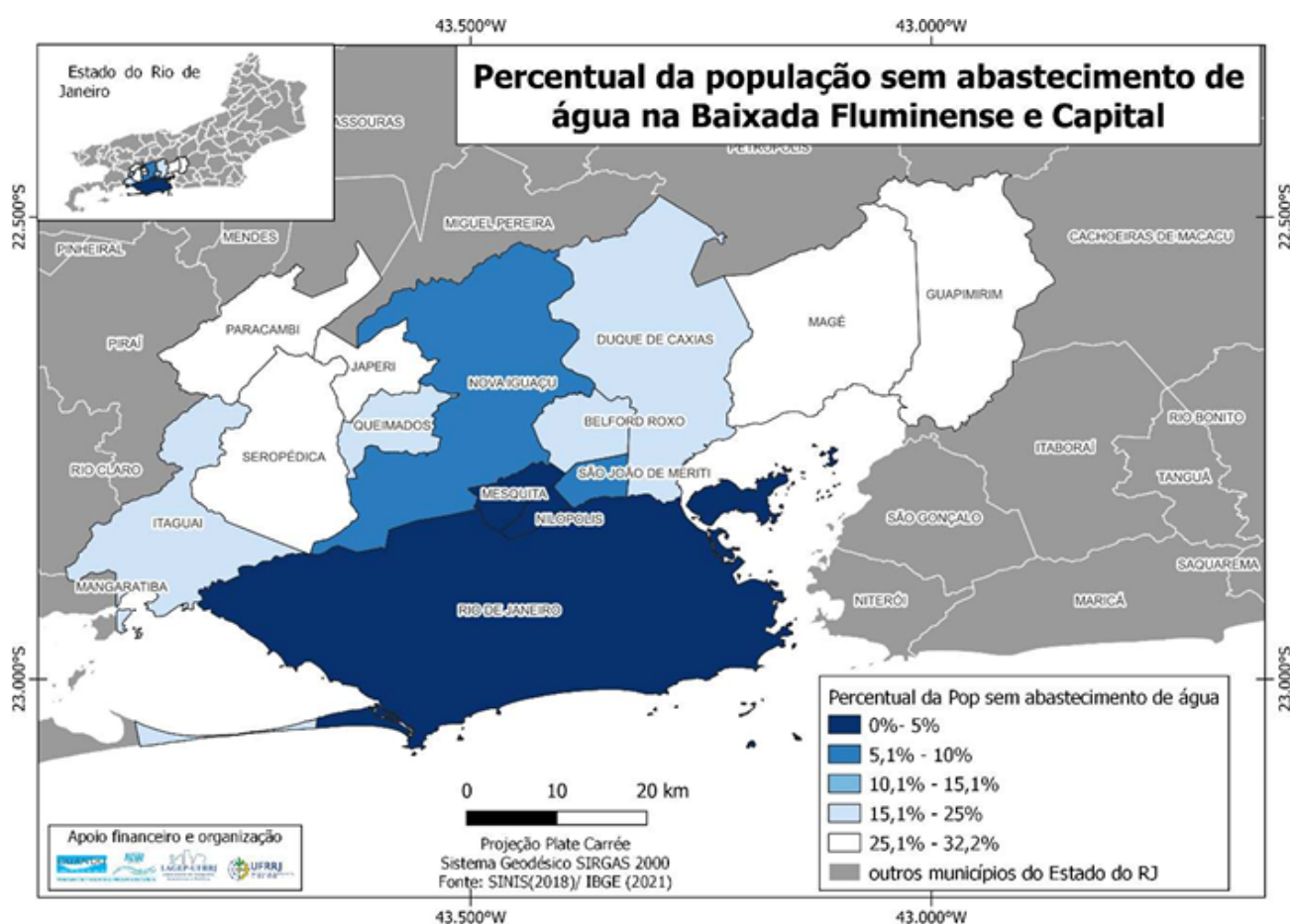
Fonte: Instituto Trata Brasil, jornal O Globo do dia 21/03/2023

Trazendo mais uma fonte de dados para o debate, podemos analisar que as melhores cidades – de acordo com o saneamento básico – se localizam em municípios que não se encontram na Baixada Fluminense, enquanto que a maioria dos que possuem o saneamento precário estão concentrados no território da Baixada, possuindo os piores índices de saneamento. O que mais choca é a atualidade deste dado.

1.3.2 Insegurança hídrica

É curioso pensarmos em insegurança hídrica na Baixada Fluminense, visto que os rios que ajudam a abastecer a Capital passam pela BF. De acordo com a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), a Estação de Tratamento de Água (ETA) Guandu, responsável por grande parte do abastecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, atende cerca de 9 milhões de pessoas¹³. O sistema capta água do rio Guandu, localizado na Baixada Fluminense, e é reconhecido como a maior estação de tratamento de água do mundo em operação contínua, com uma vazão de 45 mil litros por segundo (CEDAE). Podemos observar no mapa a seguir (Figura 7) como a configuração do sistema hídrico se dá de modo a excluir a Baixada do abastecimento adequado.

Figura 7: Mapa do percentual de população da Baixada e da capital não atendida com água (2018) em relação a estimativa da população em (2021)



Fonte: Rocha, 2022

Observando esse mapa, analisamos algo fundamental para a discussão fundamental para a discussão proposta: os dados, pois evidenciam uma contradição marcante: embora a

¹³ Informação retirada do Site da CEDAE

Baixada Fluminense seja estratégica para o abastecimento hídrico da Região Metropolitana – como já colocamos –, é justamente a população desse território que mais sofre com a falta de água. Enquanto o município do Rio de Janeiro apresenta apenas 5% da população com problemas de acesso à água, os dados mostram que os maiores índices de escassez estão concentrados na Baixada, revelando uma profunda desigualdade na distribuição dos serviços e no acesso aos recursos.

Esse complexo abastece não só a capital, mas também – deveria abastecer corretamente – importantes municípios da Baixada Fluminense, como Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti e Belford Roxo. Esse dado reflete a importância estratégica da Baixada para a segurança hídrica da cidade do Rio de Janeiro, evidenciando assim a interdependência entre essas regiões. Portanto, se temos em vista que uma das maiores fontes de segurança hídrica do Rio de Janeiro está localizada na Baixada Fluminense, como a insegurança hídrica e a falta de saneamento está tão presente no dia a dia da população desses municípios? Assim como nos aponta o recorte de jornal da Figura 8:

Figura 8 : Recorte de jornal O'Globo 01/02/2005



Fonte: Jornal O Globo

O que nos leva a crer que a situação não é a falta de água, mas sim um planejamento de um sistema que não foi feito para priorizar a Baixada Fluminense.

1.3.3 Uso do Solo

Como já examinamos e pontuamos anteriormente, o impacto do uso da Baixada era imprescindível de várias maneiras. Cabe-nos agora analisarmos mais a fundo como funciona esse esquema de ter essas terras como um “celeiro” – assim como nomeado nos recortes de jornais que vimos anteriormente. Esse território vem sendo obrigado a atuar historicamente

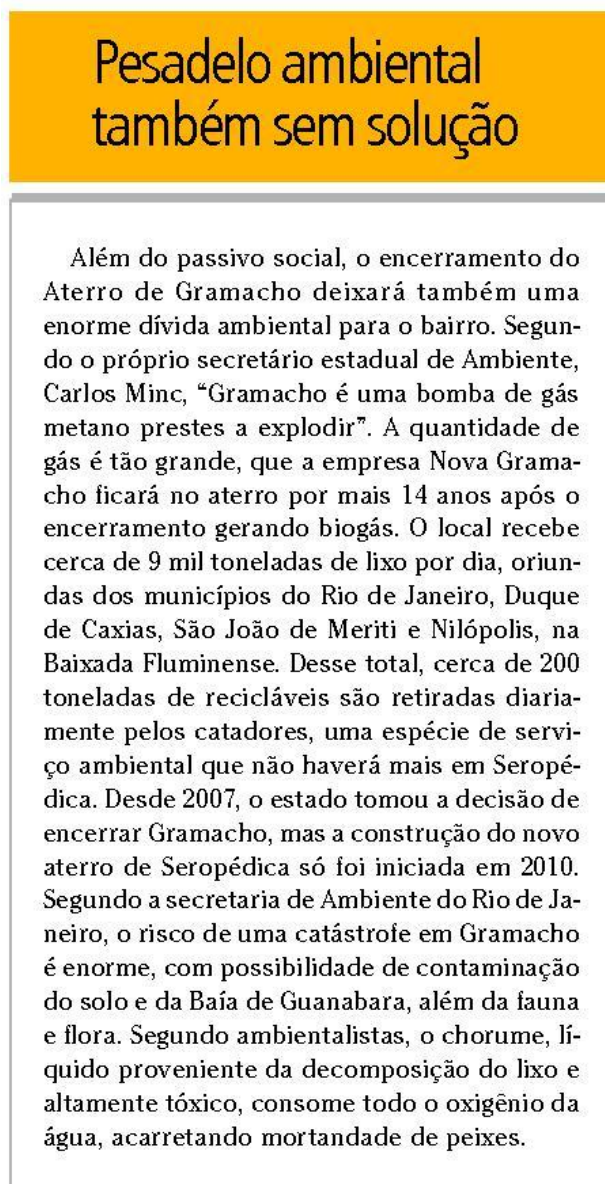
como uma extensão estratégica para suprir as necessidades da metrópole. Essa relação, entretanto, carrega tensões marcadas pela desigualdade na gestão do território, evidenciadas tanto na exploração produtiva, que já vimos anteriormente, quanto na destinação dos resíduos sólidos, que é o ponto desta nossa análise atual.

Historicamente, a fertilidade do solo e a disponibilidade de terras na Baixada Fluminense favoreceram seu uso como área de produção agrícola, consolidando a região como um "celeiro" que abastecia a capital. No entanto, com a urbanização desordenada e as mudanças nas dinâmicas econômicas, essa vocação inicial foi progressivamente substituída por usos que beneficiam o Rio de Janeiro, e como vemos, obviamente de maneira desigual.

O uso do solo na BF se ramifica em diversas desigualdades, porém para nos concentrarmos em um ponto específico da nossa análise, falaremos dos usos do solo para instalação dos aterros sanitários. A vista que uma das principais desigualdades que notamos é a concentração de aterros sanitários e lixões nas terras da Baixada. Afunilando ainda mais a nossa análise, vamos focar em um dos mais famosos aterros na região da Baixada Fluminense: o aterro de *Jardim Gramacho*, que se localizava em Duque de Caxias.

O Aterro foi inaugurado em 1978 e “Gramacho operou durante 34 anos, desde 1978 até o dia 03 de junho de 2012, quando oficialmente parou de receber lixo”((E))co, 2012). Originalmente planejado para ser uma solução para o descarte de resíduos sólidos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o local acumulou entre 60 milhões e 80 milhões de toneladas de lixo ao longo de mais de três décadas ((E))co, 2012). Outrossim, esse acúmulo de lixo não poderia deixar de causar impactos ao meio ambiente – obviamente –, principalmente na Baía de Guanabara –que ficava a 22 km– recebeu contaminantes oriundos da decomposição dos resíduos depositados no local ((E))co, 2012; Agência Pública, 2022), Como podemos observar no recorte de reportagem do jornal O Globo:

Figura 9: Recorte de jornal O Globo do dia 15 de março de 2011



Fonte: Jornal O Globo

Apesar de grande parte do lixo que se acumulou em Gramacho ser do Rio de Janeiro, ele se vê isento de responsabilidade pelos impactos ambientais, pois “pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos, aprovado em 2010, a coleta de lixo é de responsabilidade de cada município” (Brasil de Fato, 2022)¹⁴.

¹⁴ Citação retirada de: BRASIL DE FATO. *Gramacho: a cidade do lixo parada no tempo a 30 quilômetros da praia de Copacabana*. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/03/gramacho-a-cidade-do-lixo-parada-no-tempo-a-30-quilometros-da-praia-de-copacabana/>. Acesso em: 9 dez. 2024.

Figura 10: Imagem do Aterro de Gramacho



Fonte: Briso, 2022, Agência Pública.

Apesar de ser o mais famoso, a quantidade de aterros e lixões na Baixada é gritante, e apesar da interrupção do aterro de gramacho, ele deixa uma enorme marca de degradação ambiental para trás. Além disso, deixa uma população toda na miséria, sendo obrigados a conviver com as consequências causadas por ações de terceiros. A construção de sujeitos periféricos e zonas de sacrifício se torna gritante quando vemos a situação de Gramacho. Diante da análise desses três aspectos centrais em que o território é sistematicamente negligenciado, cabe, então, questionar: estaria a Baixada Fluminense configurada como uma zona de sacrifício?

1.4 -A quem serve os territórios desvalorizados, ou melhor, as zonas de sacrifício?

Para focarmos nossa análise nas zonas de sacrifício – e territórios em certa disputa/periferizados, que já demos certa introdução do que seria – não podemos deixar de falar dos atores sociais que se dispõem nesse espaço de maneiras diferentes. “(...) a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos” (Harvey, 2008 p. 74), tendo esses poucos construindo e moldando a cidade como bem entendem, a escolha de ocupação pelos que não detém esse poder torna-se nula, como já dialogamos anteriormente.

Sendo assim, para adentrarmos no conceito *zona de sacrifício* tomamos como referencial o modo de produção excludente que atualmente se assenta em nossa sociedade. Portanto, falamos de seleção de áreas favoráveis a serem determinadas a um setor econômico ou ao não olhar do governo como vias de implementação de políticas públicas e estruturas básicas. O caso é que para o capital se estruturar e se fortalecer ele precisa se reestruturar espacialmente, criando zonas mais favoráveis para a “exploração” e fragmentações territoriais “pois as cidades são poderosos instrumentos de viabilização desses padrões de acumulação em cada período” (Simões, 2007, p 27). Portanto o espaço, e consequentemente o território, e a criação de novas espacialidades permite o capital se reinventar. Como Junior (2023) pontua:

Através da lógica capitalista imputada nos processos que compõem a produção do espaço urbano e a segregação socioespacial, é possível visualizar os padrões de distribuição geográfica que grupos sociais historicamente marginalizados estão dispostos. Pelo viés da injustiça ambiental, infere-se que esses mesmos grupos sofrem impactos socioambientais desiguais. Assim, podemos conceber a injustiça espacial quando determinadas localidades sofrem impactos socioambientais desproporcionais vinculados a projetos e processos econômicos. (Junior, 2023 p 32)

Pensando nessa configuração espacial no qual este é fragmentado em porções mais “importantes” e porções “descartáveis”, podemos dizer que “(...) reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização” (Harvey, 2014, p 28). Poder coletivo este que quem possui são, como Harvey bem destaca ao longo de seu livro, os capitalistas que modelam e (re)modelam o espaço de acordo com as necessidades que se estabelecem ao longo da evolução do capitalismo. Aqui cabe destacar que concordamos com Simões (2007) quando este afirma que as relações sociais constroem as cidades – espaço – mas que as relações sociais pautadas no poder da massa dominadora detém um poder de moldar o território maior do que outras relações sociais.

Portanto tendo a urbanização como um fenômeno de classe, as áreas periféricas são destinadas às classes menos favorecidas – enquanto as áreas tidas como “nobres e de valor” são habitadas por uma classe dominante – e em contrapartida essas áreas funcionam também como ponto de mão de obra barata e instalação de empresas que geram lucro para outras regiões. Então, podemos chamar esses territórios de zonas de sacrifícios. Segundo Bullard:

As zonas de sacrificio descrevem como a vida é para as pessoas racializadas e pobres que vivem do “lado errado dos trilhos” e em “comunidades descartáveis” cujos residentes recebem uma proteção desigual, se é que recebem algum tipo de proteção; essas comunidades possuem usos da terra indesejados localmente e depósitos de poluentes industriais do lado de fora dos portões das fábricas (Bullard, 2011, apud Junior, 2023)

Seguindo esta linha de raciocínio, podemos afirmar que a criação de zonas de sacrifício é um fenômeno pautado no capitalismo e nas lutas de classe que reverberam deste. Portanto, as Zonas sacrificio são “localidades em que observa-se uma superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais.” (Viegas, 2006, p. 1). Podemos ainda dizer que este conceito está atrelado ao de *justiça ambiental*, pois a origem de utilização deste termo se deu nos Estados Unidos, quando “movimento de Justiça Ambiental associou a concentração espacial dos males ambientais do desenvolvimento ao processo mais geral que produz desigualdades sociais e raciais naquele país.”¹⁵

Logo torna-se impossível falarmos de zona de sacrifícios sem citarmos a *justiça ambiental*. Esse “lado errado dos trilhos” vem não só com o título de lugar “descartável” – “sem valor”¹⁶ – mas também com a perspectiva de ser um espaço degradado ambientalmente.

Mas de forma mais geral pode se falar em desigualdade ambiental como uma das expressões visíveis da desigualdade social, ou seja, os segmentos mais pobres e com menor capacidade de se fazerem ouvir estão mais expostos a riscos ambientais de toda ordem, em seus locais de moradia e de trabalho, bem como na localização de suas moradias na estrutura altamente diferenciada do espaço urbano (Acselrad, 2004, p 222)

¹⁵ Viegas 2006

¹⁶ Sabemos que não é exatamente sem valor porque para o capital os lugares descartáveis são úteis para o descarte de materiais e para a implantação de empresas em locais onde a fiscalização é mais flexível e a mão de obra é barata.

Para decodificar o conceito de Zona de Sacrifício por completo começamos então, pontuando o que define a Justiça ambiental – ou socioambiental – e a (In)justiça ambiental. O conceito de (in) justiça ambiental se baliza em uma sociedade desigual que ‘despeja’ sua maior carga de danos ambientais – causados em prol de um desenvolvimento – em locais majoritariamente ocupado por populações trabalhadoras, marginalizadas e vulneráveis (Herculano, 2006); já no que tange o conceito de Justiça ambiental, ele vem justamente como uma resposta a percepção de uma desigualdade social que produz sujeitos ambientalmente vulneráveis, portanto entende-se por:

conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas. (Herculano, 2006, p. 2)

Para visualizarmos melhor esses conceitos, podemos nos pautar então em alguns exemplos para enquadrarmos a questão em debate. O autor Viégas (2006) utiliza o distrito de Cava, uma região da Baixada que fica em Nova Iguaçu – dentre as outras que ele examina– como locus laboral de exemplificação do que seria uma zona de sacrifício. Em um trecho específico o autor pontua que Adrianópolis – um bairro do distrito– possui questões muito específicas acerca de sua localidade e infraestrutura.

“Os moradores sofrem de uma série de deficiências infra-estruturais, tais como: falta de iluminação pública; de asfaltamento nas ruas (que gera dispersão de poeira no ambiente); de atendimento médico; de escolas públicas, de um posto policial, de saneamento básico; e de áreas para lazer.” (ibidem, p. 15)

A Região ainda se encontra em uma localidade afastada do centro de Nova Iguaçu, cerca de 5 km, o que gera outros transtornos para os moradores. Ainda segundo o autor, a região tem sido alvo de diversas agressões ambientais “tais como: lixão da Marambaia; aterro sanitário de Adrianópolis; despejo de produtos químicos pela Fábrica de Papel Paineira Ltda; abandono de resíduos tóxicos pela Cerâmica Açores; depósito de materiais contaminados por ascarel pela empresa Furnas.”(Viégas 2006, p 15)

Esse local pode ser considerado então uma zona de sacrifício, por, segundo o autor, usarmos esse conceito para definir “locais onde há ocorrência de múltiplas práticas ambientalmente agressivas atingindo populações de baixa renda ou minorias étnicas.”(Ibidem, p 20). Como no caso de Adrianópolis, no qual a população tem que conviver com “a poluição industrial do ar e da água, depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de abastecimento de água, riscos associados a enchentes, lixões, pedreiras, etc” (Viégas, 2006, p 20).

Esse esquema em si – muito bem articulado – cria cada vez mais uma separação do próprio sujeito com o território em que vive, e sobretudo com as questões ambientais que estão submersas no seu dia a dia, mas que são apagadas por esse afastamento, esse paradigma que nasce da aceleração e modelagem das dinâmicas sociais.

Como Acselrad (2004) pontua, o próprio Estado e os diversos atores sociais, que compõem o espaço, interagem em uma permanente luta classista que busca sobretudo dar um sentido real à natureza evocando e reivindicando esta como um recurso. E os sujeito menos favoráveis nesta disputa, mal percebem as dinâmicas em que estão expostos.

Essa dinâmica bem articulada que molda a urbanização e a criação de espaços específicos para a utilização do capital – e o descarte do que não é tido como útil nesse sistema – se apoia em uma série de políticas bem estruturadas, o que parece feito ao acaso na realidade é um conjunto bem arquitetado de posicionamentos que impulsionam o crescimento

do capital. No mesmo passo que decidem qual território é importante e qual não é, também é decidido quais corpos são importantes e quais não são, quais são passíveis de viverem em melhores condições e quais não são.

Um conceito que explica esta questão é o que Foucault chama de *Biopoder* que refere-se basicamente “a uma técnica de poder que busca criar um estado de vida em determinada população para produzir corpos economicamente ativos e politicamente dóceis.” (Bertolini, 2018, pág. 87), ou seja, para Foucault (2008) a Biopolítica viria a ser um sistema de controle profundo sobre os corpos, de modo que questões básicas sejam controladas, o estado capitalista, segundo Foucault (2008, pág. 154), produz uma sociedade em que “os indivíduos são arrancados de sua comunidade natural e reunidos uns aos outros numa forma, de certo modo, nivelada e anônima, a de massa.”, portanto, a produção dessa sociedade sob controle e espaços fragmentado — e o espaço, construído com base nesta reordenação — também fortifica a construção de uma população frágil, ou melhor, é a fonte da construção desta.

Segundo o autor, a produção dessa sociedade “dócil” — esse movimento— começa concretamente a desenvolver-se a partir do século XVII (Foucault, 1999), se difundindo em dois polos: o *corpo-máquina* e o *corpo- espécie*. o primeiro vendo o corpo humano como máquina, na exploração de sua força de trabalho e no “crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (ibidem, p. 130), já o segundo — e este podemos dizer que concretizou o controle ‘soberano’ pelo corpo— se dá pelas controles reguladores: de qualidade de vida, de saúde, de duração de vida, nascimento e mortalidade, ou seja, todos os aspectos da vida humana.

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação, durante a época clássica, desta tecnologia de duas faces — anatômica e biológica —, individualmente e especificamente, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida, caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo (Foucault, 1988, p.130).

Corroborando com esse viés de pensamento Foucaultiano, Mbembe (2018) destrincha em seu livro como a população, desde sempre foi doutrinalizada, de certa forma, ao costume com a selvageria dessa política que define entre quem vive e quem morre, ao entender a política como uma forma de guerra “ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (Mbembe, 2018, p 1) pois o “(...) Terror e morte tornam-se os meios de realizar o *telos* da história, que já é conhecido” (Mbembe, 2018, p 23).

A criação dessas zonas de sacrifício, portanto, não é algo novo na história da sociedade, a forma como os acontecimentos exploradores e colonizadores se deram ao redor do mundo, onde existiam “classes sociais” já muito bem impostas, nos mostra como de fato essa biopolítica sempre esteve nos sistemas de relações do então *mundo moderno*.

A "ocupação colonial" em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico - inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição de novas relações espaciais ("territorialização") foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. (Mbembe, 2018, p 31)

As relações que se estabelecem no espaço – de poder – e criam e recriam territórios desde muito estavam impregnadas por essas relações já marcadas por divisões e fragmentações populacionais. Portanto, se essas territorializações eram criadas dadas essas relações, o que se criava era um campo de exclusão e subdivisão. Pois “não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos” (Foucault, 1999, pág. 89), porque, de fato, por trás dessas políticas há objetivos bem definidos. A desigualdade e desequilíbrio social são produzidas e reproduzidas para que o sistema seja mantido funcionando.

Segundo uma análise do sistema capitalista por Haesbaert (2004), o autor destaca que é intrínseco da produção do capital a constante movimentação, seja pela acumulação ou pela movimentação compulsória dos sujeitos em busca de subsistência, pois o sistema produz sujeitos vulneráveis. Instaura-se na sociedade então um forma quase que natural de dominação nas relações sociais e dominação dos objetos acima dos sujeitos, ou seja, de fato o capital só existe – e persiste – porque ele degrada os sujeitos dispostos no território.

O próprio Milton Santos nos traz isso quando fala de globalização e a fragmentação do espaço, expressando em seus ditos que o que prevalece hoje não é a necessidade ou vontade de cooperação, uma das justificativas dessa dita globalização – a integração – mas sim a necessidade de dominação e competição que atravessa esse meio técnico e científico e sobretudo a vida humana.

Uma coisa é um sistema de relações, em benefício do maior número, baseado nas possibilidades reais de um momento histórico; outra coisa é um sistema de relações hierárquico construído para perpetuar um subsistema de dominação sobre outros subsistemas em benefício de alguns. É esta última coisa o que existe. (Santos, 2013, p 32)

Portanto precisamos nos preocupar com a efetivação e normalização da criação desses lugares – zonas sacrifícios – que servem basicamente como “depósitos” urbanos, já que fomos ensinados ao longo da trajetória social a normalizar estes impulsos do capital.

É essa relação de “abandono” que cerca a Baixada Fluminense. Ao pensarmos em espaços que foram utilizados para expandir o capital de certa maneira, é impossível não prestarmos atenção nas mínimas nuances que cercam essa posição fragmentada do espaço e o conjuntos de políticas públicas – ou simplesmente a falta delas – que rondam o cotidiano das regiões periféricas às margens do capital. A normalização dessa fragmentação com a globalização, normaliza não apenas o uso dos territórios e a reestruturação destes, mas as relações que tecemos nos espaços que habitamos e o controle sobre diferentes corpos que atuam sobre este espaço. “Há um direito segundo o qual podemos tirar a vida de um homem, mas nenhum direito que nos permita lhe tirar a morte (...)” (Nietzsche, 1978, pág. 42).

Foucault (1979) destrincha acerca dessa apropriação dos corpos quando diz que a fórmula dos sistemas sociais imbuídos em um “corpo social construído pela universalidade das vontades” que não é o consenso que o faz surgir mas sim a materialidade do poder que se exerce por cada corpo individual (ibidem, 1979), podemos acrescentar, correndo o risco da incoerência sistêmica, que se existe um corpo – que não age de forma material, mas sim metafísica sobre o controle e vontades hegemônicas que se tornam universalmente impostas a outros corpos – a falácia embutida nessa ideia é de que faz-se crer que cada corpo em sua individualidade corrobora com a ideia das massas, ou seja, cada sujeito no emprego de sua individualidade acredita que é dono de suas vontades e pensamentos, quando na realidade é levado a pensar – e crer – por uma massa dominadora. Dona e detentora de todas as ideias centrais. E aí, voltamos para o ponto anterior, somos levados – historicamente – a achar normal a selvageria das políticas econômicas em nome do capitalismo que corrói e reconstrói

relações ao longo do tempo. Inclusive as relações que temos com nosso próprio território vivido.

Essa estrutura, em que estamos inseridos, de uma construção ideológica da própria cidade, é completamente auto-reprodutiva, ou seja, ela leva cada indivíduo a imputar no seu discurso práticas, pensamentos e noções imagéticas da própria realidade em que vive. E isto se deve, em primeira instância, à dinâmica econômica.

“A dinâmica econômica que cria e destrói formas, funções, classes e relações sociais e modifica fluxos, também é responsável, dialeticamente, pelas transformações políticas, culturais, ideológicas e jurídicas e, consequentemente, espaciais.” (Simões 2007, p 20)

Portanto, há uma constante ruptura, ou melhor, uma constante adaptação e modelagem do pensamento coletivo. O discurso, ele próprio, se aproxima da máxima econômica, e é construído no corpo social um senso de pertencimento, ou não pertencimento, baseado na régua do capital. Seria então o discurso uma base principal para a formação territorial?

1. 5 - O imaginário coletivo e o poder como peça chave territorial

Agora que fizemos essa construção acerca da Baixada Fluminense sua história ambiental de degradação e das Zonas sacrifícios precisamos ir na fonte de reprodução do pertencimento territorial, pois a construção da identidade cultural, e portanto o imaginário coletivo, se dá através das relações de troca que tecemos ao longo dos espaços que habitamos. Na atualidade outro importante ponto entra em cena, a questão midiática, reprodutora de uma identidade cultural e do discurso, que deságua na criação de um território- rede (Haesbaert, 2021). Não podemos deixar de fora o papel que a mídia tem de reproduzir e criar espaços – socialmente falando – pois se levamos em consideração um pensamento hegemônico que molda o corpo social e portanto se faz presente nas relações, precisamos pensar na mídia como uma ferramenta impulsionadora desse pensamento.

Utilizando a análise crítica do discurso (Resende e Ramalho, 2011) para analisarmos esta questão, nos deparamos com a formação cultural do sujeito enquanto próprio ser social na troca no espaço em que ele se estabelece e cria afetos – ou desafetos – se temos a linguagem como um signo propriamente dito dessa relação de troca “(...) o marxismo o localiza no signo, dado que a própria consciência só pode existir mediante a sua materialização em signos criados no processo de interação social” (Resende e Ramalho, 2011 P. 16). Portanto, tendo a esta como um signo ela é utilizada como forma de poder entre as classes, ou seja, a classe dominante usa a linguagem para exaltar suas ideias de modo que seu pensamento seja aquele a ser o válido, “universalmente aceito”.

Essa noção de várias vozes, que se articulam e debatem na interação, é crucial para a abordagem da linguagem como espaço de *luta hegemônica*, uma vez que viabiliza a análise de contradições sociais e lutas pelo poder que levam o sujeito a selecionar determinadas estruturas linguísticas ou determinadas vozes, por exemplo, e articulá-las de determinadas maneiras num conjunto de outras possibilidades. Conforme discutimos na seção anterior, o conhecimento da gramática é indispensável para que o(a) analista de discurso compreenda como estruturas linguísticas são usadas como modo de ação sobre o mundo e sobre as pessoas. (Resende e Ramalho, 2011, Pág 18)

Logo se a linguagem/discurso é um signo indissociável da prática social, ela se transforma também em uma impulsionadora da reconfiguração territorial “(...) Entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado (...)” (Resende e Ramalho 2011, p 26). Podemos novamente recorrer a Foucault (1979) quando este diz que a relação estabelecida pelo poder diante dos corpos sociais é sutil, por isso se torna tão potente, não se trata apenas de um poder punitivo – um poder que se exerce nas negatividades evidentes e punitivas– e tendo a linguagem como essa personificação do poder que atravessa os corpos, e chega de modo sutil e transforma até o imaginário identitário de uma população. As práticas discursivas institucionalizadas – como Foucault (1997) percebe o poder nas práticas modernas – tem um discurso bem centralizado na ótica do pensamento hegemônico e acima de tudo uma intencionalidade no discurso. Até a narrativa de quais municípios fazem parte de uma determinada região, e aqui usamos o nosso *locus* de exemplo – a Baixada Fluminense – se reconfigura de acordo com o discurso.

Foucault pontua que o poder se dissemina na construção de verdades – ao passo que abdica de verdades também – as verdades narrativas que são criadas acerca de um território, a despeito de substituições de outras verdades, moldam um novo território na constituição social do espaço. Portanto o “discurso é tanto um elemento da prática social que constitui outros elementos sociais como também é influenciado por eles, em uma relação dialética de *articulação e internalização*.” (Resende e Ramalho, 2011, pág. 39),

A internalização constitui a difusão das ações intencionadas de um aparelho do estado conduzido por massas. Como bem pontuado por Raffestin (1993) quem detém o poder da linguagem é capaz de construir um território, e entendendo portanto a língua como um recurso do poder, “(...) A língua é então, ao mesmo tempo, produto e atividade”¹⁷. O próprio Haesbaert (2014; 2015) quando fala de construção territorial demarca a população, esse aparelho do corpo social, como impulsionadora da criação do território e portanto detentora de uma intencionalidade, seja ela impulsionada por terceiros ou não, pois afinal quem detém o poder linguístico na sociedade? – Ou seja, quem detém o poder de alienar ou induzir sujeitos a determinadas verdades?

Se partirmos do pressuposto de que o discurso possui o poder de enraizar significados e produzir territorialidades nos sujeitos, é possível avançar na compreensão da multiplicidade territorial e dos territórios simbólicos. Segundo Haesbaert (2014), o território não se limita ao espaço físico ou material, mas se manifesta também em dimensões simbólicas, afetivas, políticas e virtuais. O autor propõe a ideia de *multiplicidade territorial* para evidenciar que os sujeitos e grupos sociais não se vinculam a um único território, mas habitam múltiplas territorialidades simultaneamente – físicas e simbólicas – construídas por suas experiências, afetos, representações e relações de poder. Nesse contexto, o *território simbólico* se configura como aquele que, embora não necessariamente delimitado por fronteiras materiais, é efetivamente vivido e reconhecido socialmente por meio de sentidos compartilhados.

É nesse ponto que a mídia se apresenta como um agente central na construção dessas territorialidades simbólicas. Ao difundir discursos, imagens e representações, a mídia atua como um dispositivo produtor de imaginários coletivos, muitas vezes impulsionados por interesses hegemônicos. Se compreendermos a produção do território como uma construção social — permeada pelo poder —, torna-se evidente que o espaço também é (re)configurado pelos discursos midiáticos. A mídia, a partir disso, assume o papel de deflagradora de imaginários territoriais, reforçando estigmas ou promovendo pertencimentos, a depender de quem detém o controle da narrativa.

¹⁷ Raffestin, 1993, p 99.

Hoje temos uma diversidade ou conjunto de opções de territórios/territorialidades com os quais podemos “jogar”, uma velocidade (ou facilidade, via internet, por exemplo) muito maior (e mais múltipla) de acesso e trânsito por essas territorialidades – elas próprias muito mais instáveis e móveis – e, dependendo de nossa condição social, muito mais opções para desfazer e refazer constantemente essa multiterritorialidade (Haesbaert, 2021, p 344)

Sendo, portanto, o território uma construção social — hoje mais subjetiva e multifacetada do que nunca —, marcada pela possibilidade de formação e sobreposição de múltiplas formas territorialidades, a questão que se impõe é: de que forma o poder se articula ao imaginário coletivo a ponto de co-criar identidades territoriais por meio de discursos enraizados e potencializados, especialmente através do apelo midiático?

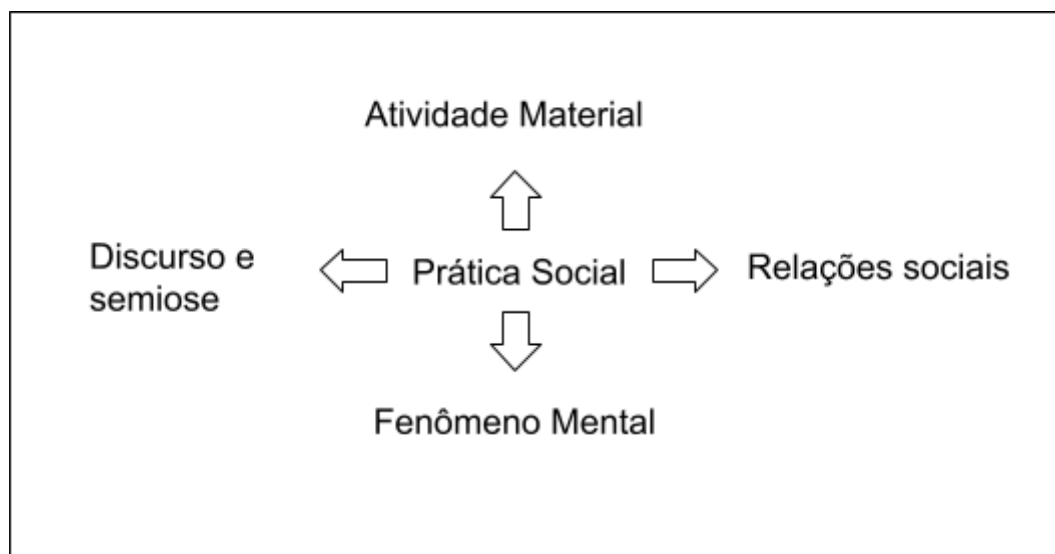
Se já sabemos que o poder é uma peça chave para que surja um território – está aí então a sua principal diferença do conceito de espaço – e se ele, corroborando com Foucault (1997), quando este diz que o poder não age apenas de forma punitiva e na realidade é sutil, estando em todas as relações de maneira quase que imperceptível, estando presente tanto no conceito de corpo social – comandado pela massa dominadora – quanto no corpo individual de cada sujeito, se propaga também através dos discursos, a produção de zonas sacrificiais é o resultado da disseminação de verdades negativas a despeito de um lugar para que ele seja usado como bem entendem aqueles que detêm o poder sobre o discurso.

O próprio Lefebvre (2001) aponta que a cidade é uma *obra* e que essa obra sempre aponta para direção do dinheiro, na direção de *produtos* “(...) Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca” (Lefebvre, 2001, pág. 12). Considerando o exposto, a realidade social é uma construção e está em constante manutenção, assim como os conceitos que circundam as relações sociais – o espaço, o território e etc – e isso explica porque se torna tão difícil entrar em um consenso sobre a delimitação da Baixada. Pois o valor de uso entra em cena, assim como Lefebvre pontua:

a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso. (Lefebvre, 2001, p 14)

Essa realidade urbana que Lefebvre aponta sempre é seguida por uma ordem, mesmo que pareça desordenada “a desordem suburbana oculta uma ordem” (Lefebvre, 2001, pág. 28) portanto o sistema que está imposto na construção dos espaços é sem dúvidas inundado de significações e objetivos “se considerarmos a cidade como *obra* de certos agentes históricos e sociais, isto leva a distinguir ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e o seu “produto”.¹⁸ Logo, a ideologia imputada nos discursos segue uma lógica também de uma luta classista que encontra seu ambiente no espaço. Lógica/ ideologia que se funde no discurso e na prática social. Como podemos ver na Figura 11.

¹⁸ Lefebvre, 2001, p. 54

Figura 11 : Momentos da Prática social¹⁹

fonte: Resende e Ramalho (2011)

Observando a o esquema da figura 12, podemos perceber mais nitidamente que muitas coisas fazem parte da formulação da prática social – ou do corpo social em si – ou seja, tudo que está inserido nas práticas sociais e no discurso está imbuído de construções externas, indo na fonte que os autores da ACD utilizam para a sua análise, podemos encontrar em Chouliaraki e Fairclough (1999) uma análise profunda a respeito das práticas sociais modernas que moldam a sociedade, “Com relação à vida social, partimos do pressuposto (...) de que ela é composta de práticas. Por práticas entendemos formas habituais, ligadas a tempos e lugares específicos, em que as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agir em conjunto no mundo.”²⁰ (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 21), os próprios autores pontuam que “as vantagens de se focar nas práticas é que elas constituem o ponto de conexão entre as estruturas abstratas e seus mecanismos, e os eventos concretos – entre ‘sociedade’ e pessoas vivendo suas vidas”²¹

Resende e Ramalho (2011) analisam a perspectiva de abordagem de Chouliaraki e Fairclough (1999) como um olhar mais amplo da abordagem social, pois englobam outras vertentes na composição da análise do corpo da sociedade, isto é percebendo que existe um momento da prática que se aplicado a cada reação social em determinado tempo e espaço.

Porém, ambas as análises corroboram profundamente em um ponto, a prática social se constitui por uma contínua permanência/ impermanência, concreto/abstrato. As ações da relação social estão sempre em constante ponto de ruptura, pois há entre elas, subentendido nesse esquema da figura 7, o poder que Raffestin e Foucault vão chamar de “invisível”, aquele que espreita todas as relações, mas não obstante há o Poder que se torna visível, aquele que se torna visto por sua operação através dos sistemas “finais” do estado e do governo, aquele que imputa às regras sociais que seguimos.

Voltando para o nosso *locus*, a Baixada Fluminense, Ana Lucia Enne (2013) nos convida a refletir sobre como “precisamos pensar de que forma uma mesma área pode ser construída de forma múltipla a partir dos diferentes referenciais dos atores sociais (...) da mesma forma que pensamos as identidades como construídas em perspectivas

¹⁹ Esquema produzido por Ramalho e Resende (2011) baseado nos ditos de Chouliaraki e Fairclough (1999)

²⁰ Tradução livre da autora

²¹ Tradução livre da autora

interrelacionais” (ibidem, p 12) e trazendo a perspectiva dos autores Chouliaraki e Fairclough (1999), podemos compreender que o discurso constrói não apenas o espaço, mas ele é determinado através das ações sociais em um determinado tempo e espaço, moldando, como dito anteriormente – e assim os outros conceitos que permeiam essa “constelação geográfica de conceitos”²² – mas a perspectiva que os sujeitos tem sobre ele, assim é construído o imaginário social e cultural que por sua vez constrói, mutuamente, a territorialidade, como Gomes (2020) acrescenta “Nesse sentido, a região como um quadro de referência na consciência das sociedades; o espaço ganha uma espessura, ou seja, ele é uma teia de significações de experiência, a região define um código social comum que tem uma base territorial.” (Gomes, 2020, p 67).

Nesse sentido, podemos fazer uma rápida análise de como esse discurso que molda um território aconteceu na Baixada Fluminense. Vamos recorrer novamente a recortes de jornais para entendermos como essa construção e reconstrução narrativa se deu de maneira a remodelar a forma que esta região passa a ser vista.

Figura 12: Recorte do Jornal O Globo 02/09/1990

Na Baixada, o comércio dos assassinos profissionais

A Baixada Fluminense, conhecida como região violenta, agora está exportando violência. É de lá que vem a maioria dos matadores de aluguel, contratados por baixo preço, por causa do excesso de oferta. Os pistoleiros geralmente são procurados no chamado Lote Quinze, entre Belford Roxo e Duque de Caxias. Quando são presos, conseguem logo ser libertados por antigos clientes, porque sabem demais. **Página 38**

Fonte: O globo, 2 de setembro de 1990

²² Haesbaert, 2014

Figura 13: Recorte do Jornal O Globo 21/12/1980

Baixada Fluminense, do ouro à violência

Percival de Souza. A MAIOR VIO-
LÊNCIA DO MUNDO — BAIXADA
FLUMINENSE. Análise sociológica.
Traço Editora, 142 pg. Cr\$ 250.

Ainda que a matéria-prima tratada seja a violência e a impunidade — é preciso ler o livro de Percival de Souza sobre a Baixada Fluminense, com seus 3,1 milhões de habitantes (cerca de 3% da população brasileira) para se conhecer em certos aspectos até então ignorados.

A Unesco, o organismo da ONU para a educação, ciência e cultura, fez um estudo e concluiu: o Distrito de Belford-Roxo, na Baixada, é o lugar mais violento do mundo. Mas não é só de dados dessa natureza que o livro é rico. Trata-se de uma pesquisa (entendida aí como um compromisso afetivo), uma investigação da sua história, da sua origem.

A fonte mais direta, os historiadores locais, Waldick Pereira, Ruy Afrânio Peixoto, Ney Alberto, contam que outrora a Baixada foi

uma região muito rica, caminho obrigatório para o ouro que vinha de Minas Gerais. E o declínio começa quando é inaugurada a segunda estrada de ferro brasileira (Campo de Sant'Anna, Queimados) em 1858. Com a passagem dos trens, os portos começam a ser abandonados.

Até a década de trinta, ela foi a principal produtora de laranjas do Brasil. A derrocada veio nos anos 40, com a queda das exportações, em consequência da Segunda Guerra Mundial. Os grandes proprietários deixaram então a área ao abandono, vendendo ou doando suas fazendas. Começaram assim os loteamentos clandestinos, a ocupação caótica dos terrenos.

Antigo celeiro no tempo do Segundo Reinado, reservatório de mão de obra barata, a Baixada persiste como uma espécie de "dormitório" do Rio, com sua dependência cultural e econômica.

VANESSA ESCOBAR

Fonte: O Globo 21 de dezembro de 1980

A Baixada, como podemos analisar nesses recortes de jornais, era vista — e construída discursivamente para ser — como um local do abandono e violento, um local sem “planejamento”. Entretanto, na década de 1990, o Rio de Janeiro sofre um declínio na sua economia, portanto necessitando atrair investimentos e gerar empregos em suas terras, então com a desindustrialização, a queda de empregos e a crise fiscal se instalando, a solução era transformar as terras da baixada em “um território de oportunidades” (Enne, 2013). O recorte de Jornal a seguir representa bem o que estamos falando.

Figura 14: Recorte do jornal o globo 30/10/1990

INFORME PUBLICITÁRIO

BAIXADA FLUMINENSE: O LADO POSITIVO

Messias Soares

Ao mostrar o lado positivo da Baixada Fluminense pretendo fazer um alerta ao empresariado nacional e multinacional; senão, vejamos:

A Baixada Fluminense possui um dos mais ricos potenciais viários do País: é cortada, de um lado, pela Rodovia Washington Luiz que atravessa o município de Duque de Caxias, dando acesso a Magé, a Nilópolis, à Região Serrana e ao Norte do País. É cortada, ainda, de um outro lado, pela Rodovia Presidente Dutra, que atravessa São João de Meriti, Nova Iguaçu, Nilópolis e Itaguaí, dando acesso ao Sul do País.

Tudo o que vem do Norte para o Sul do País, e vice-versa, atravessa necessariamente a Baixada Fluminense que, a nível terrestre, divide o Brasil em duas partes.

A Baixada Fluminense está a poucos minutos dos principais aeroportos e do cais do porto da cidade do Rio de Janeiro, além do Porto de Sepeliba.

A Baixada Fluminense sedia, em Duque de Caxias, a REDUC, uma das maiores refinarias de petróleo do mundo.

A Baixada Fluminense está recebendo em Itaguaí o Pólo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, que vai criar 25 mil novos empregos diretos e milhares de outros indiretos.

A Baixada Fluminense é cercada pelo maior potencial turístico do país: a cidade do Rio de Janeiro, a Região Serrana e a Região dos Lagos.

A Baixada Fluminense é banhada pelo mar nos municípios de Duque de Caxias, Magé e Itaguaí.

A Baixada Fluminense, com seus milhões de habitantes, soma dos aos milhões de habitantes dos municípios vizinhos, como o Rio de Janeiro, por exemplo, e mais a sua enorme população flutuante, se constitui num grande mercado consumidor e de mão-de-obra. O comércio nesta região é próspero e forte, mas ainda existe muito espaço nesta área.

A Baixada Fluminense possui milhares de quilômetros quadrados de terras aproveitáveis ao longo de sua riquíssima malha rodoviária, próprios para a indústria ou para a agricultura, principalmente pelas facilidades de escoamento.



A Baixada Fluminense é atravessada, em Duque de Caxias, pelo gazoduto que liga Campos à cidade do Rio de Janeiro, trazendo o gás que é, ao mesmo tempo, combustível e matéria-prima para alguns produtos.

A Baixada Fluminense possui duas outras riquezas desaproveitadas e que precisam ser reativadas: o parque industrial da Fiat (ex-FNM), em Xerém, distrito de Duque de Caxias e o complexo têxtil de Santo Aleixo, em Magé.

Como vimos, a violência não é a principal característica da Baixada Fluminense como certos setores da imprensa querem fazer crer. A violência é, hoje, como na verdade sabemos, uma das características das principais regiões metropolitanas do Brasil e do mundo. A Baixada Fluminense tem tudo para sair do noticiário policial e ingressar no noticiário econômico.

Senhores empresários: redescubram a Baixada Fluminense e façam um ótimo negócio.

MESSIAS SOARES é

Deputado Federal pelo RJ

Transcrito do Jornal do Comércio de 8/9/90

Fonte: O globo, 30 de setembro de 1990

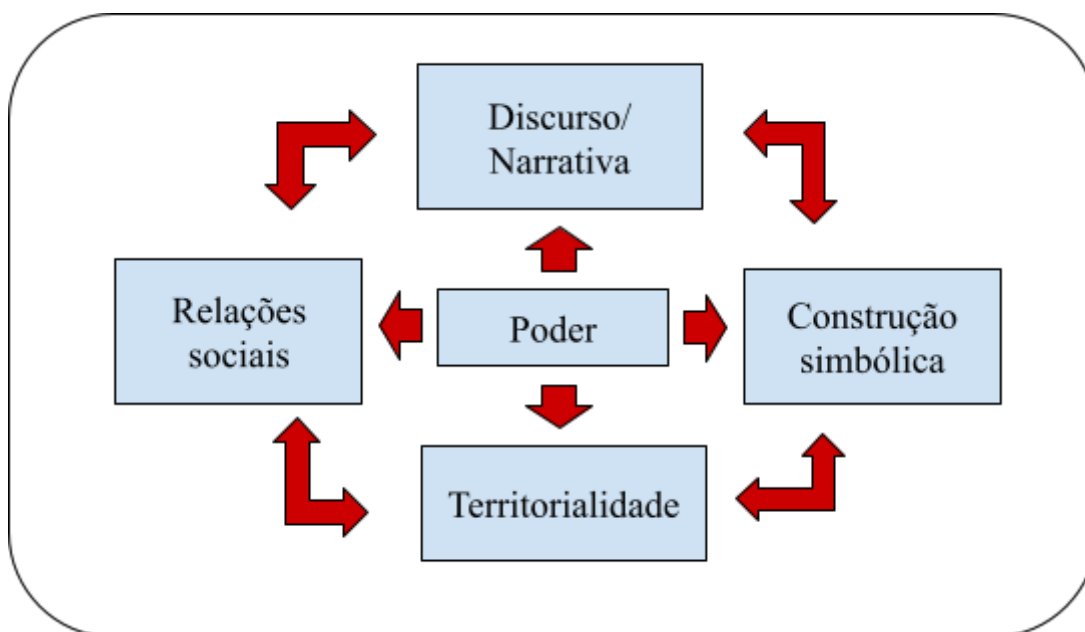
“Senhores *empresários* redescubram a Baixada Fluminense e façam um ótimo negócio”, esse é o final que acompanha uma reportagem cheia dos “lados positivos” da Baixada, positivos que favorecem a capital: Sejam suas vias que levam mais rápido até o Rio, a mão de obra da população e o terreno com preços relativamente mais baixos para a

instalação de empresas. Então a súplica para que os empresários redescubram a Baixada Fluminense, não é pelas maravilhas que eles podem encontrar por aqui, nem pelos benefícios que essa região poderia oferecer a seus próprios habitantes, mas sim pelo potencial que ela representa para atender às demandas da capital. Dessa forma, a reportagem reforça uma visão utilitarista da Baixada Fluminense, em que seu valor é medido não por suas características intrínsecas ou pelo bem-estar de sua população, mas pelo quanto pode servir aos interesses econômicos do Rio de Janeiro.

Logo, esse processo de mudança discursiva, como analisado por Enne (2013), revela um deslocamento no significado atribuído à Baixada Fluminense. De um espaço de exclusão, a região passou a ser vista como um “*território de oportunidade*”, sendo essa visão moldada principalmente pelos interesses da capital. A “redescoberta” da Baixada, portanto, não se deu pelo reconhecimento de sua riqueza social e cultural, mas pela sua funcionalidade dentro de um contexto econômico do Rio de Janeiro. Essa perspectiva pragmática evidenciada pela imprensa demonstra como os sentidos atribuídos ao território estão intrinsecamente ligados às relações de poder e à lógica do desenvolvimento econômico da metrópole.

Nesse contexto, podemos, então, reproduzir o esquema do “momentos da prática social” (Resende, Ramalho, 2011) de uma outra forma:

Figura 15: Prática da Construção Territorial



Fonte: organização da autora inspirado em Resende e Ramalho (2011)

Esse esquema nos resume o que já estabelecemos ao longo deste capítulo: como o poder está de maneira central em todas as relações, e como a partir dele as práticas sociais se massificam e tomam o discurso como ponto para criar narrativas sobre determinados territórios ou criar culturas, baseado sempre na classe dominante, sendo essa classe que detém o poder de criar esse território simbólico (Bourdieu 2007), pois, o discurso é uma prática que molda a realidade, legitimando ou deslegitimando certos lugares e sujeitos (Raffestin, 1993). Essa prática discursiva deságua na territorialidade que é, justamente, o modo de viver e se apropriar do espaço (Haesbaert, 2014), que é tecida em meio às interações entre sujeitos. Observa-se aqui, então, uma dinâmica circular, cuja força reside justamente em sua constante retroalimentação e a peça central é o poder.

Como resultado, falando de zonas de sacrifícios, justiça e injustiça ambiental, e dessa construção ideológica do espaço – que molda e reconstroi territórios – precisamos pensar que os territórios legalmente protegidos, as Unidades de Conservação, entram nesse discurso também, e se a criação deles também se assenta por poder – e discursos políticos – a quem de fato eles servem?

CAPÍTULO 2- A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO AMBIENTAL: A QUEM SERVE ?

No segundo capítulo, será discutida a constituição das áreas legalmente protegidas, com foco em compreender seus objetivos e a quem, de fato, elas atendem. A partir de um diálogo com o território da Baixada Fluminense, busca-se refletir sobre como essas áreas se articulam com uma região marcada por desigualdades históricas e estigmas. O capítulo aprofunda o conceito de unidades de Conservação, investigando em que medida esses espaços incorporam – ou resistem – aos sentidos negativos atribuídos à Baixada, e como esses fatores podem influenciar ou não sua gestão.

2.1 Territórios legalmente protegidos: legislação e criação, por que e pra quem?

Pensar em espaços legalmente protegidos, como as Unidades de Conservação, também é pensar em um território construído, como vimos anteriormente. Um território que está sobreposto a outro(s) e se relaciona com uma multiplicidade de conflitos sociais, pois antes de ser dada como um território protegido, ela já fazia parte de um território posto, com seus próprios conflitos e questões. “A territorialidade humana seria, portanto, uma poderosa manifestação de atores sociais organizadas que condiciona o exercício do poder”(Coelho, Cunha e Monteiro, 2009. pág 72) de formas variadas, expresso, por exemplo, em selecionar e “cercar” certa área – afinal podemos nós meros cidadãos estabelecermos uma área como uma unidade de conservação? – Em vista disso, esses espaços seriam também uma “criação social e histórica”; (Coelho, Cunha e Monteiro, 2009. pág 72). Uma criação que também é pautada por normas e leis, o que a caracteriza neste fim, sem dúvidas, como um território.

Dessa maneira, observando os espaços legalmente protegidos como o que de fato o são, nos defrontamos com a presença das ações sociais que inferem neste espaço, através de movimentos que expressam seu poder, o consumando neste território. Ações que influem de diversos sujeitos – atores sociais – e nesta dinâmica territorial – os espaços legalmente protegidos– esses atores se dispõem da seguinte forma: população do entorno, gestores das Áreas legalmente protegidas e o Estado. Torna-se interessante ressaltar que faz pouco tempo que as pesquisas e discussões se voltaram para as populações ao entorno, essa discussão só começou a ser amplamente debatida e aplicada no Brasil nos últimos 30 anos (Coelho, Cunha e Monteiro, 2009), o que revela muito sobre a forma tardia e muitas vezes negligente com que lidamos com a natureza.

Embora se tenha de fato começado este aprofundamento no assunto, a problemática central que perpassa a relação da sociedade com a natureza ainda se encontra longe de ser resolvida – como bem entendemos ao decorrer do primeiro capítulo – , e o afastamento de determinadas populações de sua terra, com a delimitação de áreas protegidas de maneira a não englobar a população na demarcação e criação, agrava ainda mais tal paradigma. As comunidades tradicionais que viviam na Amazônia, por exemplo, hoje se defrontam com uma série de questões, inclusive a presença de empresas, que os limitam a se relacionarem com a terra do modo que sempre lhes foi familiar, e, sobretudo cultural. “São diferentes os projetos, os interesses, as práticas e as representações dos diversos atores sociais envolvidos/afetados na/pela delimitação de áreas destinadas à proteção dos recursos naturais” (Coelho, Cunha e Monteiro, 2009, p 68).

Tomemos o caso da Reserva Biológica do Rio Trombetas²³, na Amazônia, como exemplo, criada em 1979, em um local que já possuía uma população remanescente

²³ É válido ressaltar que a utilização desta unidade como exemplo se dá no âmbito de explicar como se estabelecem as relações entre os espaços protegidos e as populações que já habitavam esse território. Entende-se que o exemplo da Amazônia é de suma importância pois mostra de forma intensa o que queremos dizer.

quilombola. Esta população se vê ameaçada por alguns fatores que vão além da delimitação das terras para a Rebio, nessa época as empresas mineradoras – em especial a Mineradora do Rio do Norte (MRN) – utilizavam as demarcações de terras protegidas para “proteger” seus interesses exploratórios e seus territórios de exploração mineral – vide a mineração de Bauxita.

Na segunda metade do século XX, as ameaças aos territórios e as lutas pela sobrevivência dos quilombolas ficaram ainda mais claras com a instalação local das empresas mineradoras da bauxita e com a criação de duas unidades de áreas federais protegidas: a Reserva Biológica de Trombetas (área de 268.150ha, criada pelo Decreto-Lei 83.716, de 1979), no lado esquerdo do rio, e a Floresta Nacional de Saracá-Taquera (área de 429.000ha, criada pelo Decreto-Lei 98.704, de 1989), do lado direito, onde ocorre a exploração mineral efetuada pela MRN, que ocupa área de 200 hectares. (Coelho *et al* 2009, pág. 83)

Ou seja, temos aqui alguns atores sociais expostos na luta pela territorialização do mesmo espaço: os remanescentes quilombolas, que já possuíam um modo de convívio e relação com esse espaço, o Estado – na demarcação de terras – e as empresas mineradoras que também, assim como todos os atores aqui destacados, possuem um interesse e uma intenção ao utilizar a terra. Sejam esses interesses para a sobrevivência ou pelo uso indiscriminado da terra.

Torna-se imprescindível salientarmos que nesta pesquisa o objetivo não é tirar a importância das Unidades de Conservação e das maneiras de se preservar a biodiversidade de determinados territórios, busca-se, entretanto, compreender de que modo elas são criadas e por quem, pensando que antes desses espaços serem constituídos como legalmente protegidos, existia uma população ali, com demandas e modos de relação bem estabelecidos com aquela natureza. E que determinadas formas de demarcar territórios ambientais e “separá-los” para a preservação, pode provocar o agravamento do paradigma disjuntivo (Morin, 1997) que separa cada vez mais a sociedade da natureza, pois a realidade é que se tivéssemos um bom relacionamento com a natureza nem precisaríamos “resguardar” esses espaços, e que toda essa demarcação e separação é feita com base em um fim específico, que pode ou não ser benéfico, como podemos observar no caso da Amazônia, onde mesmo essas áreas sendo preservadas e “separadas” de algum modo isso só afeta os remanescentes quilombolas que se veem afastados das terras que estes já possuíam um relacionamento de sobrevivência e subsistência, já as mineradoras enxergam esse local como uma espécie de reserva para seus usos.

Os atores sociais que se defrontam em atitudes e interesses diversos se relacionam e constituem a sobreposição de múltiplas territorialidades em um mesmo território. Pensando que, nas formações territoriais diversos agentes estão inseridos, não podemos pensar o espaço sem incluirmos nesta reflexão o papel do Estado e de outros agentes que interferem diretamente na mutação do território, pois este antes de tudo é constituído pelas relações inferidas no espaço, e “justamente por ser relacional o território inclui também o movimento, fluidez, as conexões” (Haesbaert, 2011, p 56).

Com isto posto, entendemos que as Unidades de Conservação não são estáticas, mas sim imbuídas de intenção daqueles que as implementam e daquele que as manejam. Sendo espaços de múltiplas demandas e intenções, onde múltiplos territórios coexistem. Logo, podemos passar a tentar compreender como os espaços legalmente protegidos se relacionam. Pensando então que o que reverbera na criação desses espaços é a intencionalidade e estratégias estreitamente relacionadas entre si, segundo Coelho, Cunha e Monteiro (2009, p 74), podemos classificar a criação das Unidades de Conservação em 3 pontos:

a) criação de unidades especiais de proteção ambiental como forma de elaborar e implementar normas e regras de proteção ambiental, que desempenharão possível papel demonstrativo civilizador dos indivíduos organizados em sociedade; b) invenção de regras e normas que condicionam o maior controle social, territorial e ambiental, e que são impostas às coletividades e aos indivíduos, além daqueles que eles- grupos sociais e indivíduos- impõem a si mesmos; e c) a definição de unidades de conservação é parte das transformações de poder que induzem as mudanças dos comportamentos individuais e coletivos, daqueles direta ou indiretamente afetados por sua constituição (organizados em termos de alianças e tensões) e eventualmente envolvidos no processo de busca de novas identidades territoriais coletivas.

Sendo assim, tais elementos evidenciam que esses espaços tornam-se territórios marcados por tensões e articulações com outras dinâmicas territoriais nas quais estão inseridos. Nesse contexto, a criação de Unidades de Conservação revela disputas em que determinados interesses e formas de uso do território são privilegiados em detrimento de outros, a depender de quem detém o poder de decisão e de representação social e política.

Pensando no nosso recorte geográfico de análise, essa ideia de multiplicidade de territórios e relações de poder, embutidas em normas e regras, toma uma nova forma. Se nosso exemplo anterior, o caso da Amazônia e suas UC, já se torna um exemplo gritante para o que tange zonas de sacrifício, a situação da Baixada ganha outra conotação. Veja, ao longo do primeiro capítulo analisamos como o discurso impacta um indivíduo – ou um grupo – acerca de um lugar ou de uma política, a questão da Baixada fluminense, perpassa um lugar que foi moldado discursivamente para ser um espaço de sacrifício – ou de serventia ao Rio de Janeiro, se quiser uma nomeação um pouco menos impactante – às diversas Unidades de conservação que estão nesse território, são criadas então com esse discurso já muito bem estabelecido.

Logo, considerando o território onde se encontram essas Unidades – além do território que elas próprias constituem quando são implementadas – elas passam a ser tanto paradigmas quanto fatos concretos, pois são locus de práticas de diversos grupos sociais, – em tempos distintos – do exercício do poder e do controle territorial.

A serventia das Unidades de Conservação então se torna múltipla, pois mesmo que consideremos estas como importantes fontes de preservação da Natureza e da Biodiversidade, estas também são cooptadas pelo mundo capitalista que vivemos, onde até mesmo a sua própria criação não foge do primeiro instinto de resguardar recursos, onde a limitação do acesso à população nativa da região causa ainda mais a ruptura de um relacionamento entre sociedade e natureza. A lógica de lucro imputada nesses espaços se torna cada vez mais visível, a conservação se transforma em mercadoria, com mecanismos e práticas diversas — como os créditos de carbono.

Entretanto, não podemos dizer que a presença de um viés do poder capitalista na criação desses territórios, descredibiliza todo um conjunto de demandas e gestações que podem sim serem benéficas para a população que se insere no cotidiano dessas áreas. A prática de uma Educação Ambiental crítica, por exemplo, por parte dos gestores e coordenadores de Educação Ambiental é fundamental para conseguirmos quebrar a barreira que nos afasta da natureza.

Outrossim, ainda nos resta responder diretamente a questão em aberto: Por que as Unidades de Conservação foram criadas? e Pra quem são destinados esses espaços? A resposta para essas questões vai levar em conta o ponto inicial das UC, ponto este que reverbera até hoje em forma de consequências, mesmo que algumas coisas tenham mudado desde a primeira Unidade criada. As UC nada mais são do que uma *resposta* – para alguns – a um problema: a devastação e uso indevido dos recursos naturais.

Os seres humanos – aqui cabe acrescentar que é toda a sociedade que faz parte dessa dinâmica mas sim aqueles que detêm poder sobre o *território-objeto* e sobre os *sujeitos-objetos* – historicamente se enxergam como “senhores” da natureza (Gonçalves, 2014), exploradores de recursos supostamente inesgotáveis, apropriando-se e impondo domínio. Com o avanço do capitalismo no século XIX, essa mentalidade se intensifica. A terra deixa de ser apenas um espaço de coexistência e passa a ser tratada como um meio de produção e lucro. A agricultura se expande para atender às crescentes demandas do mercado, e a exploração dos recursos naturais se acelera, afetando não apenas as colônias, onde essa degradação era mais visível, mas também as próprias metrópoles industrializadas, que começavam a sofrer com os impactos ambientais gerados por seu modelo econômico predatório (Oliveira, 1998 apud Vallejo, 2002).

A industrialização e a urbanização descontrolada intensificaram os problemas ambientais, tornando as cidades cada vez mais poluídas e desordenadas. Diante desse cenário, as elites começaram a idealizar a vida campestre e os territórios “intocados” como um refúgio diante do caos urbano, nunca como parte de um todo, mas apenas como esses locais *separados*. O pensamento dos naturalistas, que pregavam o respeito à natureza selvagem, somado à influência da literatura e da arte, ajudou a consolidar uma visão romantizada da natureza como um espaço puro, sublime e *separado da civilização*, conforme destaca Corbin (1989), exatamente como se fossem duas realidades que não conversassem entre si. Essa concepção reforçou um olhar distanciado sobre o meio natural, transformando-o em algo exótico e externo à experiência humana.

Dessa forma, a relação entre sociedade e natureza se tornou cada vez mais marcada por um sentimento de afastamento e não pertencimento, aprofundando o abismo entre a sociedade e o meio natural.

Diante do avanço da degradação ambiental, surge a necessidade de criar mecanismos de preservação, e é nesse contexto que, nos Estados Unidos do século XIX, nasce a primeira grande Unidade de Conservação, o Parque Nacional de Yellowstone. No entanto, essa criação não ocorreu sem consequências: a área foi delimitada sob a lógica de expansão territorial, resultando no extermínio de quase toda a população indígena que ali vivia (Vallejo, 2002). O objetivo central dessas reservas não era exatamente garantir a disponibilidade dos recursos naturais para as futuras gerações, mas consolidar a ideia de uma natureza idealizada, preservada para usufruto da elite e das demandas do mercado, enquanto se legitimava a exploração capitalista em outros territórios (Vainer, 2010).

Assim, a criação de áreas protegidas, ao invés de reintegrar a sociedade ao meio natural, reforçou ainda mais a separação entre ser humano e natureza. As populações tradicionais, que há séculos conviviam e manejavam esses territórios de forma sustentável, passaram a ser vistas como ameaça à “pureza” das paisagens protegidas. Esse modelo de conservação, influenciado por interesses econômicos e pela mentalidade ocidental de domínio sobre a natureza, consolidou um paradigma que marginaliza comunidades locais enquanto garante a exploração sistemática dos recursos naturais pelo sistema capitalista. Diante do exposto, a criação das UC se torna uma resposta para o uso exacerbado dos recursos naturais e forma de “preservar” os que ainda restam, mas sem “dificultar” a vida das grandes indústrias e projetos capitalistas, visto que – já vimos anteriormente – como estas ainda utilizam deles, enquanto os povos se tornam cada vez mais distantes desse ecossistema.

Logo, é fácil respondermos a próxima questão, as UC definitivamente não foram criadas – primeiramente – para a população ou apenas para guardar e preservar a natureza para as gerações futuras, na realidade o impulso *primordial* dessa criação foi apenas uma tentativa de resguardar seus recursos.

2.2 O Territórios dentro de um Território: o caso da Baixada Fluminense

Ao tratar especificamente das Unidades de Conservação (UCs) situadas na Baixada Fluminense (BF), é importante destacar que, segundo Richter, Maia, Martins e Rocha (2019), há cerca de 80 UCs registradas nesta região. Somente em Nova Iguaçu, encontram-se 17 UCs, sendo duas delas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). A BF está inserida no domínio do Bioma Mata Atlântica, o que confere a essas UCs remanescentes ecológicos significativos. Lima (2023) apresenta uma estimativa sobre a área ocupada por essas unidades:

As UCs Federais apresentadas na pesquisa possuem 25.435 hectares do Bioma, a UCs Estaduais tem 133.110 hectares, já nas UCs Municipais 29 das 52 não possuem essa informação apresentada de forma clara, e a soma das 23 UCs que possuem essa informação é de 53.456,21 hectares, o total nas 3 instâncias é de 212.001 hectares e representa 94,69% da área total das UCs. (Lima, 2023, pág 32)

Ou seja, vemos que o território da Baixada é rico em biodiversidade e por isso necessita de um olhar atento quanto a preservação desses ecossistemas e como já explicamos e destacamos estas sofrem com mais um agravante, a posição da BF como zona sacrifício, como resultado, as questões que as circundam são agravadas por esses discursos. Vale lembrar – como já pontuamos na introdução – que 69% do território iguaçuano é constituído por espaços legalmente protegidos (Queiroz, 2018). Em outras palavras, estamos falando de um território bastante rico em diversidade ecológica.

Diante disso, a percepção que os moradores desenvolvem sobre esses espaços muitas vezes é equivocada ou marcada pela desinformação, o que agrava ainda mais os desafios de convivência e coexistência com essas unidades — inseridas em contextos altamente urbanizados. Em diversos casos, os conflitos entre a população local e a gestão tornam-se mais evidentes, especialmente porque a implementação de muitas dessas unidades ocorreu posteriormente à ocupação dos territórios (Richter, Maia, Martins, Rocha, 2023).

Soma-se a esse cenário um fator agravante observado nas Unidades de Conservação da Baixada Fluminense, especialmente nos núcleos econômico-industriais de Nova Iguaçu e Duque de Caxias: a rápida urbanização impulsionada pela presença de vias expressas e pela instalação de diversas indústrias, atraídas por diferentes fatores, como vimos anteriormente.

Essa dinâmica intensifica ainda mais a pressão sobre estas áreas, cuja existência passa a ser constantemente tensionada, não apenas pela sociedade, Nova Iguaçu e Duque de Caxias, por exemplo, possuem mais da metade dos seus territórios cobertos por Áreas protegidas, Caxias possui 58,38% do seu território coberto e Nova Iguaçu possui 65,57%, *descontando as sobreposições* (Maia; Richter, 2019).

Em alguns casos, empreendimentos industriais se estabeleceram em áreas próximas às zonas protegidas, como exemplifica a instalação da Danone Águas nas imediações da Rebio Tinguá (Maia, Richter, 2023, pág. 87).

Entender o contexto urbano-industrial em que estão inseridas as UCs faz-se necessário, pois esse contexto impõe outras complexidades ao estudo dos conflitos ambientais. Apesar de as UCs dos municípios não enfrentarem conflitos com populações tradicionais, os gestores das UCs vão lidar com práticas que comprometem a manutenção da biodiversidade, lidam com uma população de baixo poder aquisitivo que para sair dos limites das UCs de proteção integral precisa ser indenizada adequadamente pelo governo e vão lidar, ainda, com atores hegemônicos (empresas) que querem usufruir dos recursos e serviços ambientais sem arcar com os passivos gerados.

Considerando o que já foi detalhado, a Baixada Fluminense sofre – por resquícios de uma ocupação não planejada – as consequências de ter sido – e ainda ser – uma espécie de celeiro para o Rio de Janeiro – principalmente no que diz respeito ao despacho de lixo em terras fluminenses e a água que sai desse território e atende a maior parte do Rio – devido a esses fatos já constatados, precisamos levar em conta que as Ucs estão no meio dessa tensão territorial. Se de um lado corroboramos que as Unidades são um território construído sob outro território já estabelecido, como esse “novo” território lida e sofre com essa sobreposição?

Se já deixamos bem claro que as Unidades de Conservação de todo o país passam por dilemas bem específicos, principalmente porque temos as áreas protegidas como respostas a um avanço capitalista desenfreado, contamos que as da Baixada Fluminense possuem mais uma gama de outros desafios incorporados em sua existência. Veja, se pensamos que as Unidades são um espaço de conservação e proteção da fauna e da flora, mas estão inseridas em um território que é usado para diversos interesses econômicos, como aterros sanitários – que muitas vezes são dispostos na Zona de amortecimento das Unidades – logo, estas sofrem com as torções e tensões que esse território possui.

Discutir a criação das Unidades de Conservação na Baixada Fluminense não se resume ao conflito das práticas socioespaciais que são transformadas a partir da delimitação desses territórios. Trata-se, sobretudo, de compreender um histórico de agressões ambientais que atravessa toda a região e contribui para o distanciamento progressivo da população em relação à natureza. Como afirma Santos (2008, p. 37, grifo da autora), “o espaço é resultado da geografização de um *conjunto de variáveis*, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada”. Nesse sentido, o entrelaçamento dessas múltiplas variáveis que atuam na Baixada produz uma sociedade muitas vezes alheia aos impactos ambientais que vivencia — uma naturalização da degradação ambiental em nome do chamado “*desenvolvimento*”.

Dessa forma, compreender as UCs da Baixada Fluminense exige reconhecer que esses territórios estão imersos em disputas territoriais complexas, que envolvem não apenas a proteção ambiental, mas também interesses econômicos, históricos de exclusão e relações desiguais de poder.

CAPÍTULO 3 - EM BUSCA DE NOVOS OLHARES PARA A BAIXADA FLUMINENSE

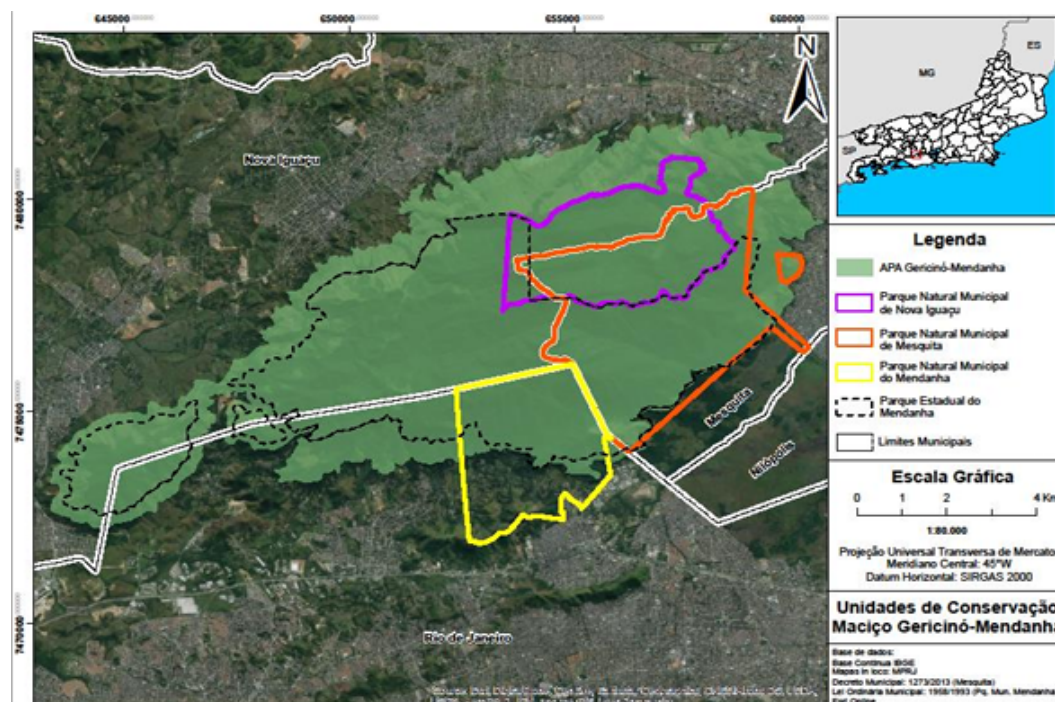
Se nos capítulos anteriores ficou evidenciado como a Baixada Fluminense foi historicamente “empurrada” para a condição de zona de sacrifício — seja pelas escolhas políticas, pela invisibilização territorial ou pela própria construção simbólica da região como um “não lugar” ou um “lugar exótico” (Enne, 2014) — neste terceiro capítulo procuro deslocar o olhar para os possíveis caminhos de reconfiguração dessa lógica, e nesta pesquisa acredita-se que a “virada de chave” para essa reconfiguração não encontra caminhos se não através da Educação Ambiental²⁴. Assim, os objetivos deste capítulo são, em primeiro lugar, compreender como o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) se territorializa dentro da Baixada Fluminense — ou seja, como ele se insere, se impõe ou se adapta a esse território que já carrega consigo marcas profundas de exclusão e desigualdade. E, em segundo, analisar os olhares das instâncias que participam da gestão dessa Unidade — a gestora, a coordenadora de Educação Ambiental e o secretário municipal de Meio Ambiente — para entender como eles lidam com as contradições e potencialidades envolvidas nesse processo.

3.1 Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu: uma análise do território através da gestão.

O Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, localizado na Baixada Fluminense/ RJ, constitui uma importante Unidade de Conservação de proteção integral, de acordo com o SNUC (2001), inserida no bioma da Mata Atlântica. Criado em 1998, o Parque abrange uma área de aproximadamente 1.100 hectares e integra o Maciço do Mendanha, representando um relevante remanescente de vegetação nativa em contexto urbano-metropolitano. Sua importância reside na preservação da biodiversidade, na proteção de nascentes e cursos d’água, além de exercer papel fundamental na regulação climática e na oferta de espaços para educação ambiental e lazer (Queiroz, 2018).

²⁴ Ainda que a Educação Ambiental não tenha sido trabalhada de forma direta nos capítulos anteriores, ela aparece neste momento como desdobramento do percurso analítico. A escolha de trazê-la agora se justifica por sua função estruturante neste capítulo, em que se discute a possibilidade de ressignificação do território a partir da gestão do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.

Figura 16: Mapa do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.



Fonte: Queiroz, 2018

A Unidade mantém uma estreita parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), campus Nova Iguaçu, em razão de sua proximidade geográfica, o que favorece a realização de pesquisas acadêmicas voltadas à compreensão e valorização deste território legalmente protegido.

Segundo sua própria gestora²⁵ as pesquisas geram “a continuidade dos projetos na Unidade (...) ajudam no manejo do Parque, coisas que só consigo catalogar, por exemplo, por falta de um tempo hábil, os pesquisadores aprofundam, como diversas pesquisas sobre a fauna da região”. Portanto, o PNMNI se estabelece com uma gama elevada de pesquisas que favorecem sua gestão e a implementação mais completa do seu plano de manejo.

É importante observar que a década de criação do parque coincide com outros acontecimentos que já debatemos no capítulo anterior: a mudança de narrativa da Baixada Fluminense de um lugar violento para um “território das possibilidades”. Uma década onde temos uma “onda” de emancipações na Baixada Fluminense (Rodrigues, 2023) e esta passa por uma série de investimentos econômicos – por ser um local estratégico – e mudanças políticas. Em vista disso, a criação do PNMNI ocorre em uma época em que indústrias, shoppings e uma gama de conflitos políticos econômicos estão acontecendo a pleno vapor neste território. Por ser uma Unidade urbana, esses conflitos - dentre outros - atingem e afetam de uma forma ou de outra o espaço legalmente protegido.

Essa realidade enfrentada na criação do Parque entre crescimento econômico da Baixada e preservação ambiental – que precisava ser feita devido a expansão acelerada do setor empresarial – reflete um desafio constante na gestão do parque, é quase que uma linha tênue entre a Unidade se ser espremido pela crescente urbanização – que perdura até os dias atuais com a proliferação de empreendimentos imobiliários em nova iguaçu – e a potência da biodiversidade que existe ali, ainda em pleno vigor no meio de uma célula hiperurbanizada. Apesar de ser uma das Unidades de Conservação mais bem implementadas da região, sua

²⁵ Ver nos anexos o quadro com a entrevista completa

manutenção depende de políticas públicas *consistentes* e de um olhar atento dos órgãos públicos, para que possam contribuir com a formulação de estratégias de manejo, pois segundo Vallejo:

Os parques são espaços onde as questões da conservação ambiental e do uso público mais se aproximam. Se os governos não assumem suas responsabilidades diante deles, aumentam os conflitos e as possibilidades de rejeição territorial, com efeitos contrários aos objetivos dos próprios parques. (Vallejo, 2005, pág. 14)

A relação entre o PNMNI e o entorno urbano nos gera reflexões sobre o papel da sociedade local na preservação da área, visto que o SNUC (2001) prevê a participação da população para que o manejo seja efetivo e ainda como o poder público lida com esta questão. Como a presença da Unidade influencia as comunidades próximas? De que maneira a população se insere nas decisões sobre seu manejo e utilização? Essas questões nos fazem refletir acerca de como podemos trabalhar para inserir a sociedade nesta gestão, contribuindo para um diálogo e um manejo participativo.

A década de 1990, ao trazer novas gamas de complexidades para a Baixada Fluminense (Enne, 2013), também colocou em evidência essas tensões entre desenvolvimento e natureza, evidenciando que o futuro do território passava a ser pensado não apenas sob a ótica da expansão econômica, mas a preservação de um ecossistema que vinha sendo massacrado com esse “desenvolvimento” – ou assim se esperava que fosse.

A entrevista²⁶ realizada com a Gestora do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu e com a Coordenadora de Educação Ambiental nos traz alguns esclarecimentos quanto às reflexões levantadas. Torna-se interessante ressaltar que ambas são nascidas e criadas na Baixada, portanto suas visões também se tornam moradoras deste território, não apenas como parte da equipe de gestão da Unidade.

Para a Gestora, a Baixada Fluminense é “um lugar com um potencial muito grande, tanto turístico, quanto econômica (...)” e ela ainda acrescenta “muito potencial que as vezes a gente não valoriza, o próprio morador não valoriza (...) eu acho que sem a Baixada o Rio de Janeiro não seria o que é hoje” (Gestora do PNMNI, 2025, grifo do autor), só neste trecho vemos que está, intimamente, entrelaçado ao seu discurso o viés da Baixada como um locus importante para a construção do que hoje vem a ser o Rio, um sinal de *dependência*, um olhar de construção simbólica do território, pois se ele tem toda essa importância, porque o próprio morador não valorizar?.

Portanto, se levarmos em consideração todos os autores que elencamos ao longo do capítulo um, podemos entender que a população é condicionada – de certa forma – a não conseguir valorizar seu território, pois afinal, fica difícil valorizar algo que lhe afeta constantemente, como a falta de saneamento que grande parte da população enfrenta.

A Coordenadora de EA nos traz um olhar semelhante quando perguntada o que pra ela seria a Baixada Fluminense:

“Pra mim a Baixada Fluminense é uma zona de uso intensivo social, cultural (...) que foi e é muito importante para a capital (...) e que foi muito explorada também (...) mas é um espaço de desenvolvimento. Um local que está em constante desenvolvimento e crescimento. Hoje eu vejo a BF como um local independente (...)” (Coordenadora de EA do PNMNI, 2025, grifo do autor)

A análise da resposta evidencia a presença de um contexto histórico e social que atravessa o discurso da entrevistada. Sua fala reforça uma identidade territorial positiva da

²⁶vide anexos.

Baixada Fluminense, ao destacar sua relevância cultural e econômica, ao mesmo tempo em que reconhece as desigualdades e os processos históricos de marginalização. Em consonância com a gestora, observa-se uma percepção da Baixada como um espaço de múltiplas potencialidades, ainda marcado por profundas assimetrias sociais.

Quando inserimos o PNMNI neste contexto que elas desenham da Baixada Fluminense, podemos observar mais desdobramentos de um mesmo problema sistêmico. A Gestora vê a Unidade como uma dessas potencialidades.

“(...) em relação a importância do Parque, hoje a gente é uma das Unidades de Conservação mais implementada, isso já mostra a importância da nossa Unidade, da gestão da nossa Unidade, a gente amadureceu muito (...) a forma como ela se perpetuou com uma gestão única por muito tempo possibilitou o nosso amadurecimento enquanto Unidade, os projetos foram amadurecendo, e hoje eu tive o privilégio de assumir o Parque depois dessa longa gestão (...)” (Gestora do PNMNI, 2025, grifo do autor)

Aqui ela ressalta a importância de uma gestão duradoura, pois segundo a mesma a troca de gestão pode interromper projetos em andamento.

“o PNMNI tem essa vantagem, ter conseguido ter um único gestor por muito tempo, que possibilitou não descontinuar nossos projetos.” e ainda finaliza: “eu vejo o parque como uma potência, uma marca muito positiva, por toda a equipe que lá está, acho que o parque realmente deu certo, uma Unidade que saiu do papel e realmente deu certo, sem recurso, sem apoio”(Gestora do PNMNI, 2025, grifo do autor)

Analisando esta resposta notamos alguns pontos interessantes: Primeiro o papel fundamental dos projetos não apenas para a continuidade academia das pesquisas, mas para o amadurecimento e crescimento da Unidade e de sua equipe. Segundo que a Unidade se ergue, de acordo com ela, sem um apoio maior externo – “sem recursos, sem apoio” – a forma como a frase é estruturada no seu discurso tende a enfatizar a superação – ou a constante necessidade de tal – desta barreira, em vez da reivindicação de melhorias estruturais, mas sem deixar que enfatizar, mesmo sem perceber, que os problemas existem.

Nesse ínterim de superação, o Parque começa a receber mais visibilidade através das pesquisas e da própria divulgação dele através das mídias sociais – que ambas as entrevistadas apontam – e segundo a Coordenadora de Educação Ambiental essa visibilidade pode ser perigosa,

“(...) No meu ponto de vista (...) a quantidade de visitantes é muito grande para a infraestrutura que temos hoje (...) então eu vejo pelo lado negativo (...) a maioria da população que tem ido vai com a ideia de que o PNMNI é “instagramável” (...) e aí entra um trabalho árido e assíduo do parque que é sempre tentar sensibilizar o visitante, porque isso deságua em outros problemas (...) como quando eles veem uma cobra e tacam pedra (...) a maioria dos animais que temos para a exposição de EA foi vítima de algum acidente ambiental envolvendo os visitantes” “(...) as mídias sociais se não forem utilizadas para divulgar a ciência e só divulgarem pontos turísticos só vai atrair uma população que não vai se importar com a regras que existem aqui”. (Coordenadora de EA do PNMNI, 2025, grifo do autor)

Sendo algo que a própria gestora também corrobora quando diz que “temos começado, desde o ano passado, a divulgar o PNMNI como um parque mais técnico, não só turístico. (...) divulgando o parque como um *espaço educador*”(Gestora do PNMNI, 2025, grifo do autor)

Nesse sentido, segundo Oliveira e Tonso (2012), um espaço educador seria um local que dispõe das potencialidades necessárias para fazer com que os sujeitos reflitam e aprendam, em conjunto, segundo eles:

[...] um espaço educador se configura em como as posturas estão presentes nas atividades que nele ocorrem, mais do que em quais sejam elas. Como perceber a educação em todos os momentos; como participar; como valorizar todas as formas de conhecimento; como tornar as experiências significativas; como favorecer a formação de quaisquer grupos; como adaptar o espaço ao contexto local; como proporcionar a vivência de novos valores. A criatividade será ferramenta indispensável na formação de um espaço educador e sua configuração final terá as características do seu grupo formador. E mais, explorando as vertentes da pedagogia social, de lidar consigo próprio, com seres humanos e com perguntas, um espaço educador não poderia ter somente a ideia de dispor de diversos conhecimentos; também deveria abarcar o autoconhecimento como objetivo pedagógico. (Oliveira; Tonso, 2012, P. 17)

Seria, portanto, correto afirmar que o PNMNI possui todos os conjuntos necessários para possibilitar os visitantes a estarem em um espaço educador, que garanta a reflexão crítica e a sensibilização para entenderem o que seria uma unidade de conservação e, para além disso, entenderem a realidade em que vivem e como esse território é fundamental para diversos serviços ecológicos.

Apesar de vermos a visibilidade do PNMNI com bons olhos, visto que segundo Queiroz (2018) o Parque pode atuar como um reaproximador da sociedade com a natureza, portanto instigar a população a conhecer mais a respeito do PNMNI pode ser um importante aliado para o rompimento desse paradigma disjuntivo (Morin, 1997) que afasta a sociedade da natureza (Morin, 1987) e portanto impede ela de construir uma identidade territorial pautada nas belezas que seu território possui. Porém, essa visibilidade desacompanhada de alguns critérios básicos, que resguardam a própria unidade, revela um problema, como podemos ver na fala das duas entrevistadas, quando ressaltam as fragilidades no manejo da Unidade. Segundo a Gestora:

“Outra fragilidade que temos também é a quantidade de funcionários, são 20 (...) a metade são estagiários e a outra são funcionários efetivos. É difícil manter tudo em ordem com esse quantitativo, precisamos coletar resíduos todos os dias, lavar os banheiros, tudo isso é a nossa equipe que faz, não temos hoje uma equipe separada para a manutenção apenas (...) a quantidade de visitantes é muito maior do que temos de funcionários” (Gestora do PNMNI, 2025, grifo do autor)

Apesar desta entrevista ser recente, e essas entraves no manejo serem sentidas atualmente por ambas as entrevistadas, Queiroz (2018) já nos chamava a atenção para essa problemática da falta de uma equipe maior para a eficácia do plano de manejo.

Se pensarmos que o parque possui 1.100 hectares esse vislumbre se torna ainda mais alarmante. De dentro dessa equipe, a Coordenadora de Educação Ambiental pontua mais fragilidades e desafios em sua fala:

“O desacato, a questão de estrutura – temos poucos funcionários, apenas 10 efetivados – a questão de logística, temos que constantemente subir no parque a pé, por falta de automóvel disponível – já chegamos no parque com 50% de rendimento comprometido, não temos a presença da polícia, de uma guarda que nos auxilie (...) a própria questão de logística de um atendimento de saúde no parque, a SAMU não sobe no parque, hoje se um visitante passar mal ou sofrer um acidente somos nós que temos que ajudar de alguma forma, (...) sem contar a falta de rádio para a comunicação, se eu tô no poço da natureza e um visitante se machuca, eu tenho que descer correndo pra avisar (...) a unidade em si não tem estrutura para o quantitativo de pessoas que visitam hoje, pra uma visita confortável e segura pra todos só poderíamos receber 500 pessoas, e ainda sim seria muito para a logística atual.” (Coordenadora de EA do PNMNI, 2025, grifo do autor)

A falta de materiais adequados para o manejo efetivo das atividades essenciais do parque também não é algo recente, segundo Queiroz (2018, pág. 63):

A gestão do PNMNI, por exemplo, encontra dificuldades para adquirir alguns materiais que são de grande importância para o trabalho diário. Os recursos que chegam devem ser solicitados (com grande risco de não serem atendidos) à Prefeitura, dificultando e atrasando o desenvolvimento de atividades.

Portanto, o discurso das entrevistadas constrói-se a partir de um acúmulo de problemas que afetam e sobrecarregam a equipe gestora do Parque. Do ponto de vista da Coordenadora de Educação Ambiental, tais dificuldades estão diretamente relacionadas à localização da Unidade na Baixada Fluminense, o que, segundo ela, contribui para a ausência de uma assistência mais consistente e presente por parte do poder público. Para além das dificuldades operacionais, ambas as entrevistadas reconhecem que a estigmatização histórica da Baixada também interfere diretamente no uso público do Parque.

Essa rede de problemas impacta na forma como a sociedade – local ou não – enxerga o PNMNI. Quando questionada sobre os desafios específicos para atrair visitantes e engajar a comunidade local no cuidado e valorização da Unidade, a resposta da gestora reforça essa percepção:

“A Baixada ser estigmatizada. A Coreia (comunidade próxima) é estigmatizada. (...) Muita gente fala que nunca veio por medo da violência, as pessoas acham que é um lugar perigoso, muitas pessoas dizem que não vêm por isso (...) acho que isso é um desafio, a gente mudar essa percepção desse lugar.”

Por sua vez, a Coordenadora de Educação Ambiental, ao ser questionada sobre os possíveis impactos da localização da Unidade de Conservação na Baixada Fluminense sobre o manejo de projetos de Educação Ambiental, direciona sua resposta ao contexto de violência que permeia a construção simbólica desse território.

“Sim, prejudica principalmente pelo contexto de violência no qual estamos, pelo uso predatório que é historicamente imposto e pelo fato de que ser na Baixada parece que desqualifica o espaço, o visitante enxerga como menos do que um lugar na Tijuca, por exemplo.”(Coordenadora de EA do PNMNI, 2025, grifo do autor)

O uso da palavra “*contexto*” sugere que a violência não é um fenômeno pontual, mas parte de uma estrutura mais ampla que atravessa e impacta o cotidiano da unidade. Já a expressão “*uso predatório que é historicamente imposto*” carrega uma crítica direta aos processos históricos de exploração econômica e ambiental da Baixada Fluminense — como a ocupação desordenada, a degradação dos ecossistemas e a apropriação de recursos em benefício da capital. No trecho “*ser na Baixada parece que desqualifica o espaço*”, evidencia-se uma percepção social negativa em relação ao território, especialmente ao compará-lo com o Parque da Tijuca. Essa comparação revela um discurso de hierarquização territorial, em que áreas centrais da metrópole são vistas como mais legítimas ou valiosas do que os espaços periféricos.

O uso do verbo “*desqualifica*” reforça a ideia de uma desvalorização simbólica que recai sobre a Unidade — não por suas características ambientais ou científicas, mas exclusivamente por sua localização. Já a formulação “*o visitante enxerga com menos*” indica que essa percepção não se restringe às esferas política ou administrativa: ela se dissemina socialmente, sendo internalizada pela própria população, o que evidencia a persistência da desigualdade territorial na construção do imaginário coletivo, de acordo com o que dialogamos no primeiro capítulo.

Esse imaginário coletivo contribui diretamente para o distanciamento da população em relação à área protegida, o que reforça — e ao mesmo tempo é reforçado por — a noção de separação entre sociedade e natureza, já discutida no capítulo anterior. A Coordenadora de Educação Ambiental aponta precisamente essa desconexão ao afirmar: “(...) eles não se veem de fato como parte da natureza e desse ecossistema, de uma cadeia alimentar (...) pra eles atravessou o portão, acabou a floresta.”(Coordenadora de EA do PNMNI, 2025, grifo do autor)

Essa ruptura simbólica evidencia uma visão fragmentada do território, na qual o ambiente natural é visto como algo apartado da vivência cotidiana, delimitado fisicamente por cercas ou portões e mentalmente por um senso de "outro lugar". Para ela, a própria nomenclatura “unidade de conservação” afasta os moradores

“Eles não entendem, continuam falando que é a casa dos animais (...) porque na verdade é uma confusão mental, é uma unidade de conservação, mas quando eles chegam no portão se deparam com o nome Parque, que remete a lugar de diversão — sem regras — mas ali é um lugar com regras e com muros e um portão, o que dificulta ainda mais esse movimento de pertencimento”(Coordenadora de EA do PNMNI, 2025, grifo do autor)

Ela aprofunda ainda mais a reflexão sobre o distanciamento da população em relação à Unidade ao apontar que a raiz desse problema está na própria forma como as unidades de conservação foram historicamente criadas. Segundo ela, há resquícios desse modelo excludente até os dias atuais — o que contribui para a manutenção do afastamento simbólico e prático entre a população local e o território protegido.

“A maneira que se criou os parques é muito antiga e o objetivo era justamente afastar a floresta das pessoas para “conservar” (...) mas infelizmente precisamos dessas leis, que acabam separando de algum modo a floresta da população” “(...) a unidade de conservação é uma resposta a devastação” “(...) é por isso que se a unidade de conservação não trabalhar para romper isso, ela vai continuar isolada da população”(Coordenadora de EA do PNMNI, 2025, grifo do autor)

O trecho “(...) é por isso que se a unidade de conservação não trabalhar para romper isso, ela vai continuar isolada da população” evidencia a necessidade constante de ressignificação do papel da Unidade de Conservação no território e da manutenção da relação da sociedade perante a natureza. A fala aponta para a urgência de um trabalho ativo que busque romper com as barreiras históricas e simbólicas que mantêm a população à margem desses espaços. Nesse contexto, os projetos de Educação Ambiental desempenham um papel central, ao promoverem o estreitamento de laços entre comunidade e parque, estimulando uma percepção mais crítica, sensível e participativa por parte dos visitantes. A Coordenadora de Educação Ambiental reconhece, contudo, que esse processo é lento, mas ressalta sua relevância para a construção de uma relação mais próxima, consciente e duradoura entre sociedade e natureza.

“(...) é com o diálogo diário e leva tempo para realmente fazer efeito (...) até porque eles vêm sendo condicionados a anos a pensar de forma contrária” “(...) fazemos perguntas pra eles refletirem como seria se o parque não estivesse aí, para eles entenderem que para além da importância do Parque como um refúgio dos animais aquele espaço é importante pra eles também (...) até porque essa população vai ser a garantia da memória e da qualidade de serviço do parque, são eles que podem cobrar a gestão também (...) a gestão é rotativa, esperamos então que o trabalho que fazemos possa alcançar essa população para que ela possa continuar cobrando

melhorias para o parque, que também é de suma importância para o próprio bem estar delas”

No diálogo que estabelecemos com elas, torna-se evidente o papel fundamental da Educação Ambiental no PNMNI, especialmente por meio do uso público, como um processo contínuo – e muitas vezes lento –, mas de extrema relevância. A gestora do Parque ainda nos reforça como é difícil equilibrar essas regras e conseguir construir um parque acolhedor:

Eu não diria que o Parque hoje é um Parque acolhedor, eu diria que a gente tem tentado, é uma prática diária. Porque a gente precisa conciliar, é um acolhimento mas até certo ponto (...) quando eu falo parque acolhedor eu quero dizer as pessoas se sentirem parque, mas é um desafio, porque você imagina três funcionários com duas mil pessoas dentro da unidade todo mundo querendo entrar, com caixa de som ou outras coisas (que não podem), é um desafio enorme pra equipe, é difícil ter esse posicionamento, mas é um desafio enorme equilibrar o parque acolhedor com o parque que possui limites. Pra gente conseguir minimizar esses conflitos de ter um parque de uso para lazer, para educação e uma área conservada a gente precisa ter uma guarita na área norte, a gente precisaria ter uma equipe maior de pessoas efetivas para que a gente possa trabalhar melhor essas fragilidades. (...) Apesar de eu ser a gestora, eu não conseguiria fazer nada sem a equipe. (Gestora do PNMNI, 2025, grifo do autor)

Essa fala da Gestora nos reforça o quanto é, literalmente, um “jogo das cadeiras” manter uma unidade de conservação funcionando com todas as demandas, diferentes, instauradas em pleno vigor. Ter uma Unidade que se aproxime e se conecte com a população, mas ao mesmo tempo mantendo ela dialogando com o seu propósito: preservar a fauna e a flora daquela região, é de fato um desafio. Dessa forma, são muitos os conflitos que essa rede de atores se depara para manter o equilíbrio entre o “lado de fora” e o “lado de dentro”.

Dito isso, o diálogo com as entrevistadas nos mostra a importância de uma gestão ativa e consolidada que busque a interação e a participação com a população, mesmo que esta seja complexa. A somatória de desafios nessa relação territorial torna este trabalho árduo. Logo, a contribuição e participação das esferas superiores no que tange a implementação e regulamentação de normas e políticas públicas é necessária.

3.2. Gestão ambiental em territórios marginalizados: o caso da Baixada Fluminense

A gestão ambiental em territórios como a Baixada Fluminense requer um olhar mais sensível às tensões que se intensificam neste aglomerado de sujeitos que lidam com os territórios legalmente protegidos. Essa relação de desigualdades se mistura – e é alimentada por – essa dicotomia entre sociedade e natureza na qual a sociedade foi moldada – e ainda é – a não se sentir parte da natureza.

Neste íterim, é importante ressaltar que as Unidades de Conservação não são territórios isolados – como já foi amplamente discutido nas entrevistas com a gestora e a coordenadora de EA – elas são profundamente afetadas pelo território em que se encontram, e pelos atores sociais que disputam este espaço.

A forma como essas Unidades são geridas pode reforçar ou não um padrão de segregação no território em que elas são constituídas. É nesse contexto que a fala do Secretário do Meio Ambiente de Nova Iguaçu se torna importante. Sua entrevista nos ajuda a compreender como o poder público enxerga – ou se omite diante – das desigualdades ambientais que marcam a Baixada Fluminense.

Ao ser perguntado sobre o que para ele é a Baixada Fluminense, sua resposta nos revela um viés crítico e analítico do que vem a ser esse território e nos mostra, sobretudo, o olhar de quem é morador da Baixada, não apenas de quem ocupa um cargo importante.

“Se a gente for pensar de forma isolada, eu imaginava que a Baixada Fluminense poderia ser quase que um estado, porque a economia e o PIB daqui é altíssimo (...) então isso já coloca a gente em um destaque muito grande. Porém como o processo de ocupação da Baixada foi um processo de segregação e exclusão, isso fez com que ao longo dos anos a gente fosse moldado a não ter autoestima e a termos preconceito do que moramos. (...) Há uma desconstrução ao longo dos anos para que não se haja esse pertencimento (...) se você pega hoje e pesquisa a Baixada você vai ver o cara que morreu no bar, o ônibus que bateu, quem morreu atropelado, só coisa ruim, não tem um trabalho da mídia para jogar a Baixada lá em cima. Diferente do Rio de Janeiro, que tem os mesmos problemas ou mais que aqui e o que é priorizado lá é o turismo, se você pesquisa você vai ver o cristo redentor, Copacabana, coisas que jogam o RJ lá em cima. (...) Então assim, eu consigo ter uma percepção muito boa da Baixada Fluminense e do que ela representa pra gente que mora aqui, mas com toda certeza eu sei que a população daqui não tem essa noção.”(Secretário do Meio ambiente de Nova Iguaçu, 2025)

Interessante pontuarmos também que todos os três entrevistados possuem bases semelhantes para responder esta questão. A Baixada Fluminense como potência aparece em todas as respostas. Então, se a Baixada possui todo esse potencial, o que a faz ainda ser, ao menos no discurso, “inferior” ao Rio de Janeiro? O que faz ela continuar sendo essa zona de sacrifício que estamos discutindo?

A resposta para essa questão se encontra nas próprias respostas dos entrevistados. Essa construção de um imaginário moldado historicamente sobre um território, que fez uma sociedade normalizar e se “territorializar” com esse território simbólico, pois “as múltiplas categorias que fazem parte de nossas experiências de vida, são dotadas de espacialidade que contém materialidade e representação.” (Rocha, 2020, pág 13), logo na construção dessa narrativa cria-se não só um território simbólico, mas sujeitos territorializados por ele. Assim como observamos na fala do Secretário, sobre a distinta imagem – e construção do imaginário – entre a Baixada e o Rio de Janeiro, os discursos dominantes prevalecem e criam realidades, porque uma representação de poder sobre um espaço é a representação ideal de um território (Raffestin, 1993).

E é a partir dessa leitura crítica da Baixada Fluminense, que a fala do Secretário continua, tocando em pontos sensíveis e intrínsecos a essa construção simbólica da periferia, em questões estruturais: o racismo ambiental e a segregação histórica que ocupam o espaço urbano e as políticas públicas deste território. Ao reconhecer e tecer críticas sobre como a Baixada é preterida em investimentos, infraestrutura e representação política. Sua fala pontua esse processo de exclusão que ultrapassa a simples narrativa, mas que se engendra nos sujeitos periféricos, a marginalização material e institucionalizada, que afeta diretamente as condições de vida da população e a forma como as políticas ambientais são aplicadas — ou negligenciadas — na região.

lembrei de um estudo recente que nós fizemos sobre a questão de inundação do rio botas, e nós pegamos os dados do IBGE e começamos a fazer camadas, então pegamos assim o rio botas em um processo de, por exemplo, 200 mm de chuva e aí ele ia inundar, e foi sendo feito por cores: verde, amarelo e vermelho que seria o pior cenário, e quando você pega os afetados e vai pondo por exemplo: negros, mães solas, pessoas com a renda de um salário mínimo ou menos e então você vai colocando em camadas e todas vão batendo que no melhor cenário de destruição todas essas pessoas são afetadas, no pior elas já estão mortas (...) e aí a gente vai

vendo que até esse processo de ocupação aqui dentro ele também já foi direcionado pra isso, as pessoas com algum tipo de vulnerabilidade social foram colocadas em áreas de risco, na beira de rio em uma área de declividade acima de 45 graus, você vai olhando assim uma segregação também aqui dentro.” (Secretário do Meio ambiente de Nova Iguaçu, 2025)

Como morador da Baixada em uma posição de algum grau de poder, ter essa análise crítica do contexto em que o território se encontra é fundamental para gerir esse território de forma favorável. Como secretário de um município da BF, ele se depara constantemente com questões desse porte, como a que ele relata em sua fala, a segregação espacial e a vulnerabilidade dos sujeitos periféricos. Dessa forma, esse engendro que afeta essa região também recai nas demandas ambientais. Como ele pontua:

“E ambientalmente você também vê essa segregação quando enxerga uma outra situação: se você pegar todas as unidades estaduais que estão dentro da Baixada Fluminense você vai vê que a destinação de recursos para essas unidades são menores. Você pega o parque estadual do mendanha, a APA estadual do gericinó mendanha, a APA guandu – que hoje é a única que tem conselho deliberativo, é uma das maiores, se não a maior APA que o estado tem – e tá na Baixada – e você pega a do alto iguaçu, todas essas, se você for olhar os recursos destinados para fazer a gestão dessas APAs – tanto de pessoal quando de equipamento e tudo isso – você vê que não se compara, pega um Parque do cunhambebe, nitidamente, teve muito mais recurso que juntando todas essas unidades. Dentro da Baixada Fluminense tem essa dificuldade. (...) o Parnaso, por exemplo, hoje deve ter 50 ATAS (agente temporário ambiental) e a Reserva Biológica do Tinguá se tiver 10 ou 15 é muito. (...) a Rebio Tinguá que não pode entrar gente – que tem essa restrição maior – , deveria ter muito mais pessoal pra tomar conta, mas não é pensado dessa forma, ela sempre fica pra trás (...) ano retrasado estávamos fazendo uma pesquisa dos recursos destinados de medida compensatória para reserva biológica do tinguá, somado, na época, dava 22 milhões e aí vinha lá a descrição – tipo, regulação fundiária, compra de equipamento, pesquisa – e aí se tu me perguntar hoje, 3 anos depois o que realmente foi aplicado na reserva biológica do Tinguá? Nada, praticamente nada, o que tem lá hoje foi uma parceria com a CEDAE, que fez aquela reforma – bonito do jeito que tá hoje no centro de visitantes – mas se não fosse a parceria não teria acontecido, porque o recurso mesmo, que vai pro ICMbio que deveria ser aplicado, não volta. E Aí você vai vendo, tudo isso cria essa segregação, mas eu acho que pela vontade do povo da Baixada de querer lutar, de querer ser diferentes, isso nos destaca (...)” (Secretário do Meio ambiente de Nova Iguaçu, 2025)

A fala do secretário nos revela muitas *faltas* que permeiam a existência de múltiplas complexidades em um mesmo território. Antes, estávamos dialogando sobre zona de sacrifício, discurso e a História Ambiental da Baixada (Fadel 2011; Worster, 1991; Gonçalves 2014) e como isso impacta diretamente no corpo social que se defronta diariamente com essas questões. O que sua fala escancara é que essa condição de marginalização não está apenas na precariedade urbana ou nos discursos simbólicos que constroem a Baixada como um “não lugar”, mas também se expressa nas políticas ambientais desiguais e na forma como o Estado destina – ou não – recursos e atenção às suas Unidades de Conservação.

A gestão ambiental, nesse contexto, passa a refletir e reproduzir a própria lógica da desigualdade territorial: os territórios mais vulnerabilizados são, também, os menos contemplados por investimentos estruturantes e ações de conservação efetiva. Isso reforça uma hierarquização dos espaços naturais protegidos que, na prática, nega à população da Baixada o direito à natureza preservada e ao acesso qualificado aos bens comuns ambientais. Ou seja, a segregação ambiental não é apenas simbólica, mas material, visível nos números, nos equipamentos, na ausência de pessoal técnico, e nas promessas que não se concretizam.

Nesta altura da discussão cabe salientar que o secretário do meio ambiente de Nova Iguaçu, antes de ocupar este cargo passou pela gestão do PNMNI, o que o proporciona essa visão mais ampla de diferentes cadeiras de poder da gestão ambiental do município – e da BF. Quando perguntado o que essa trajetória contribuiu para seu olhar para o meio ambiente sua resposta foi:

Então, quando eu estava como gestor do parque a minha visão acabava sendo meio limitada, porque o meu processo de estar ali era muito pessoal por ter crescido ali e ter tido a oportunidade de ser o gestor do parque e com todas as dificuldades que eu tinha eu acabava superando pela vontade de estar ali cuidando daquele local. Quando eu tenho a oportunidade de estar como secretário, começo a abrir meus olhos para outras coisas (...) lembro que assim que eu assumi, consegui fazer muitas coisas pelo parque em 6 meses (...) e estando aqui você começa a sentar e estar em mesas que decidem coisas e isso é muito legal, no meu segundo ano aqui eu consegui participar de uma reunião do estado onde iriam bancar (o estado) um plano de adaptação às mudanças climáticas (...) se eu tivesse no parque talvez não tivesse conseguido isso ou hoje nova iguaçu não tivesse conseguido isso. Estar aqui é uma forma da gente brigar por recursos, estar dentro do comitê do guandu, do comitê da guanabara. E nova iguaçu por ser, mesmo com todas as dificuldades, acabamos por ser uma referência para outros municípios e com isso a gente acaba tendo um pouco mais de palavra, tem muitos lugares que eu consigo ter voz, influenciar”
 “Estar aqui proporciona ter um olhar mais amplo (...) você começa a ver que as secretarias do meio ambiente do Rio de Janeiro são os menores orçamentos”
 (Secretário do Meio ambiente de Nova Iguaçu, 2025)

A partir dessa experiência, o secretário nos mostra – em sua visão – sobre a diferença entre atuar localmente na gestão de uma unidade e ocupar um espaço de tomada de decisão. Sua trajetória — de morador da Baixada, gestor do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu e, posteriormente, secretário do meio ambiente — revela como a escala institucional amplia a percepção das desigualdades e, ao mesmo tempo, oferece ferramentas para enfrentá-las de forma mais estruturada – e lutar por recursos.

Ele pontua que, embora a gestão direta do Parque lhe permitisse uma relação íntima com o território – no qual ocupou esse cargo por 13 anos –, foi ao ocupar um cargo de maior abrangência que conseguiu acesso a espaços de articulação política, como comitês e conselhos, nos quais é possível disputar recursos e políticas públicas ambientais. Seu discurso evidencia uma tensão central – e comum – à gestão ambiental em territórios marginalizados: a necessidade de presença ativa nesses espaços de decisão, ainda que os orçamentos sejam limitados e as disputas, desiguais. Nova Iguaçu, nesse sentido, aparece – em sua visão – como um exemplo de município que, mesmo com escassez de recursos, tem conseguido ampliar sua influência institucional por meio da atuação de agentes que conhecem profundamente os desafios do território.

Essa percepção aguçada dele o leva a ter a clareza de como essa visão estigmatizada afeta diversas áreas da gestão da Baixada, principalmente a ambiental. Por isso, quando perguntado a respeito desta questão a sua resposta seguiu esse olhar crítico:

“Sim, aí tem a palavra, racismo ambiental, está claríssimo, como eu dei o exemplo das Unidades de Conservação, a gente pode olhar vários outros pontos, os investimentos de infraestrutura que não chega pra cá, uma série de coisas, uma série de programas que você vê de despoluição de rios, desassoreamentos de rios, o limpa rio funcionando muito bem nos locais de interesse do Rio, e pra cá você não vê com essa força né, esse interesse político de estar acontecendo. Então você vê o racismo ambiental claramente. Uma coisa mais clara ainda é você vê que hoje na conferência nacional você não teve um município da Baixada Fluminense com poder de voto. A gente foi pra estadual fomos votar, ganhamos, nova iguaçu ficou em quarto lugar na

votação, mas uma manobra lá que eles falaram que erraram e nova iguaçu ficou de fora. E não botaram nenhum outro município.” “Nenhum município da Baixada Fluminense teve esse poder de voto lá na conferência (...)” (Secretário do Meio ambiente de Nova Iguaçu, 2025)

Diante desse cenário complexo que o secretário bem pontua, de racismo ambiental²⁷ e desigualdade estrutural, que se manifesta não só na distribuição dos recursos, mas também na invisibilização dos problemas e das potências da Baixada Fluminense, torna-se evidente que enfrentar essas questões exige muito mais do que a atuação isolada de uma secretaria ou de uma unidade de conservação. É nesse viés que se torna importante a estratégia de articulação com outras secretarias. O próprio secretário reconhece que, frente às barreiras impostas pela complexidade do território, fortalecer parcerias se torna um caminho indispensável para disputar recursos, ampliar o alcance das ações ambientais e tensionar as estruturas que historicamente operam para manter territórios como a Baixada em posição de desvantagem. Assim, sua fala aponta não apenas para um diagnóstico das desigualdades, mas também para os caminhos possíveis de enfrentamento dentro da gestão pública.

Hoje o que a gente faz, por exemplo, pra outras responsabilidades, a assistente social ajuda muito a gente. A secretaria não é só do meio ambiente, mas da agricultura também, então na parte da agricultura, aqueles agricultores que a gente conseguiu fazer o cadastro de agricultura familiar e já tá produzindo de forma organizada, tudo certinho com nota fiscal ele já tá conseguindo vender para uma cesta dentro da assistência social que é entregue para pessoas com insegurança alimentar. Então assim, já ajudam bastante a gente nisso, a fazer essa roda girar.”

“Outra secretaria que ajuda bastante a gente é a de serviços públicos, como? por exemplo os aceros que a gente faz, antes a gente fazer na roçada, demora muito, hoje o cara me coloca uma máquina, então em um dia o cara faz o que o roçador faz em uma semana (...) então a gente ganhou muito tempo (...) graças a essa secretaria que deixou a máquina a disposição pra gente fazer isso.”

“A secretaria de educação que tá junto com a gente no PROMEA, e é importantíssima essa parceria, então a gente consegue entrar nas escolas fazer o trabalho de Educação ambiental graças a essa parceria (...) esse abrir as portas, não é fácil.” (Secretário do Meio ambiente de Nova Iguaçu, 2025)

E esse engajamento não se restringe apenas às secretarias e às instâncias de gestão pública. O secretário também destaca a importância da participação ativa da sociedade nesse processo, o que corrobora com o SNUC (2000) que vai prever a participação popular para uma gestão mais efetiva nas Unidades de Conservação – o que também é um pensamento da própria gestora do PNMNI.

Nessa direção, ao ser questionado sobre como a Secretaria tem atuado para mobilizar e engajar a população em ações de preservação ambiental, sua resposta evidencia que, sem a construção de vínculos com a comunidade, não há gestão ambiental efetiva, especialmente em um território marcado por tantas desigualdades socioambientais como a Baixada. E para além disso, em sua fala, o secretário deixa claro que a Educação ambiental é a chave para muitas problemáticas.

Vou te falar, eu acho que assim, a gente intensificou e tem intensificado a Educação Ambiental. Quando eu cheguei aqui peguei um relatório dos últimos 7 anos e nesses últimos 7 anos a secretaria só tinha atendido 3 mil 700 e pouquinho de crianças atendidas com EA formal. Aí você pensa em 7 anos? e tudo bem, teve a pandemia,

²⁷ “O conceito diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem.” (Herculano, 2008, pág 16)

vamos tirar 2 anos, ainda são 5 anos. (...) e daquilo ali mais da metade tinha sido o parque (PNMNI) que tinha recebido as crianças lá, então eu falei po a metodologia aplicada é uma metodologia que a gente não tá conseguindo chegar onde deveríamos chegar. um gestor tem que pensar nisso também. e qual era a logística? primeiro que tínhamos que depender de um onibus, e aí esse onibus era por agendamento da secretaria, aí a gente conseguiu um ônibus da são José, vera cruz e linave, essas três empresas disponibilizaram por semana cada um às quartas feiras deixavam um ônibus a disposição e mesmo assim não conseguimos levar uma escola inteira, então olha o tempo que eu gastaria pra levar toda uma escola lá no parque, mais de um mês dependendo de quantas turmas tivesse. (...) então a gente vai ter que fazer diferente, aí eu fui e falei com a secretaria de educação e pedi uma autorização pra fazer uma intervenção na escola, preciso chegar com o meu material e com a minha equipe dentro da escola e fazer o trabalho na escola, e esse trabalho de ir a unidade de conservação seria um bônus, o professor ia analisar quem mais interagiu e se interessou e aí iam pegar os mais interessados ia fazer uma turma mesclada e aí sim poderia ir pro Parque, para reserva, pra ETA guandu, que são nossos principais parceiros. E vou te falar, no primeiro ano, nós pulamos de 3 mil e pouco pra mais de 26 mil crianças atendidas. Entendeu? e com uma devolutiva muito boa. (...) mas e a qualidade, será que foi uma qualidade boa? aí a gente via as professoras devolvendo pra gente, porque como a gente faz? temos um agendamento, o nome da escola, o número da diretora, a gente liga e entende como é a escola e os problemas da escolas, e quando vamos levar os materiais e a EA para a escola a gente já trabalha com a realidade específica daquela escola, com as problemáticas ambientais que estão no dia a dia do aluno. (...)” “nisso a gente começou a entrar querendo ou não na Educação Ambiental não formal, porque esse aluno ia pra casa e replicava o que ele aprendeu, e aí você já forma uma rede (..) esse ano a ideia é chegar as 63 mil crianças atendidas” (Secretário do Meio ambiente de Nova Iguaçu, 2025)

Sua linha de raciocínio aborda temas importantíssimos. Ao pensarmos no processo de desigualdade no qual a Baixada está inserida torna-se inviável pensar em uma gestão sem parcerias populares e sem incentivar a sociedade a refletir criticamente sobre o território em que vivem. A experiência relatada faz referência direta com os princípios de uma Educação Ambiental Crítica, que compreende a educação não como um processo de transmissão de conteúdos prontos, mas como uma prática emancipatória, dialógica e transformadora e que busca sobretudo entender o foco do problema, o dia a dia do sujeito, e é dessa forma que a atuação do secretário tem se colocado. Segundo Guimarães (2021) a Educação Ambiental crítica é um caminho para quebrarmos, justamente essas barreiras que impactam a nossa percepção do real e analisarmos de forma crítica o meio em que vivemos.

Percebe-se, ainda, que o secretário não está preocupado apenas com a quantidade atingida — e temos que ressaltar que o pulo de 3 mil crianças atendidas para 26 mil é uma diferença muito gritante —, mas também com a qualidade. Por isso, o sistema de devolutivas se torna uma ferramenta fundamental para compreender se as ações de educação ambiental estão, de fato, dialogando com a realidade das escolas e dos estudantes. O retorno das diretoras, professoras e da comunidade escolar permite que a secretaria adapte os conteúdos, metodologias e estratégias — se necessário —, levando em consideração as especificidades de cada território, suas problemáticas ambientais locais e seus desafios sociais. Dessa forma, a Educação Ambiental se afasta de uma proposta genérica e passa a atuar como instrumento de fortalecimento dos vínculos comunitários e de construção de pertencimento, além de contribuir para formar sujeitos críticos, conscientes e engajados com a defesa do território em que vivem. E isso fica claro na continuidade da sua fala:

“outra coisa que a gente também fez recentemente é a questão dos voluntários de brigada de incêndio (..) toda vez que pegava fogo na serra, e aí uma série de críticas né “a prefeitura não faz nada”, e aí ficar perdendo tempo explicando que fogo é

responsabilidade do bombeiro não da prefeitura a gente é só uma força auxiliar caso haja a necessidade de ser acionado, mas não é o que acontece, hoje é a gente que vai pro primeiro combate e isso começou a capacitar as pessoas, então a gente acabou criando uma rede de pessoas que entenderam o que é um incêndio florestal, entenderam como que ele acontece na serra né de forma criminosa e entenderam seu papel como cidadão né de não achar aquilo comum, denunciar mas entendendo a quem denunciar e de que forma denunciar. A resposta tem sido muito mais rápida, porque essa rede é grande, tem gente de tudo quanto é lugar de Nova Iguaçu, e aí o que acontece bradou um incêndio em tingüá, no grupo lá dos voluntários alguém já tá colocando um alerta e às vezes a gente consegue dar uma resposta muito mais rápida, o que antes a gente só ia ver na rede social no outro dia. (...)”(Secretário do Meio ambiente de Nova Iguaçu, 2025)

Ao promover essa rede e mobilizar a população para a formação de brigadas de incêndio voluntárias se mostra uma estratégia que vai além da atuação técnica do poder público, contribuindo para essa adesão à educação ambiental de forma crítica, fazendo com que os próprios moradores tenham o conhecimento do território. Também mobiliza a comunidade como agente ativo na gestão ambiental, demonstrando uma perspectiva de cogestão, onde a sociedade civil assume papel central no cuidado com o território.

Ademais, essa mobilização fortalece não apenas o senso de pertencimento, mas também gera uma autonomia coletiva, onde o cuidado ambiental passa a ser entendido como uma responsabilidade compartilhada com a sociedade, inserindo ela não apenas nas ações de defesa do território, mas no pensar soluções e reflexões sobre o próprio território. Ao compreenderem os riscos, as causas e os impactos dos incêndios — muitos deles fruto de ações criminosas como o secretário pontua— os moradores deixam de ser espectadores e tornam-se protagonistas.

Além disso, essa rede, que se estrutura a partir de vínculos comunitários, permite respostas mais rápidas e eficientes frente às emergências – o que facilita uma gestão mais ativa –, rompendo com a lógica da dependência exclusiva das instâncias institucionais, e uma maneira da população se tornar ativa no que tange a cobrança de políticas públicas. Trata-se, portanto, de uma prática que alinha gestão ambiental, educação crítica e construção de cidadania, onde o saber técnico dialoga com o saber local, configurando uma estratégia que não só combate os incêndios, mas também fortalece os laços sociais e amplia a consciência ambiental coletiva.

Diegues (2001) pontua claramente que a população torna-se a grande ausência nas práticas de manejo, mas há um consenso internacional que sem ela não há nem preservação, nem conservação. Portanto, a inserção da população da forma como o secretário relata é um caminho para enfrentarmos essas questões.

“(...) se não tiver a população entendendo o que o poder público tá fazendo – porque muitas vezes parece que o poder público está distante e na verdade a gente tá trabalhando pra sociedade – então é a mesma coisa que você me botar pra trabalhar pra você e não ficar de olho né, ter essa capacidade de cobrar (...) a gente nada mais é do que funcionários da população, a população tem que tá olhando, entendendo, olhando o portal da transparência, querendo saber. Hoje os conselhos consultivos são canais de você conseguir acessar mais coisas (...)”

“Então com certeza, a população tem que tá não só dentro desses espaços, mas acessando o portal da transparência, indo na ouvidoria, fazendo perguntas, para entender como funciona isso, questionando decisões, indo na câmara. Os vereadores estão lá porque votaram, votaram e nem sabem o que o vereador tá fazendo, entendeu? tem que ir lá, vê que leis são essas, quem tá propondo o que? porque o impacto sempre vai ser na população, tanto negativo quanto positivo”(Secretário do Meio ambiente de Nova Iguaçu, 2025)

A entrevista do secretário, portanto, contribui para ampliar a crítica e reflexão construídas ao longo deste trabalho. Ela explicita que o afastamento entre população e natureza – tão presente nas falas da gestora e da coordenadora – não é apenas uma questão de educação ou sensibilização ambiental, é uma questão política, profundamente ligada ao modo como o território é historicamente tratado. A narrativa que se constrói ao longo do tempo busca, sobretudo, afastar a população desse olhar para a política, ou melhor, de entender que a sociedade tem direito a cobrar.

A gestão ambiental na Baixada, para ser eficaz, precisa reconhecer e enfrentar essa história. E é aqui que a educação ambiental pode atuar como um enfrentamento: não apenas ensinando sobre a natureza, mas reconfigurando o olhar sobre o próprio lugar de moradia e existência. Construindo um lugar de afeto na Baixada Fluminense.

3.3 Educação Ambiental: um possível caminho para o enfrentamento de questões socioambientais.

Como desenvolvido nos capítulos anteriores, a cultura ocidental foi historicamente moldada a partir da ideia da superioridade humana sobre a natureza, instaurando uma relação de controle e dominação (Gonçalves, 2014) que atinge também os corpos dos sujeitos-objetos, ou, sujeitos mais descartáveis. Esse paradigma contribui para a ruptura progressiva dos frágeis vínculos que ainda nos mantêm em sincronia com a natureza.

No campo da Geografia, aprendemos que a Terra opera de forma sistêmica, evidenciando que todos os seres e elementos estão interligados e integram um ecossistema dinâmico e interdependente (ibidem, 2014) “(...) Assim o todo, o ecossistema, só existe pelas interações entre as partes e são essas complexas interações que o constituem.” (ibidem, 2014, pág 64). Portanto, levando em consideração que fazemos todos parte de um mesmo sistema, as consequências desse afastamento recaem sobre nós.

Corroborando com essa linha reflexiva Nego Bispo (2023) pontua que precisamos ter um olhar ancestral e afetivo sobre a terra, ao afirmar que “todo território é memória viva” e, sendo assim, estamos construindo constantemente as memórias das ações que tecemos no território, o processo de identidade territorial se constrói a partir dessas memórias, que, por vezes, está repleta de contradições e desenvolvimentos que buscam fortalecer essas rupturas metabólicas da sociedade com a natureza. Afinal se somos parte desse sistema, somos natureza e quem não cuida da terra, não cuida de si (ibidem, 2023).

Portanto, indo de encontro com o autor, o cerne dessa ruptura que constrói identidades, mora em alguns conceitos, o desenvolvimento, por exemplo, segundo o autor seria uma forma de desconexão (Santos, 2023). Dessa forma, modelando ou reconstruindo conceitos profundamente arraigados em nossa sociedade podemos vislumbrar uma forma de enfrentamento dessa desconexão. Nego Bispo, portanto, nos aponta a *confluência* que seria:

é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. (Santos, 2023, pág 4)

Dessa forma acreditamos que o enfrentamento dessa problemática mora na confluência, no compartilhamento e na troca de sabedorias, para que possamos construir uma narrativa crítica sobre nossas vivências e experiências.

Nessa mesma direção, Bruno Latour (2004) nos alerta que, na ânsia de nos sentir modernos, não voltamos nosso olhar para o que é a vida, essa mistura sistêmica que

insistimos em separar em caixas distintas – a fragmentação de vivências e conhecimentos. Na ânsia de nos sentirmos modernos perdemos nossos conhecimentos primordiais, os saberes antigos se esquecem – como Nego Bispo pontua –, e as raízes com o território se tornam frágeis e moldáveis – alvos fáceis para o controle. Ao incorporar esses saberes, a Educação Ambiental torna-se uma ferramenta para fortalecer o sentimento de pertencimento e recriar as narrativas sobre os territórios historicamente marginalizados.

A Educação Ambiental Crítica, nesse contexto, surge como um instrumento de resistência e transformação – justamente para concluirmos (Santos, 2023) –, uma forma de enfrentamento para essa ruptura. Diferente das abordagens conservacionistas, que muitas vezes focam em um “desenvolvimento” – literalmente o ato de (des)envolver – limitam-se à transmissão de informações, à culpabilização individual ou que se limitam a eventos pontuais, a vertente crítica propõe a formação de sujeitos conscientes das relações históricas, sociais e políticas que moldam o ambiente em que vivem (Loureiro, 2005) ou seja busca sobretudo envolver o sujeito pela vivência dele.

Portanto, trata-se de uma pedagogia comprometida com a emancipação, que valoriza os saberes locais, questiona as estruturas de poder e incentiva a participação ativa na construção de territórios mais justos e sustentáveis. Ao inserir essa perspectiva nas práticas educativas, especialmente em territórios periféricos, abre-se a possibilidade de reconstruir vínculos com o espaço vivido, fortalecer o sentimento de pertencimento e estimular a reconfiguração do imaginário coletivo em torno da relação sociedade-natureza, pois necessitamos de indivíduos que saibam olhar para a sua realidade e questioná-la, não apenas aceitá-la.

Ademais, esta sensibilização e conhecimento crítico acerca das questões que circundam suas vivências cria, por si só, um impulso para que a sociedade se sinta motivada a desenvolver uma consciência ambiental acerca do lugar em que vivem (Guimarães, 2021).

Inspirada na pedagogia freireana, essa abordagem entende a educação como um processo dialógico, político e emancipador, que parte da realidade concreta dos sujeitos para promover a sensibilização e a transformação (Loureiro e Torres, 2014). Mais do que transmitir conhecimentos sobre a degradação ambiental, trata-se de fomentar uma leitura crítica do mundo, estimulando os educandos a se reconhecerem como parte ativa na construção e na defesa de seus territórios. Pois, como se defende o território em que vive sem o conhecimento e as ferramentas necessárias para se fazer a leitura desse ambiente?

Ao valorizar os saberes populares e locais, a Educação Ambiental Crítica permite resgatar a memória coletiva, fortalecer o sentimento de pertencimento e reconfigurar o imaginário sobre o ambiente como espaço de vida, cultura e resistência. Aplicada à realidade da Baixada Fluminense, essa perspectiva contribui para romper com narrativas de exclusão e inferiorização, e afirma o território como lugar legítimo de existência, potência e cultura.

Entender a EA como uma ferramenta auxiliar ao pertencimento, nesse sentido, e a construção de novas pontes entre a sociedade e a Natureza é sobretudo buscar um novo olhar sob o território em que essa sociedade vive e - ao aproximá-la – tornar claro os problemas e estigmas que permeiam seu território, fazendo assim que deixe de ser *normalizada* certas práticas que permeiam uma zona sacrifício.

Pois como pontua Mauro Guimarães “(...) A Educação Ambiental é uma das dimensões do processo educacional” (Guimarães, 2013, pág 16), portanto, como processo educacional é considerado um aprendizado gradual e duradouro. É interessante ressaltar que ela pode variar em diversas formas e abrangências, exatamente como as áreas da educação, “podemos ter diferentes projetos educacionais que refletem e são reflexos de diferentes “visões sociais de mundo”, em um espectro que alcança das visões mais conservadoras às mais críticas.” (Ibidem, pág 16). Logo, várias dinâmicas também atravessam a Educação

Ambiental enquanto prática de ensino, inclusive os próprios paradigmas que estamos falando ao longo dessa pesquisa.

Logo, falar aqui de *Educação Ambiental crítica* não é por acaso: trata-se de reconhecer que o distanciamento entre sociedade e natureza, bem como os processos contínuos de degradação ambiental, não são frutos de uma ação distorcida da sociedade como um todo, mas de lógicas específicas de produção e apropriação capitalistas que moldam nossas formas de viver, consumir e ocupar o território, visto que até mesmo na desordem há uma ordem (Lefebvre, 2001). Dito isso, dar as ferramentas para que a sociedade entenda, de forma crítica, o local onde vivem, é fundamental.

Assim, “na perspectiva das ciências sociais críticas, não é possível separar a sociedade e seu meio ambiente, pois trata-se de pensar um mundo material socializado e dotado de significados” (Acselrad, 2004, p. 8). Dessa forma, não há como falar de sociedade sem mencionar a natureza — e, por consequência, não há como abordar esses temas sem considerar o conceito que confronta a ideia de fragmentação entre sociedade e natureza: a (in)justiça ambiental, já discutida anteriormente. Somado a isso, é imprescindível fazer uso das lentes da educação ambiental, uma vez que essas problemáticas só podem ser enfrentadas a partir de uma compreensão mais profunda dessa relação sistêmica. O cerne da educação ambiental mora exatamente aí: em entender que somos parte de um todo que não funciona de forma separada.

Como os próprios entrevistados pontuam em seus discursos, a chave para a aproximação e conexão social com a sua realidade é, antes de tudo, compreender os entrelaces da vida humana, do que se passa em nosso próprio território, do local para o global.

Não queremos ousar dizer que a prática e inserção de uma educação ambiental crítica é uma tarefa fácil — ou que as outras práticas mais pontuais não são importantes ou possuem seu valor — porém queremos ressaltar, aqui neste trabalho, que é por meio de práticas de resistência que se criam meios para produzir e construir uma sociedade consciente.

Outrossim, é entendendo que as relações que possuímos com o meio são produzidas — já tocamos nesse ponto no capítulo um — que ganhamos a noção de que a complexidade da natureza se dá de forma muito diferente da que nos pautamos. A temporalidade ganha outro sentido. E a complexidade se torna a palavra chave para entendermos as inter-relações que traçamos com o nosso ambiente vivido. Corroborando com Guimarães (2012) que nos pontua:

(...) as relações se situam no marco da complexidade, que não é complicar, mas perceber a multidimensionalidade do real, constituído pela (e constituinte da) inter-relação das partes com as partes, das partes com o todo e do todo com as partes, interagindo-se reciprocamente. Isso faz toda diferença na visão de mundo compreendida por essa perspectiva, que se contrapõe à visão de mundo hegemônica, formadora dos (e formada pelos) paradigmas da disjunção (Morin 1997) da sociedade moderna. Paradigmas esses que, ao procurarem estabelecer alguma ligação entre as partes, reduzem e simplificam o real, pois buscam uma linearidade mecanicista na relação de causa e efeito dos fenômenos, em que um transmite o seu movimento ao seguinte como no efeito dominó. (Guimarães, 2012 pág 11)

Ademais, podemos nos pautar em Worster (2004) quando este nos faz refletir sobre a história da natureza, ou melhor, sobre a história ambiental e como nós traçamos uma relação com ela.

A natureza muda, afirmamos, ainda que nem sempre as mudanças sejam aparentes para os observadores. O que nós queremos da natureza também muda. O que queremos e o que retiramos nunca são o mesmo, seja para os ambientalistas ou para os agentes do desenvolvimento. O que nós quisemos no passado teve consequências que ninguém esperava: surpresas, resultados imprevisíveis, muitas decepções, algumas delas trágicas. (Worster, 2004, pg 368)

Essa imprevisibilidade que Woster nos aponta vai de encontro com o que Guimarães nos pontua sobre a complexidade das inter-relações, que nos permite pensar em como as ações da sociedade carregam complexidades e riscos. “O meio ambiente não é apenas o somatório das partes que o compõe, mas é também a interação entre essas partes em inter-relação com o todo (...) É tudo junto ao mesmo tempo agora.” (Guimarães, 2012, pág. 13). Portanto, em sintonia com o autor, a sociedade também não é apenas um aglomerado de pessoas somadas (ibidem, 2012), mas sim uma complexa rede de cultura, existência e resistência. Dessa forma, viver de acordo com a corrente hegemônica só acelera nosso abismo entre nós mesmos e a natureza, ou melhor, entre nós e o mundo.

Assim, pensar a relação sociedade-natureza implica reconhecer as incertezas – ou a certeza de que somos múltiplos – como parte constitutiva do processo e, ao mesmo tempo, como campo fértil para uma educação ambiental crítica, que estimule a reflexão, a participação e possibilite o acesso às ferramentas necessárias para o enfrentamento.

Dessa forma, as reflexões desenvolvidas ao longo desta dissertação buscam também lançar um olhar crítico sobre a atuação acadêmica diante da realidade territorial. Muitas vezes, projetos de pesquisa e extensão identificam e descrevem as problemáticas enfrentadas, mas negligenciam um elemento central para a transformação: participação efetiva da população. É preciso reconhecer que, ao propor soluções sem dialogar com os sujeitos diretamente impactados, reproduzimos a lógica de afastamento que tanto criticamos.

A educação ambiental crítica, dessa forma, não deve ser pensada como um modelo fechado ou normativo, mas como um processo em constante construção, capaz de dialogar com as contradições, as desigualdades e os conflitos socioambientais historicamente constituídos. Ao reconhecer que não há uma única resposta ou caminho, abre-se espaço para a criação coletiva de estratégias de enfrentamento e resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa partiu da inquietação e da necessidade de compreender como é – e como foi – estruturada a Baixada Fluminense enquanto esse espaço das “faltas” (Simões, 2011), do abandono e todas as outras características ruins que se apropriam para falar desse território. Não se pretende afirmar que a Baixada Fluminense não é vista – muito pelo contrário – observa-se que ela tem sido, em alguns contextos, ressignificada e incorporada em discursos que buscam destacar suas potências – como demonstrado, por exemplo, pela adoção do termo 'Baixada Verde' pelo campo do turismo – o que queremos com essa pesquisa é mostrar e analisar *como* ela é vista, de que maneira e quais espaços da Baixada são vistos como válidos para serem *percebidos* de forma positiva. Quem tem o poder para moldar a percepção de um território?

O que queremos pontuar aqui são justamente esses conflitos que configuram um território como uma *zona de sacrificio*, marcada pela lógica de desigualdades socioespaciais e socioambientais. Ao longo deste trabalho buscou-se entender como estas estruturas se configuram e como se estabelecem na vida dos moradores desse território, configurando, assim, um território simbólico.

Corroborando com a nossa linha de raciocínio, Rocha (2009), ao abordar sobre território, se embasa no Binômio “território/ representação” para explicar que “a construção de uma materialidade – o território – está diretamente ligada às projeções não materiais: imagéticas, simbólicas, ideológicas, ou ainda representacionais” (Ibidem, pág 26) ou seja, a forma como os agentes de construção do espaço o constroem com base em vivências e discursos – que por si só possuem alguma ideologia – “(...) Essa relação acontece numa simbiose onde tanto a materialidade se alimenta da representação, quanto a representação ganha força nas configurações que o território apresenta.” (Ibidem, pág 26). E essa forma de analisar o território está muito embebida no viés simbólico de Bourdieu (2007) quando a construção de poder simbólico do autor se embasa nas narrativas tecidas na troca relacional entre os indivíduos.

E foi isso que tentamos dialogar ao longo da pesquisa, entender como se construiu a narrativa da Baixada Fluminense e sobretudo como isso afeta a relação da sociedade com o seu espaço vivido e com a natureza. A forma como a natureza desse território é modelada e vilipendiada não é fruto do acaso, mas de um processo histórico complexo, atravessado por múltiplas camadas de significados, disputas e ausências. É como uma longa fileira de dominós, em que cada peça representa um fator – simbólico, político, econômico e ambiental – que, ao cair, desencadeia o próximo, tudo interligado nesse grande sistema, pois como abordamos antes, o mundo é uma cadeia sistemática. No fim dessa sequência, encontramos o problema central desta pesquisa: a maneira como essas representações e práticas moldam a vivência e a percepção ambiental no território.

Dessa maneira, a construção de uma zona de sacrificio se assenta e se constrói no território pela soma de um conjunto de ações organizadas por determinados sujeitos, em locais que – em sua maioria – são ocupados por sujeitos– objetos (Gonçalves, 2014). O que para Foucault (2008) seria analisado pelas óticas da *Biopolítica*, política essa que constrói condições favoráveis ao controle dos corpos. E o que seria a construção de periferias se não a concentração de corpos- máquina, ou sujeitos- objetos? a chamada *biopolítica*.

Temos, desse modo, a construção de narrativas ou discursos que normatizam que esses corpos específico sofram determinadas injustiças, pois como pontuado por Foucault (1997) o

poder que age sobre esses sujeitos – ou seja, o poder de controle desses corpos – se porta e se desencadeia de forma sutil. Da mesma forma acontece com essas narrativas discursivas que são normalizadas e impregnadas na sociedade.

Entender como funciona esse sistema nos ajuda a compreender não apenas as estruturas de poder que moldam o território, mas também as possibilidades de resistência e reconfiguração desses espaços. Ao reconhecer a Baixada Fluminense como um território de disputas simbólicas, políticas e ambientais, esta pesquisa busca contribuir para o fortalecimento de narrativas contra-hegemônicas que valorizem suas potências e reivindiquem justiça territorial e ambiental.

Nesta linha de raciocínio, Lefebvre (2001) vai nos elucidar que o constructo urbano da cidade sempre aponta na direção do dinheiro – do capital – e dessa forma existem locais que geram mais dinheiro que outros, ou melhor, existem locais que se precisam para gerar dinheiro sem “muitos danos ao capital”, daí as periferias, onde mais se encontraria locais fáceis de constituir empresas/ negócios, sem se preocupar com potenciais danos ambientais?

Com isto elucidado, a ordem do discurso, se torna a parte importante para entendermos como toda essa problemática se norteia. O discurso é uma prática social que articula e internaliza (Resende e Ramalho, 2011), corroborando assim para a construção de um determinado pensamento, em sua maioria, o *senso comum*, portanto a articulação dos discursos é uma ferramenta poderosa de controle social, tanto internaliza como criar correntes de pensamentos e crenças, como Raffestin (1993) afirma quem detém o poder da fala é capaz de construir territórios. E quem detém o poder de disseminar discursos controla uma sociedade – como abordamos no decorrer da pesquisa – uma sociedade no escuro é alvo fácil de controle.

Nesse ínterim partimos para responder os questionamentos iniciais que foram o ponto de partida para esta presente pesquisa. Primeiro de tudo a nossa pergunta norteadora: Como a produção de um discurso de desvalorização sobre a Baixada Fluminense pode contribuir com a sua estigmatização?

Pensar na resposta dessa pergunta me fez refletir sobre o que me motivou indagá-la em primeiro lugar. O que é um espaço estigmatizado? um lugar onde o senso comum faz dele um território marcado. Segundo o dicionário, estigmatização é o processo de atribuir um estigma a alguém ou algo, marcando-o negativamente e levando à sua discriminação ou marginalização. E o que é a Baixada se não um espaço estigmatizado ao longo da temporalidade histórica? assim como toda periferia. E veja, se o estigma advém da produção discursiva de uma narrativa que marca um local, é exatamente isso que encontramos na BF.

Se a Baixada não fosse afetada por isso que chamamos de “senso comum”, que se naturaliza tanto que é reproduzido pelos próprios moradores, não veríamos algumas constantes nesse espaço: a ausência de um saneamento adequado, crise hídrica e muitos outros.

Portanto, partimos para a próxima indagação: como as Unidades de Conservação são afetadas com esse estigma? Veja, se temos as áreas legalmente protegidas como territórios delimitados – dentro de um outro território, e aqui não queremos abrir o paradoxo da boneca russa²⁸ – era de se esperar que estes sofressem o impacto do local onde foram assentados. As Unidades de Conservação já são locais que sofrem a pressão urbana²⁹ naturalmente, locais que já possuem conflitos, e por isso a compreensão da população do que seria uma unidade de conservação e sua importância é mais do que importante para a mediação desses conflitos. Mas acontece que em um território marginalizado e estigmatizado – como o que estamos nos

²⁸ Também conhecida como “boneca russa”, a matrioska é caracterizada por reunir uma série de bonecas de tamanhos variados que são colocadas uma dentro das outras.

²⁹ Principalmente Unidades de Conservação que se localizam em cidades.

referindo – faz com que a população fique mais longe de reconhecer a importância desses espaços, levando a diversas outras problemáticas, como vimos com as entrevistas – As entrevistas realizadas revelaram justamente essa distância entre a população e as unidades de conservação, marcada por uma percepção limitada sobre seus objetivos e pela falta de políticas públicas efetivas que promovam a integração entre sociedade e natureza.

Essa complexidade que os territórios legalmente protegidos enfrentam revela o que Haesbaert (2014) denomina como multiterritorialidade – a coexistência de diferentes formas de apropriação e significação de um mesmo espaço. No caso das Unidades de Conservação da Baixada Fluminense, isso se expressa nos conflitos entre as políticas ambientais oficiais, a presença (ou ausência) do Estado, os modos de vida locais e os sentidos atribuídos pela população ao seu território.

Ademais, por estar localizada em uma região que sofre com pouca assistência do poder público, os agravantes são maiores, a falta de políticas públicas que ajudem a manter o manejo efetivo das Unidades é sem dúvidas um dos fatores que mantém a sociedade ainda mais afastada. Dessa forma, nos resta a pergunta: De que forma a Educação Ambiental pode contribuir para essa questão?

À primeira vista, pode parecer que o conceito de Educação Ambiental surge de forma deslocada neste trabalho. No entanto, ela permeia toda a pesquisa de maneira transversal. Ao abordar a história ambiental da Baixada Fluminense e refletir sobre a relação entre sociedade e natureza na construção do território, torna-se impossível dissociar essa discussão das noções de justiça e (in)justiça ambiental – que está associado às noções de EA. A Educação Ambiental, aqui, é entendida como um caminho possível para fortalecer o vínculo entre população e território, questionando desigualdades e estimulando processos de pertencimento e transformação. Sendo, portanto, um dos pilares necessários para que consigamos dispor de ferramentas necessárias para a reflexão crítica da realidade.

A Baixada Fluminense, então, ao ser constantemente marcada por essas ausências e pela desqualificação simbólica, mostra-se também como território de resistência e disputa – no qual só precisa dos olhares certos para ser *vista*. A presença das Unidades de Conservação, longe de representar apenas preservação ambiental, explicita meios de estreitar laços sociais, que evidenciam a complexidade da relação sociedade-natureza nesse espaço. Mesmo que ao dar a luz ao mudo capitalista ao qual vivemos, percebemos que, a criação desses espaços não é isenta de intencionalidade.

Nesse sentido, ao final desta pesquisa, fica registrado nestas páginas não apenas a conclusão de um trabalho ou o alcance dos objetivos – que aqui acredito que alcancei – mas sim a esperança de que essas indagações e reflexões, que estão presentes ao longo de todos os capítulos, possam ser mais que apenas palavras em um documento e motivem novos olhares e perspectivas críticas acerca dos territórios.

Ademais, torna-se importante abordar mais profundamente acerca da História ambiental, o que está presente aqui, nem de longe seria um aprofundamento nessa História tão cheia de narrativas e territórios. Que essa pesquisa seja um ponto pé inicial para nos debruçarmos sobre essa vertente da História da Baixada.

Logo, compreender as múltiplas dimensões que atravessam a relação entre a sociedade e o ambiente na Baixada Fluminense é apenas o começo, a ponta do iceberg. Espera-se também que esta pesquisa possa contribuir para fortalecer debates sobre justiça ambiental e inclusão social nas políticas de conservação, e sobretudo, espera-se que essa pesquisa fortaleça o sentimento de pertencimento com a Baixada Fluminense, que ela possa ser vista mais como um Lugar, no sentido geográfico da palavra, como um lugar das vivências. Portanto, abre-se a necessidade de estudos que ampliem as vozes dos sujeitos locais e suas práticas de resistência.

Referências

- ACSELRAD, H. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.
- AGÊNCIA PÚBLICA. *Gramacho: a cidade do lixo parada no tempo a 30 quilômetros da praia de Copacabana*. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/03/gramacho-a-cidade-do-lixo-parada-no-tempo-a-30-quilometros-da-praia-de-copacabana/>. Acesso em: 9 dez. 2024.
- ALVES, J. C. *Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH Clio, 2003.
- BARRETO, A. V.; HONORATO, C. F. *Manual de sobrevivência na selva acadêmica*. São Paulo: Objeto Direto, 1998.
- BERTOLINI, J. *O conceito de biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos*. *Saberes: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação*, v. 18, n. 3, 2018. DOI: 10.21680/1984-3879.2018v18n3ID15937. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/15937>.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1986.
- DE OLIVEIRA, A.; TONSO, S. *Espaço educador: um conceito em formação*. 2012.
- ENNE, A. L. *Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações*. *Revista Ciberlegenda*, n. 14.
- ENNE, A. L. S. A “redescoberta” da Baixada Fluminense: reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico. *Pragmatizes – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, ano 3, n. 4, p. 6–27, mar. 2013.
- FOUCAULT, M. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. v. 1. Paris: Editions Gallimard, 1988.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRANCO, J. L. de A. et al. (org.). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- GONÇALVES, C. W. P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- GUIMARÃES, M. (org.). *Educação ambiental e a convivência pedagógica: emergências e transformações no século XXI*. Campinas: Papirus, 2021.
- GUIMARÃES, M. (org.). *Caminhos da educação ambiental: da forma à ação*. 5. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HAESBAERT, R. *Múltiplos territórios de memória*. 2015.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

HAESBAERT, R. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HERCULANO, S. *O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental*. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 3, n. 1, p. 1–20, 2008.

HOLZER, W. *A construção de uma outra ontologia geográfica: a contribuição de Heidegger*. *Geografia*, v. 35, n. 2, p. 241–251, 2010.

LATOUR, B. *Politics of nature: how to bring the sciences into democracy*. London: Harvard University Press, 2004.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, J. C. C. F. de. *Análise das ações de educomunicação ambiental nas unidades de conservação da Baixada Fluminense*. 2023. 109 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

LIMA, M. R. P. *Paradoxos da formalização: a inclusão social dos catadores de recicláveis a partir do caso do encerramento do aterro de Jardim Gramacho (RJ)*. *Horizontes Antropológicos*, v. 24, n. 50, p. 145–180, 2018.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MEDEIROS, M. G. *Natureza e naturezas na construção humana: construindo saberes das relações naturais e sociais*. *Ciência & Educação*, v. 8, n. 1, p. 71–82, 2002.

MENDES, R. da S. *Paisagens culturais da Baixada Fluminense*. 1948. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1948.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

MORYAMA, V.; PEGURIER, E. *Apesar de fechado, Gramacho é uma história inacabada*. ((o))eco, 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/26063-apesar-de-fechado-gramacho-e-uma-historia-inacabada/>. Acesso em: 9 dez. 2024.

NIETZSCHE, F. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

QUEIROZ, E. D. de. *Uso público no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu: trilhando entre possibilidades e dificuldades*. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Caderno metropolitano*. v. 3. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.modelarametropole.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Caderno03-Cartografia-Camara.pdf>. Acesso em: abr. 2023.

- ROCHA, A. S. da. *As representações ideais de um território: dinâmica econômica e política, agentes e a produção de sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós-1990*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- ROCHA, A. S. *Baixada Fluminense: representações entre o desenvolvimento, a violência e o descaso*. 2020.
- ROCHA, A. S. *Desigualdades territoriais no acesso à água e esgoto nas periferias da metrópole: o caso da Baixada Fluminense na Bacia do Guandu–RJ*. *Geografares*, n. 34, 2022.
- ROCHA, A. S. “Nós não temos nada a ver com a Baixada!” – problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território. *Recôncavo: Revista de História da UNIAEU*, v. 3, n. 4, p. 1–22, 2013.
- RODRIGUES, A. O. *Nova Iguaçu e a formação histórico-econômica da Baixada Fluminense*. In: FORTES, A.; RAMALHO, J. R. (orgs.). *Desenvolvimento, trabalho e cidadania*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2012. p. 77–92.
- SANTOS, A. B. dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.
- SANTOS, J. A. E. dos; IMBERNON, R. A. L. *A concepção sobre “natureza” e “meio ambiente” para distintos atores sociais*. *Terrae Didatica*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 151–159, 2015. DOI: 10.20396/td.v10i2.8637372. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/td/article/view/8637372>.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SIMÕES, M. R. *Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense*. Mesquita: Entorno, 2011.
- SIMÕES, M. R. et al. *A cidade estilhada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. 2007.
- SOARES, M. T. S. *Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro*. 1960. Tese (Livre-Docência) – Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1960.
- SOUZA, M. L. de. *O que é a geografia ambiental? Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 1, 2019.
- TAVARES, F. R. *O cinza que se expande pelo verde que se vende: geração de estratégias através de condições de conflitos na Baixada Fluminense*. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos*. Porto Alegre, 2010.
- TAVARES, R. B. *As várias Mesquitas de várias Baixadas*. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- VALLEJO, L. R. *Unidade de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas*. *GEOgraphia*, v. 4, n. 8, p. 57–78, 2002. DOI: 10.22409/GEOgraphia2002.v4i8.a13433.
- VIÉGAS, R. N. *Desigualdade ambiental e “zonas de sacrifício”. Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro*, v. 21, 2006.

APÊNDICES

Apêndice 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA O GESTOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:

Percepção da Baixada Fluminense e contexto do Parque

- 1. Como a senhora define a Baixada Fluminense e a importância do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) nesse contexto?**
- 2. Na sua visão, as questões ambientais da Baixada apresentam desafios específicos que influenciam a gestão do Parque? Se sim, quais seriam?**

Demandas ambientais e gestão do Parque

- 3. Quais são as principais demandas ambientais do PNMNI atualmente?**
- 4. A localização do Parque na Baixada Fluminense impacta de alguma forma a priorização ou alocação de recursos para sua gestão?**
- 5. Como as políticas públicas e o apoio governamental têm contribuído para atender essas demandas? Há algo que poderia ser aprimorado?**

Popularização do PNMNI

- 6. Quais estratégias têm sido utilizadas para popularizar o PNMNI entre os moradores da Baixada Fluminense?**
- 7. Na sua avaliação, a população da região reconhece o Parque como um espaço importante de lazer, aprendizado e preservação ambiental?**
- 8. Existem desafios específicos para atrair visitantes e engajar a comunidade local no cuidado e na valorização do Parque?**

Pesquisas científicas no PNMNI

- 9. Como está o panorama das pesquisas realizadas no PNMNI? A senhora considera que o número de pesquisas e seus temas têm sido satisfatórios?**
- 10. De que forma as pesquisas desenvolvidas no Parque têm contribuído para a gestão e o manejo ambiental?**
- 11. Essas pesquisas também têm ajudado a conscientizar a população sobre a relevância do PNMNI? Há projetos específicos voltados para isso?**

Educação ambiental e integração com a comunidade

- 12. O Parque oferece atividades ou programas voltados à educação ambiental? Se sim, como tem sido a adesão e os resultados?**
- 13. Na sua opinião, qual o papel do PNMNI na formação de uma consciência ambiental entre os moradores da Baixada Fluminense?**

14. Como o Parque equilibra a função de conservação ambiental com a oferta de espaço para lazer e práticas educativas para a população?

Apêndice 2 -ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA A COORDENADORA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA UNIDADE:

Percepção da Baixada Fluminense

1. **Como você define a Baixada Fluminense e o papel do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu nesse contexto?**
2. **Na sua visão, a localização do Parque na Baixada Fluminense influencia, de alguma forma, o manejo ou a execução dos projetos de educação ambiental?**

Projetos de educação ambiental e visitas

3. **Quais são os principais projetos de educação ambiental realizados pelo Parque?**
4. **A frequência de visita da população aos projetos de educação ambiental é satisfatória? Há desafios específicos para atrair mais pessoas?**
5. **Na sua avaliação, esses projetos conseguem alcançar a população que vive no entorno do Parque? Por quê?**

Pertencimento e entendimento do território

6. **Acredita que os projetos de educação ambiental promovem um sentimento de pertencimento e um maior entendimento da população sobre o território do Parque?**
7. **Como o Parque tem trabalhado para fortalecer o vínculo da população local com a Unidade de Conservação?**
8. **O que mais poderia ser feito para engajar os moradores da região no cuidado e valorização do Parque?**

Conscientização e desafios

9. **Na sua opinião, a população tem consciência da importância do Parque para a preservação ambiental e como um espaço educativo?**
10. **Existem dificuldades específicas para transmitir a relevância do Parque às comunidades vizinhas? Se sim, quais seriam?**
11. **A localização do Parque na Baixada Fluminense gera desafios particulares no manejo e na implementação das práticas de educação ambiental?**

Reflexão sobre o impacto

12. **Na sua perspectiva, como os projetos de educação ambiental realizados no Parque podem contribuir para mudanças concretas no comportamento ambiental da população?**
13. **Quais seriam os indicadores mais claros de sucesso para medir o impacto desses projetos na comunidade?**

Apêndice 3 -ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE:

Perguntas gerais sobre a Baixada Fluminense

1. **O que é a Baixada Fluminense para você?**
2. **Como definiria a Baixada Fluminense em termos ambientais e sociais?**
3. **Na sua visão, quais são os principais desafios ambientais que a Baixada Fluminense enfrenta hoje?**

Trajetória como Gestor e Secretário do Meio ambiente

1. **O senhor já atuou diretamente na gestão do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) e hoje está à frente da Secretaria de Meio Ambiente. Como essas duas experiências moldaram a sua visão sobre o meio ambiente?**
2. **Houve alguma mudança na forma como o senhor entende os desafios ambientais da Baixada depois de passar da gestão de uma unidade de conservação para a gestão ambiental municipal?**

Políticas públicas e gestão ambiental

1. **E quais ações a Secretaria tem desenvolvido ou planejado para lidar com essas questões?**
2. **Na sua avaliação, essas políticas têm conseguido atender às demandas da região? O que ainda falta?**
3. **Como é o diálogo entre a Secretaria de Meio Ambiente e outras instâncias governamentais ou instituições para abordar as questões ambientais da região?**

Percepções sobre a Baixada e seus impactos

1. **A visão muitas vezes estigmatizada da Baixada Fluminense influencia o tratamento dado às questões ambientais da região?**
2. **Essa percepção influencia as demandas da população por políticas públicas? Em caso afirmativo, como?**

- 3. Isso também afeta a forma como a população enxerga seus próprios territórios e os demanda por políticas públicas?**

Participação social e sustentabilidade

- 1. Como a Secretaria tem trabalhado para engajar a população local em iniciativas de preservação ambiental e sustentabilidade?**
- 2. Quais desafios o senhor identifica na mobilização da sociedade civil para a preservação dos recursos naturais da região?**
- 3. O senhor acredita que a participação popular pode ser um caminho para fortalecer a gestão ambiental na região?**

ANEXOS

³⁰**O objetivo da Entrevista:** *Entender se o PNMNI sofre com estigmatização da Baixada Fluminense e de que forma a população reproduz ou não este estigma, dificultando o manejo.*

ANEXO 1 - Análise Piloto da Entrevista com a Coordenadora de Educação Ambiental

Realizada no dia 29/08/2024

Unidade de Análise	Pergunta	Resposta	Análise das Respostas e sua relação com a unidade de análise
<i>Percepção da população/ moradores com a Unidade</i>	As visitas da população para participar dos projetos de Educação Ambiental é frequente e eles já têm essa noção do que é o Parque?	“Sim, mas em suma, os visitantes só tem essa noção quando se deparam (frequentam) com o Parque e com a Educação Ambiental. (...) quando eles só se deparam com o nome “Parque” eles associam com um lugar sem regras, apenas para lazer.”	Aqui podemos analisar discursivamente que os visitantes percebem a nomenclatura “Parque” ligada apenas ao lazer, e a combinação da visita com o olhar da Educação Ambiental
	Acredita que essas visitas ajudam a população a ter uma visão do que é o PNMNI?	“Tem pessoas que frequentam há anos e não tem ideia do que é de fato uma Unidade de Conservação, quando essa visita não ocorre com uma parceria com as atividades de Educação Ambiental, o visitante só vai pensando no lazer”	Para alguém que já frequentou o parque e teve contato com os projetos de Educação Ambiental do PNMNI, pode haver uma compreensão mais profunda e responsável sobre o espaço, segundo a entrevistada. O discurso se pauta também na dificuldade de transmitir os conhecimentos para os visitantes que não estão abertos a tal. Importante salientarmos aqui que a Percepção, segundo Resende e Ramalho (2011) não está apenas fixada em um ponto, ela perpassa o campo social do indivíduo, suas relações sociais e o meio que ele está inserido, logo, analisando este discurso com essa ótica, podemos perceber que precisamos de algumas ferramentas para que esse

³⁰ Importante salientar que na tabela de Análise da entrevista foi separado as perguntas em blocos para que a análise fosse mais precisa.

			indivíduo que está inserido na BF consiga reestruturar o seu campo de percepção e notar esse outro lado da Bf. Identificamos na entrevista que essa ferramenta seria a EA.
<i>Desvalorização da Baixada Fluminense</i>	Essa falta de percepção da População atrapalha o manejo do PNMNI?	“atrapalha, mas é algo que não é culpa deles, é algo local, o parque é de 98, <u>a floresta já era utilizada pelos avós, os pais e os parentes</u> , então muitas das perspectivas que eles tem vem deles.”	O pensamento ser Geracional, de acordo com ela, nos mostra que a perspectiva que os visitantes têm foi construída ao longo dos anos, muito antes deles, e o que se tem hoje é um reforço de algo que já existia. Podemos demarcar aqui a presença da <u>identidade territorial</u> → Construída ao longo do tempo.
	Acha que essas perspectivas têm haver com o PNMNI está inserida na BF?	“Totalmente, porque a BF não é um cartão postal, cartão postal é Tijuca, então o cara que é da BF e entra em uma unidade de conservação aqui não consegue ter essa percepção, diferente de quanto ele vai nesses outros locais, o que implica também nos manejos”	“A Baixada não é um cartão postal” Aqui se faz muito presente o contexto social em que estamos inseridos, a ideologia de não pensar que a BF possa vir a ter uma paisagem bonita como em outros lugares. Vemos aqui a ideologia da Baixada como o local das violências, da pobreza e do banditismo (Simões, 2011) que propaga essa visão da desvalorização da Baixada Fluminense.
<i>Impacto da Educação Ambiental nos Visitantes</i>	Você acha que a Educação Ambiental e inserir a população nesse meio pode mudar essa perspectiva?	“Com certeza, porque o cara que mora em juscelino, por exemplo, pode caminhar 5 minutos e ter um lazer, mas ele não consegue reconhecer isso, o cara que mora aqui não foi programado para pensar a Baixada de outra forma, ele não consegue reconhecer que o próprio território dele tem o que ele precisa, não é palpável pra ele. (...) Como se estar em outros locais transmitisse pra ele que precisa se comportar, mas não na BF (...) as vezes tudo que ele precisa é uma virada de chave” “a presença de uma área arborizada traz uma dignidade estética”	O discurso da entrevistada nos faz crer que os moradores não reconhecem o valor do seu próprio território, logo há uma necessidade de mudança de perspectiva por parte dos visitantes para que o manejo seja facilitado. Notamos também neste discurso que para os visitantes conhecerem essa área pode trazer uma dignidade estética, sugere que a presença de áreas verdes é vista como um elemento importante para a valorização e a dignidade do ambiente local.

			“Não consegue reconhecer” e “não foi programado para pensar”: Essas expressões sugerem uma limitação cultural que impede o reconhecimento do valor do território. Segundo Guimarães (2021) a Educação Ambiental crítica é um caminho para quebrarmos, justamente essas barreiras que impactam a nossa percepção do real e analisarmos de forma crítica o meio em que vivemos.
<i>Impacto dos moradores no PNMNI</i>	A palavra Unidade de Conservação afasta a população?	“sim, a palavra Unidade de Conservação pode afastar a população porque implica em mais regras e restrições, assim como a palavra Reserva (..) mas a questão deles reconhecerem a Unidade como Parque já virou um apelido, no qual eles reconhecem como algo sem muitas restrições e sem a necessidade do cumprimento de regras, o que também fragiliza o PNMNI”	A questão da nomenclatura de uma Unidade de Conservação parece, segundo a entrevistada, ser uma barreira discursiva que afasta a população. A questão central neste discurso é entendermos como essas nomenclaturas afastam a população: O termo Parque, para a entrevistada, é considerado mais aceitável pelos visitantes, pois não está diretamente associado a regras e regulações, o que também fragiliza o cuidado que as pessoas têm ao visitar, visto que o nome não está associado a impedimentos. Podemos trazer Diegues (2001) que pontua claramente que a população torna-se a grande ausência nas práticas de manejo, <u>mas há um consenso internacional que sem ela não há nem preservação, nem conservação</u>. E esse afastamento não vem da população, é algo que vem desde a criação da primeira Unidade de Conservação, e é reproduzido nos discursos. “o uso público eficiente é imprescindível para a gestão dos Parques, pois é através da consolidação de um uso racional, seguro e com poucos impactos negativos que a gestão terá possibilidades de efetivar as ações contidas no plano de manejo.” (Queiroz, 2018, p 3)

	Como utilizar essas regras que a nomenclatura impõe sem afastar a população?	“O que vai fazer que o visitante entenda é a abordagem, explicar para o visitante porque não pode entrar com uma porção de coisas nesse espaço, por exemplo, uma coisa que vai ser intensificada é criar uma tenda na entrada do Parque para bater na tecla com essas regras. Porque as pessoas foram programadas a não seguir essas regras, e precisamos ter a paciência de abordar esse cidadão e explicar o motivo de não poder; então a nossa maior aquisição será um centro de visitantes onde nós vamos levar esses visitantes a entender um pouco mais do porque as regras são necessárias” “Porque o público da BF não foi programado a entender a relação sociedade e natureza, ele foi programado a ser uma população que serve a capital”	Nessa perspectiva do discurso a entrevistada acredita que a investir em diálogos com os visitantes e abordagens educativas ao invés de punitivas. A Educação Ambiental nesse caso sendo a principal ferramenta. O discurso sugere que a população não segue as regras devido a uma falta de compreensão, que é atribuída a uma "programação" cultural.
<i>Impacto que o PNMNI pode causar nos Visitantes</i>	Você acha que essa transformação/ mudança tem acontecido com as atividades de EA mesmo que por menor que seja?	“olha, vou falar de um ano de trabalho no qual o Parque duplicou de visitantes e de seguidores no instagram, ao mesmo tempo que é bom é preocupante (...) pois tem muitas pessoas que não respeitam o ambiente do Parque e isso influencia, na mudança de percepção, quando a população está aberta a entender (...) nesses casos (quando não estão abertos) não vejo o meu trabalho alcançando essas pessoas”	Novamente ela retoma o fato da população estar aberta a receber como o que faz a diferença na transmissão do conhecimento.
	Você acha que ir ao Parque impacta positivamente no pertencimento territorial, até na perspectiva de não precisar se deslocar para o Centro do Rio para encontrar Lazer ?	“Completamente, o Parque hoje é um portal, a gente entra e sai um pouco diferente, até pras pessoas que não são da BF, O Parque tem essa mania de mudar um pouco a visão das pessoas que entram abertas a entender o que é o Parque (...) O parque é a paisagem da janela e muita gente e muita dessas pessoas não fazem ideia do que é o Parque, é perceber o	A ideologia passada nesse discurso é a de que o Parque vai além de ser um espaço para o lazer. O discurso valoriza a capacidade da Unidade em transformar a visão das pessoas. “Portal” e “entrar e sair um pouco diferente” : Essas expressões sugerem que o parque oferece uma experiência transformadora, mudando a forma como os visitantes percebem o

		protagonismo da Unidade no reconhecimento da Baixada como fonte de Lazer, (...) o PNMNI tem esse papel positivo na mudança de percepção do cidadão no protagonismo da Unidade de conservação como o fator principal de reconhecimento da BF ”	mundo (ou no caso o território) ao seu redor, enfatizando o papel de protagonismo da Unidade. Segundo Queiroz (2018) o Parque pode atuar como um reaproximador da sociedade com a natureza, portanto instigar a população a conhecer mais a respeito do PNMNI pode ser um importante aliado para o rompimento desse paradigma disjuntivo que afasta a sociedade da natureza (Morin, 1997) e portanto impede ela de construir uma identidade territorial pautada nas belezas que seu território possui.
<i>A visibilidade da Unidade</i>	O que você acha que falta para a população enxergar mais o Parque e para facilitar o Manejo?	“Olha eu diria que passar na televisão, estar na mídia, para a população entender e respeitar esse ambiente natural”	A resposta implica que estar em evidência, como através da rede midiática, ajudaria o Parque a ser visto de outra forma pelos visitantes. Queiroz (2018) pontua que um dos pontos que contribuem para o manejo efetivo é o Parque ser visto pela população, ser reconhecido. E isso, trazendo para a entrevista, funcionaria de forma midiática quando o mais o Parque estar em evidência, maior as chances da população de fato estar aberta a conhecê-lo.

ANEXO 2 - Análise da Entrevista com a Coordenadora de Educação Ambiental Realizada no
dia 17/02/2025

Unidade de Análise	Pergunta	Resposta	Análise das Respostas e sua relação com a unidade de análise
Percepção da Baixada Fluminense	Como você define a Baixada Fluminense?	“Pra mim a Baixada Fluminense é <u>uma zona de uso intensivo social, cultural</u> (...) que foi e é muito importante para a capital (...) e que foi muito explorada também” “(...) mas é um espaço de desenvolvimento. Um local que está em constante desenvolvimento e crescimento. <u>Hoje eu vejo a BF como um local independente</u> (...) Antigamente o PNMNI passava batido no que tange seu potencial de cultura, hoje as pessoas estão dando mais atenção, muito devido a esse desenvolvimento”	(...) é uma <u>zona de uso intensivo social, cultural</u> (...) que foi e é muito importante para a capital → aqui analisamos que a resposta acende um contexto histórico e social. O discurso reforça uma identidade positiva do território, destacando sua importância cultural e econômica, enquanto também reconhece desigualdades e processos de exploração. Isso demonstra um esforço discursivo para reposicionar a Baixada como um espaço de autonomia e crescimento, desafiando visões tradicionais que a marginalizam. → <u>Hoje eu vejo a BF como um local independente</u>
	A atenção que, segundo você, o PNMNI começou a receber traz algum benefício?	No meu ponto de vista hoje não, pois a quantidade de visitantes é muito grande para a infraestrutura que temos hoje (...) <u>A boca de fumo por exemplo se mudou para próximo da entrada do parque porque é atrativo</u>, então eu vejo pelo lado negativo (...) <u>a maioria da população que tem ido vai com a ideia de que o PNMNI é “instagramável”</u> (...) e aí entra um trabalho árduo e assíduo do parque que é sempre tentar sensibilizar o visitante, porque isso deságua em outros problemas (...) como quando eles veem uma cobra e tacam pedra (...) a maioria dos animais que temos para a exposição de EA foi vítima de algum acidente ambiental envolvendo os visitantes” “(…) <u>as mídias sociais se não forem utilizadas para divulgar a ciência e</u>	Essa fala evidencia a luta diária contra alguns pontos principais: a Violência, a falta de infraestrutura e a relação de <u>mercantilização da natureza</u>. <u>a maioria da população que tem ido vai com a ideia de que o PNMNI é “instagramável”</u> → Nesta fala, fica claro que o crescimento da visitação é movido também pela exposição midiática, o que por um lado é bom para o parque pois o torna mais visível ao próprio público da baixada, mas por outro atrai uma população com um ideal de mercantilização da natureza ao ir visitar o parque apenas pelas suas belezas <i>instagramáveis</i>. Torna-se notório quando a entrevistada diz que “(…) <u>as mídias sociais se não forem utilizadas para divulgar a ciência</u> (...) portanto a divulgação

		só divulgarem pontos turísticos só vai atrair uma população que não vai se importar com a regras que existem aqui” “o nosso papel é tentar sensibilizar o visitante todos os dias”	mediática não <u>é a raiz do problema</u>, mas sim, talvez, a falta de uma divulgação mais ferrenha de conteúdos científicos, para além das belezas do PNMNI.
Na sua visão, a localização do Parque na Baixada Fluminense influencia, de alguma forma, o manejo ou a execução dos projetos de educação ambiental?	“Sim, prejudica principalmente pelo <u>contexto de violência no qual estamos, pelo uso predatório que é historicamente imposto</u> e pelo fato de que ser na Baixada parece que desqualifica o espaço, o visitante enxerga com menos do que um lugar na Tijuca, por exemplo.”	Ao longo da entrevista a entrevistada se refere ao contexto de violência como um dos principais problemas enfrentados pelo PNMNI. Nesta resposta podemos analisar neste primeiro ponto: “<u>contexto de violência no qual estamos, pelo uso predatório que é historicamente imposto</u>” o uso da palavra “<i>contexto</i>” sugere que a violência não é um fenômeno isolado, mas sim parte de uma estrutura mais ampla que impacta o cotidiano do parque, já o “<i>uso predatório que é historicamente imposto</i>” carrega um tom crítico e remete a processos históricos de exploração econômica e ambiental da Baixada, como a ocupação desordenada, a degradação dos ecossistemas e a apropriação de seus recursos em benefício da capital. → O verbo “<i>imposto</i>” sugere que essa exploração não ocorreu naturalmente, mas foi resultado de decisões externas, estruturais e de longo prazo. → O termo “<i>historicamente</i>” enfatiza que essa situação não é recente, mas sim parte de um <u>padrão contínuo de negligência e exploração</u>. Já no trecho → “ser na Baixada parece que desqualifica o espaço”	

			aponta uma percepção social negativa da Baixada Fluminense, comparando-a à Tijuca. Essa comparação revela um discurso de hierarquização territorial, no qual espaços da metrópole são vistos como <u>mais legítimos ou valiosos</u> do que aqueles da periferia. O verbo "<i>desqualifica</i>" sugere que o parque sofre <u>uma desvalorização simbólica</u>, não por suas características ambientais ou científicas, mas pelo simples fato de estar localizado na Baixada. A estrutura "<i>o visitante enxerga com menos</i>" indica que essa percepção não está restrita à esfera política ou administrativa, mas também afeta <u>a mentalidade da população</u>, que internaliza essa desigualdade territorial.
<i>Projetos de educação ambiental e visitas</i>	Quais são os principais projetos de educação ambiental realizados pelo Parque?	“Lá no Parque a gente tem um programa que é o <i>aprendendo e preservando</i> dentro desse programa nós temos várias vertentes, uma delas é a <i>tenda do conhecer</i> (...) nessa tenta a gente utiliza muito a exposição de materiais de EA para mostrar para o visitante que ali é <u>um refúgio de vida selvagem</u>	A resposta da entrevistada reforça que o objetivo da gestão do PNMNI é justamente trazer os visitantes para o diálogo e a sensibilização. Isso sugere que a educação ambiental no parque se baseia na experiência direta do visitante, utilizando estratégias sensoriais e expositivas para <u>sensibilizar</u>.
	A frequência de visitação da população aos projetos de educação ambiental é satisfatória? Há desafios específicos para atrair mais pessoas?	“sim, <u>é satisfatória de acordo com a possibilidade de infraestrutura que temos</u>, eu noto principalmente quando <u>eles voltam e contam suas experiências no parque ou sobre algum animal que viram</u> (...) até mesmo quando eles trazem outras pessoas que nunca visitaram o parque e eles mesmos explicam sobre algumas coisas que já escutaram na tenda, ou seja sendo reprodutores (...)” “<u>hoje, um dos desafios é que não contamos com uma equipe grande de educadores ambientais, só temos 3</u>, e por isso a tenda não é realizada nos fins de semana, por exemplo, onde o público seria diferente, teria mais crianças e famílias, atingiram mais público” “(...) <u>outro desafio é</u>	Na parte “<u>é satisfatória de acordo com a possibilidade de infraestrutura que temos (...)</u>” notamos uma crítica a infraestrutura atual da Unidade, ou seja existe um limite condicional na execução dos trabalhos realizados no parque, para a satisfação com a frequência dos visitantes, vinculando-a às restrições impostas pela infraestrutura, porém notamos que mesmo com essas “falhas” o trabalho do PNMNI continua tendo resultados agradáveis com seus visitantes. Como podemos ver no trecho mais a frente. Além disso, a resposta enfatiza a eficácia do processo educativo ao destacar que os visitantes retornam

		<u>a questão deles (os visitantes) associarem que do lado de dentro do muro da Unidade é uma coisa e do lado de fora é outra</u>, ou seja, eles dificilmente levam o que foi dialogado ali pra outros momentos de reflexão, <i>se torna pontual</i>”	e compartilham conhecimento: → <i>"Até mesmo quando eles trazem outras pessoas que nunca visitaram o parque e eles mesmos explicam sobre algumas coisas que já escutaram na tenda, ou seja, sendo reprodutores (...)."</i> Esse trecho utiliza a palavra <i>"reprodutores"</i>, remetendo a um papel ativo dos visitantes no processo de disseminação da educação ambiental. Isso contrapõe a ideia de que o aprendizado é passivo, sugerindo que os visitantes podem se tornar agentes multiplicadores das informações recebidas. • Quanto aos desafios enfrentados: A resposta aponta limitações institucionais, especificamente relacionadas ao número reduzido de educadores ambientais: <u>"Hoje, um dos desafios é que não contamos com uma equipe grande de educadores ambientais, só temos 3 (...)."</u> → por isso torna-se difícil aplicar as atividades nos fins de semana, onde o público seria outro e o quantitativo maior. → <i>"Outro desafio é a questão deles (os visitantes) associarem que do lado de dentro dos muros da Unidade é uma coisa e do lado de fora é outra (...)."</i> Esse trecho reforça um discurso de alienação ambiental, onde os visitantes não internalizam os princípios ecológicos aprendidos no Parque, tratando-os como algo restrito àquele espaço. O uso da expressão <u>"dentro dos muros da Unidade"</u> e sua contraposição ao <u>"lado de fora"</u> simboliza uma fronteira discursiva e cognitiva, na qual a conservação ambiental é vista
--	--	---	--

			como uma prática isolada e não integrada ao cotidiano. → <u>"Ou seja, eles dificilmente levam o que foi dialogado ali para outros momentos de reflexão, se torna pontual."</u> O termo <u>"se torna pontual"</u> sugere que <u>o impacto da educação ambiental é efêmero, em vez de promover uma mudança contínua no comportamento ambiental.</u> Essa análise reforça um ponto central da crítica ambiental: <u>as barreiras institucionais e discursivas que dificultam a internalização de práticas sustentáveis no dia a dia da população.</u>
	Como o Parque tem trabalhado para fortalecer o vínculo da população local com a Unidade de Conservação?	“com base no diálogo e na <u>sensibilização constante</u> dos visitantes através dos nossos projetos, até porque a maioria que frequenta a tenda, por exemplo, é morador do entorno”	Nesta resposta, percebemos que o diálogo é a chave para a <u>sensibilização</u>, visando os moradores do entorno pois estes estão mais presentes nas atividades.
<i>Pertencimento e entendimento do território</i>	Acredita que os projetos de educação ambiental promovem um sentimento de pertencimento e um maior entendimento da população sobre o território do Parque?	“sim, mas é com o <u>diálogo diário</u> e leva tempo para realmente fazer efeito (...) <u>até porque eles vêm sendo condicionados a anos a pensar de forma contrária</u>” “(...) fazemos perguntas pra eles refletirem como seria se o parque não estivesse aí, para eles entenderem que para além da importância do Parque como um refúgio dos animais aquele espaço é importante pra eles também (...) até porque <u>essa população vai ser a garantia da memória e da qualidade de serviço do parque</u>, são eles que podem cobrar a gestão também (...) a gestão é rotativa, esperamos então	Frases como <u>“leva tempo para realmente fazer efeito”</u> e <u>“condicionados a anos a pensar de forma contrária”</u> evidenciam a ideia de um processo histórico de distanciamento entre população e território, e ao mesmo tempo sinalizam que o trabalho de educação ambiental é processual, lento e contínuo. Há uso de <u>recursos retóricos</u> como perguntas reflexivas: <u>“fazemos perguntas pra eles refletirem como seria se o parque não estivesse aí”</u> — isso mostra a tentativa de provocar deslocamentos no

		que o trabalho que fazemos possa alcançar essa população para que ela possa continuar cobrando melhorias para o parque, que também é de suma importância para o próprio bem estar delas”	imaginário social através do diálogo, o que remete à pedagogia crítica Ao afirmar que a população “<i>vai ser a garantia da memória e da qualidade de serviço do parque</i>”, a fala reposiciona a comunidade como protagonista e agente de transformação. A ideia de que a gestão é “rotativa” reforça o argumento de que os verdadeiros “sujeitos de continuidade” são os moradores do entorno. Essa é uma crítica sutil à fragilidade da gestão pública e uma valorização da dimensão comunitária da conservação. Há também um esforço em traduzir o valor ambiental do parque em um valor social e cotidiano para os moradores, indo além do discurso biocêntrico (“refúgio dos animais”) para o socioambiental (“bem-estar delas”).
Conscientização e desafios	Na sua opinião, a população tem consciência da importância do Parque para a preservação ambiental e como um espaço educativo?	“ <u>olha a população não sabe nem o que é uma zona de amortecimento</u> , eles não sabem que <u>a maioria deles vivem na zona de amortecimento do parque</u> (...) que ali também é o PNMNI (...) <i>eles descobrem o parque do portão pra dentro</i> ” “pra mim até o nome unidade de conservação é algo que dificulta a aproximação e o entendimento deles (...) diferente do nome praça por exemplo, é algo acessível a eles, agora unidade de conservação só <u>remete algo separado</u> ”	“<i>eles descobrem o parque do portão pra dentro</i>” → traduz o distanciamento entre território físico e território simbólico. “<u>pra mim até o nome unidade de conservação é algo que dificulta a aproximação</u>” Ao analisarmos este discurso percebemos que carrega uma crítica implícita à maneira como as políticas ambientais são formuladas e comunicadas, revelando um posicionamento ideológico que defende a aproximação entre gestão ambiental e comunidade.
	Acredita que, com toda essa história ambiental da baixada, a visitação no parque aproxima o visitante	“Eles não entendem, continuam falando que é a casa dos animais (...) porque na verdade é uma confusão mental, é uma unidade de conservação, mas quando eles	Ao analisarmos a resposta notamos um discurso crítico sobre a desconexão entre a população e a natureza , ressaltando que a maneira como os parques foram

	de um entendimento do que seria a natureza e de que ele faz parte disso?	chegam no portão se deparam com o nome Parque, que remete a lugar de diversão, sem regras, mas ali é um lugar com regras e com muros e um portão, o que dificulta ainda mais esse movimento de pertencimento” “(...) eles não se veem de fato como parte da natureza e desse ecossistema, de uma cadeia alimentar (...) pra eles <u>atravessou o portão acabou a floresta</u>” <u>“A maneira que se criou os parques é muito antiga e o objetivo era justamente afastar a floresta das pessoas para “conservar” (...) mas infelizmente precisamos dessas leis, que acabam separando de algum modo a floresta da população” “(...) a unidade de conservação é uma resposta a devastação” “(...) é por isso que se a unidade de conservação não trabalhar para romper isso, ela vai continuar isolada da população”</u>	historicamente criados contribui para um <i>distanciamento simbólico e material</i> entre os visitantes e o meio ambiente. A entrevistada destaca que as estruturas institucionais, as normas e até mesmo a própria terminologia (“Parque”) dificultam o sentimento de pertencimento, criando uma contradição entre conservação e integração socioambiental. O trecho <i>“Eles não entendem, continuam falando que é a casa dos animais (...)”</i> expressa um <u>deslocamento da natureza em relação à sociedade</u>, evidenciando que a maioria, para não dizer todos, dos visitantes não se percebe como parte de um mesmo ecossistema. O uso da expressão <i>“casa dos animais”</i> indica uma visão dicotômica onde a natureza é vista como algo separado do cotidiano social, reforçando a ideia de que há uma <i>separação simbólica</i> entre sociedade e meio ambiente. Essa percepção pode ser explicada por um discurso historicamente construído, no qual a conservação ambiental muitas vezes foi associada a espaços isolados da presença humana. A resposta critica esse modelo e sugere que ele contribui para uma visão limitada da relação entre sociedade e natureza.
<i>Reflexão sobre o impacto</i>	Na sua perspectiva, como os projetos de educação ambiental realizados no Parque podem contribuir para mudanças concretas no comportamento ambiental da população?	“eu acredito que os nosso projetos tem gerado um impacto, é produtivo, mas não é um trabalho fácil <u>nem que vai ter resultados imediatos</u> (...) mas pra um parque que <u>já teve 900 visitantes em uma segunda feira de janeiro</u>, vale a pena investir no diálogo, a sementinha vai ser plantada” “(...) é importante, por mais que pareça pontual, porque cada vez que o	Analizando a resposta da entrevistada podemos perceber uma construção de um discurso sobre a educação ambiental ser feita a longo prazo, o que ela segue reforçando durante toda a entrevista.. → O trecho <i>“não é um trabalho fácil nem que vai ter resultados imediatos”</i> sugere um discurso de

		visitante vai e escuta um pouquinho ele muda a sua percepção do que ele vai ver no parque”	paciência e persistência, contrapondo-se a uma expectativa de mudanças rápidas e evidentes. Isso nos aponta que <u>o sucesso dos projetos não pode ser medido apenas por resultados imediatos, mas sim pela continuidade do impacto ao longo do tempo.</u> → A frase “<i>vale a pena investir no diálogo</i>” indica que a estratégia central dos projetos não é apenas transmitir conhecimento, mas <u>estimular a interação e o engajamento dos visitantes.</u>
	Quais seriam os principais indicadores para medir o sucesso e o impacto desses projetos na comunidade?	“A resposta dos visitantes, o comportamento, a comunicação com os funcionários, <i>a interação</i> ”	Nesta resposta podemos analisar que o diálogo e a interação dos visitantes é uma parte fundamental para formular e medir o desempenho dos projetos. A resposta mostra que o parque valoriza os indicadores qualitativos.
	Na sua percepção quais são os indicadores que indicam uma gestão difícil pelo PNMNI se encontrar na Baixada?	“O desacato, a questão de estrutura – <u>temos poucos funcionários, apenas 10 efetivados</u> – a questão de logística, temos que constantemente subir no parque a pé, por falta de automóvel disponível – <u>já chegamos no parque com 50% de rendimento comprometido</u>, não temos a <i>presença da polícia</i>, de uma guarda que nos auxilie (...) a própria questão de logística de um atendimento de saúde no parque, <u>a SAMU não sobe no parque, hoje se um visitante passar mal ou sofrer um acidente somos nós que temos que ajudar de alguma forma</u>, (...) sem contar a falta de rádio para a comunicação, se eu tô no poço da natureza e um visitante se machuca, eu tenho que descer correndo pra avisar (...) <u>a unidade em si não tem estrutura para o quantitativo de pessoas que visitam hoje</u>, pra uma visita confortável e segura pra todos só poderíamos receber 500 pessoas, <u>e ainda sim seria muito para a logística atual.</u>”	A resposta é marcada por uma narrativa de precarização, na qual a entrevistada expõe diversas limitações estruturais, como: • Déficit de pessoal → “temos poucos funcionários, apenas 10 efetivados” • Problemas de logística → “temos que constantemente subir no parque a pé, por falta de automóvel disponível” • Ausência de suporte policial e de segurança → “não temos a presença da polícia, de uma guarda que nos auxilie” • Falta de infraestrutura médica → “a SAMU não sobe no parque, hoje se um visitante passar mal ou sofrer um acidente somos nós que temos que ajudar” • Problemas de

			comunicação → “a falta de rádio para a comunicação” O discurso é estruturado a partir da acumulação de problemas, construindo uma imagem de abandono institucional. Esse tipo de narrativa tem um forte <u>tom de denúncia</u>, sugerindo que a gestão pública não oferece o suporte necessário para a manutenção adequada do parque. Além disso, a forma como os problemas são encadeados cria um efeito de sufocamento e urgência, reforçando que a falta de estrutura não é um problema pontual, mas sim um conjunto de dificuldades interligadas que impactam diretamente a administração do parque.
--	--	--	---

ANEXO 3 - Análise da Entrevista com a gestora do PNMNI Realizada no dia 10/03/2025

Unidade de Análise	Pergunta	Resposta	Análise das Respostas e sua relação com a unidade de análise
Percepção da Baixada Fluminense e contexto do Parque	Como a senhora define a Baixada Fluminense ?	“Eu vejo a Baixada como um lugar com um potencial muito grande, tanto turístico, quanto econômica (...) a gente tem muito	A resposta da gestora carrega uma visão ambivalente sobre a Baixada Fluminense. Enquanto exalta o potencial da região, também reforça uma narrativa de deficiência e desvalorização. O discurso pode, assim, tanto mobilizar um sentimento de valorização local quanto reforçar estereótipos sobre a Baixada como um espaço que "ainda não chegou lá",

		potencial que as vezes a gente não valoriza, o próprio morador não valoriza (...) eu acho que <u>sem a Baixada o Rio de Janeiro não seria o que é hoje</u>	mas que talvez esteja “quase lá”. A frase "sem a Baixada, o Rio de Janeiro não seria o que é hoje" reforça a importância da região para o funcionamento da metrópole. Isso pode ser lido de duas formas: Afirmção do valor da Baixada, ressaltando seu papel fundamental para o desenvolvimento do Rio. Perspectiva utilitária, que vê a Baixada como uma espécie de "fornecedora" de mão de obra e recursos para a capital, sem que isso necessariamente resulte em retorno equivalente em termos de infraestrutura, investimentos e qualidade de vida. O discurso, portanto, pode mascarar relações históricas de exploração e desigualdade entre as duas regiões. Mas ainda sim, reforça a noção de que a Baixada tem potencial.
	Como a senhora enxerga o PNMNI nesse contexto da Baixada?	“Então, em relação a importância do parque, hoje a gente é uma das unidades de conservação <u>mais implementada</u>, isso já mostra a importância da nossa Unidade, da gestão da nossa Unidade, a gente amadureceu muito (...) a forma como ele <u>se perpetuou com uma gestão única por muito tempo</u>, isso possibilitou o nosso <u>amadurecimento enquanto unidade de conservação</u>, os <u>projetos foram amadurecendo</u>, e hoje eu tive o privilégio de assumir o parque	A ênfase na superação da falta de recursos pode contribuir para a normalização da precarização, desviando a crítica da necessidade de maior investimento público. Assim, o discurso valoriza a conquista do parque, mas sem questionar de forma explícita os desafios estruturais que poderiam ser enfrentados com políticas mais robustas de apoio à conservação. → “acho que o parque realmente deu certo, uma unidade que saiu do papel e realmente deu certo, sem recurso, sem apoio”

		depois dessa longa gestão (...) o PNMNI tem essa vantagem, ter conseguido ter um único gestor por muito tempo, que possibilitou não descontinuar nossos projetos.” “eu vejo o parque como uma potência, uma marca muito positiva, por toda a equipe que lá está, acho que o parque realmente deu certo, uma unidade que saiu do papel e realmente deu certo, sem recurso, sem apoio”	
	Em questão de políticas públicas, existe algo que poderia ajudar a impulsionar ainda mais essa importância?	“Em questão de políticas públicas <u>a gente nunca vai ter tudo que precisa</u>, acho que esse é justamente o desafio da gestão, é estar tentando sobreviver com o que se tem e buscar melhores condições. E acho que é importante não só vê o parque como algo destacado do município, que tem várias políticas públicas não só ambientais, porque quando a gente fala de parque a gente fala do meio ambiente e eu entendo que não estamos falando só	A fala da gestora começa com a afirmação: "<u>a gente nunca vai ter tudo que precisa</u>", o que já estabelece uma visão de limitação permanente no acesso a recursos para políticas públicas. O começo da resposta começa com a afirmação: "a gente nunca vai ter tudo que precisa", o que já estabelece uma visão de limitação permanente no acesso a recursos para políticas públicas. → Esse discurso pode ser interpretado de duas maneiras: ○ Como um reconhecimento realista dos desafios na gestão pública. Algo que realmente está intrínseco no ato da gestão. ○ Como uma naturalização da precariedade, sugerindo que a falta de suporte estatal é um dado inevitável e que a solução está apenas na "superação" pela gestão local.

		da floresta, mas do ser humano também, (...) a gente busca outras secretarias e outras políticas públicas que de alguma forma estão relacionadas com o Parque, <u>essa busca de parceria é fundamental para todo parque</u> (...) a parceria com a assistência social para entendermos as necessidades da população que vivem na nossa Zona de amortecimento, quando falamos de queimadas, o quanto isso afeta a população da nossa ZA? é um dado que a gente ainda não tem, seria importante essa parceria (...) A vigilância sanitária que vai de porta em porta, esses agentes poderiam ser nossos aliados para disseminar informações” (...)”<u>então eu acho que é fundamental essas parcerias para conhecermos quem são nossos públicos e quais são suas necessidades</u>”	→ A expressão "o desafio da gestão é estar tentando sobreviver com o que se tem" reforça essa ideia de que administrar uma unidade de conservação na Baixada Fluminense é um esforço contínuo para manter projetos funcionando, em vez de questionar <i>por que faltam recursos e como isso poderia ser revertido estruturalmente</i>. Mas ela também amplia a visão do parque quando diz: que o parque não pode ser visto isoladamente do município e de outras políticas públicas, afirmando: "quando a gente fala de parque, falamos do meio ambiente, e eu entendo que não estamos falando só da floresta, mas do ser humano também." → Esse discurso rompe com uma visão puramente ecológica da conservação e insere o debate sobre a relação <i>entre meio ambiente e sociedade, destacando a importância das comunidades locais</i>. → Essa perspectiva pode fortalecer a gestão integrada do parque com outras áreas, como assistência social e saúde pública. E é nesse ínterim que ela defende que a busca por parcerias é essencial para suprir as lacunas do poder público. Ela menciona: ● Assistência social, para entender as necessidades das populações que vivem na Zona de Amortecimento (ZA). ● Vigilância sanitária, que poderia atuar como aliada na disseminação de informações ambientais. Esse ponto reforça a importância de uma abordagem interdisciplinar, reconhecendo que a conservação ambiental está conectada a fatores sociais, econômicos e de saúde. No entanto, a ênfase na busca ativa por parcerias pode reforçar a ideia de que o poder público, por si só, não dará conta de prover o necessário, deslocando a responsabilidade da esfera governamental para a articulação da gestão local. E por fim, ela pontua a falta de dados como <i>um</i>
--	--	--	---

			<i>obstáculo para políticas públicas:</i> → Menciona que não há dados sobre o impacto das queimadas na população da ZA, sugerindo uma deficiência na produção de informações essenciais para a formulação de políticas ambientais. Isso evidencia uma fragilidade na estrutura de monitoramento e planejamento, o que pode dificultar a implementação de ações mais eficazes. Ao destacar essa lacuna, o discurso aponta uma necessidade urgente de políticas públicas baseadas em dados concretos, mas sem questionar diretamente por que essa estrutura ainda não foi desenvolvida. O discurso, portanto, equilibra uma visão pragmática e realista, mas sem uma problematização estrutural mais profunda sobre as falhas das políticas públicas na região.
Demandas ambientais e gestão do Parque	Quais são as principais demandas ambientais do PNMNI atualmente?	“Uma fragilidade muito grande da Unidade são as práticas religiosas principalmente na área norte (...) o acampamento irregular na área norte também, a caça, além dessa questão que pela área norte os visitantes entram com faca, com caixa de som, fazem rapel irregular (...) então <i>eu não sei nem quem tá lá</i>	A gestora menciona diversas práticas irregulares, <i>como acampamentos clandestinos, caça e a entrada de visitantes sem controle</i>. → principalmente pela área norte. O uso da expressão "eu não sei nem quem tá lá pendurado", referindo-se ao rapel irregular, enfatiza uma falta de controle sobre o território, algo preocupante para a segurança do parque e que está diretamente ligada a falta de pessoal na equipe para o quantitativo de pessoas que eles recebem. → Isso sugere uma deficiência no monitoramento e no controle de acesso, o que pode ser consequência de falta de infraestrutura, pessoal ou políticas mais

		<i>pendurado</i>, porque o rapel ele só é autorizado com uma solicitação prévia e verificação, só que nem sempre conseguimos fazer isso, pq se o cara entra pela área norte, não tem como controlarmos isso(...)" “Outra fragilidade que temos também é a quantidade de funcionários, são 20 (...) a metade são estagiários e a outra são funcionários efetivos. É difícil manter tudo em ordem com esse quantitativo, precisamos coletar resíduos todos os dias, lavar os banheiros, tudo isso é a nossa equipe que faz, não temos hoje uma equipe separada para a manutenção (...)" “hoje é um desafio” “a quantidade de visitantes é muito maior do que temos de funcionários, hoje o maior desafio é dar conta de manter a unidade funcionando de forma segura, tranquila e conseguir implementar todos os subprogramas”	eficazes de fiscalização. → O discurso transmite um sentimento de impotência por parte da gestão, sem direcionar críticas diretas às condições que permitem essa situação. Sobre os funcionários, a gestora afirma que o PNMNI tem apenas 20 funcionários, sendo metade estagiários e metade efetivos, para lidar com um parque que recebe um alto número de visitantes e que possui 1.100 hectares. • A frase “é difícil manter tudo em ordem com esse quantitativo” evidencia um problema grave de subdimensionamento da equipe. • A equipe precisa coletar resíduos, lavar banheiros e manter a segurança, mas sem pessoal suficiente para cada função. Isso revela uma precarização do trabalho, com funcionários acumulando múltiplas tarefas. • A dependência de estagiários, que geralmente têm vínculos temporários e condições menos favoráveis de trabalho, também pode afetar a continuidade das ações. • A repetição da palavra “desafio” ao longo da resposta reforça a ideia de que a situação está no limite da capacidade da equipe, sem solução à vista. Ademais, a Gestora ainda fala sobre o crescimento do turismo versus capacidade de gestão: • A gestora destaca que o número de visitantes supera a capacidade de atendimento da equipe, tornando difícil garantir segurança e manutenção da unidade.
--	--	---	---

			● Isso levanta um dilema comum em áreas protegidas: ○ O ecoturismo é benéfico para a valorização do parque, mas sem infraestrutura adequada, pode levar à degradação ambiental e à sobrecarga dos funcionários. ○ A falta de políticas públicas para ampliar a gestão e fiscalização pode tornar o turismo um problema ao invés de um benefício. ● A fala indica que o parque enfrenta uma contradição: enquanto seu valor como atração cresce, os recursos humanos e estruturais não acompanham esse crescimento.
Popularização do PNMNI	Na sua avaliação, a população da região reconhece o Parque como um espaço importante, como uma Unidade de Conservação?	“Eu acredito que sim, a gente percebe quando envolve, principalmente os jovens, nos projetos, percebemos muito na tenda (...) e eu acho que essa percepção de se estar numa unidade de conservação e entender que aquele espaço <u>não é um espaço comum. precisa ter regras e normais, não é um espaço só de lazer. é um trabalho de</u>	Nesta fala da Gestora, podemos perceber que o reconhecimento do PNMNI pela população é um processo gradual. A entrevistada acredita que a população reconhece a importância do parque, mas destaca que isso ocorre principalmente quando os jovens são envolvidos em projetos. Esse ponto sugere que o engajamento direto com a comunidade, por meio de atividades educativas e participativas, é fundamental para consolidar a ideia de que o parque é mais do que um espaço de lazer. No entanto, ao dizer que a percepção muda aos poucos ("é um trabalho de formiguinha"), a gestora admite que esse

		<u>formiguinha, mas acredito que muda sim</u>	reconhecimento ainda não está totalmente consolidado entre os moradores. Ainda pontua o PNMNI como um espaço diferenciado, com regras e normas: • A entrevistada destaca que o parque "não é um espaço comum", reforçando a ideia de que precisa ser tratado de forma especial, com normas e regras específicas. • Essa diferenciação é importante para a conservação ambiental, mas também pode gerar um conflito de uso: ○ Para a comunidade, o parque pode ser visto apenas como um local de lazer e recreação. ○ Para a gestão, é uma Unidade de Conservação, com restrições de uso para evitar danos ambientais. • Essa tensão entre uso público e preservação é um desafio comum em áreas protegidas, e o discurso da gestora sugere que ainda há um longo caminho para equilibrar esses interesses. O discurso da gestora reforça a ideia de que <i>a mudança na percepção da população ocorre através da educação e do envolvimento em projetos</i>.
	Quais estratégias têm sido utilizadas para popularizar o PNMNI	“a gente tem no nosso projeto a popularização da ciência, não só a EA vai às escolas, mas como em praças, onde nós somos	Em sua fala, a gestora reforça, de maneira constante, que o parque não é apenas um espaço turístico, mas também um centro de pesquisa e educação ambiental. → A referência às 18 pesquisas em andamento <u>reforça</u> a ideia de que o

	entre os moradores da Baixada Fluminense?	convidados nós vamos, estamos em muitos espaços hoje (...) temos 18 pesquisas em aberto no Parque hoje (...) as redes sociais também tem sido um enorme aliado nisso, e temos começado, desde o ano passado, a divulgar o PNMNI como um parque mais técnico, não só turístico. (...) divulgando o parque como um espaço educador” “(…)É um momento de conscientização do visitante, para que ele se sinta parte daquele espaço, porque aquilo ali é nosso, temos tentado trabalhar isso e temos visto que isso tem dado certo, são passos bem pequenos, mas os passos de formiguinha estão dando certo.” “(…) Temos o Projeto café, prosas e conexões - para aproximar a população da comunidade a ir no parque, ter trocas e aproximar o parque deles. Ainda que de forma tímida, eles	PNMNI não é apenas um espaço de lazer, <u>mas também de produção de conhecimento.</u> → essas mesmas pesquisas estão atualmente no próprio site de Nova Iguaçu, o que reforça ainda mais a ideia de “popularização da ciência” A gestora ainda enfatiza a importância de fazer com que os visitantes se sintam parte do parque, o que pode fortalecer o engajamento e o cuidado com a área. → O uso da frase "aquilo ali é nosso" sugere uma tentativa de criar uma identificação coletiva entre os moradores e a Unidade, o que é positivo para a conservação ambiental.
--	---	--	--

		estão vindo. Tem dado certo.”	
	Existem desafios específicos para atrair visitantes e engajar a comunidade local no cuidado e na valorização do Parque?	“A baixada ser estigmatizada, a coreia (comunidade próxima) é estigmatizada. (...) muita gente fala que nunca veio por medo da violência, as pessoas acham que é um lugar perigoso, muitas pessoas dizem que não vem por isso (...) eu acho que isso é um desafio, a gente mudar essa percepção desse lugar (...) É o que falamos no início, a BF tem esse desafio né, não só o parque, das pessoas acharem que não tem coisa boa, só tem coisa ruim (...)”	A análise do discurso crítica nos mostra que os discursos constroem identidades e lugares. Nesse caso, o território da Baixada é construído socialmente como um <i>lugar de risco</i>, um <i>não-lugar turístico</i>. E a gestora reconhece esse discurso estigmatizante como uma barreira concreta: • → “<i>Muita gente fala que nunca veio por medo da violência</i>” Isso evidencia como as representações sociais negativas (produzidas historicamente por mídia, políticas públicas ausentes e desigualdade social) influenciam o comportamento das pessoas — inclusive daquelas que poderiam visitar ou apoiar o parque. Construção do "desafio de imagem" como central: A gestora coloca o desafio mais na percepção do que na estrutura do Parque. Ela não fala, por exemplo, da falta de transporte, da ausência de infraestrutura pública ao redor ou do difícil acesso — mas foca na ideia de que <i>as pessoas não frequentam por medo e preconceito com o território</i>. → Isso revela uma <i>estratégia discursiva de reposicionamento simbólico da Baixada e do parque</i>: o problema maior não é o que o lugar é, mas <u>como ele é visto</u>. A mudança, portanto, é proposta <u>na esfera da narrativa, da imagem e da</u>

			<u>representação.</u>
Pesquisas científicas no PNMNI	Como está o panorama das pesquisas realizadas no PNMNI? A senhora considera que o número de pesquisas e seus temas têm sido satisfatórios? e de que forma as pesquisas desenvolvidas no Parque têm contribuído para a gestão e o manejo ambiental?	“Eu acredito que as pesquisas que estão sendo realizadas são muito significantes, se pensarmos que o nosso plano de manejo está defasado e que as pesquisas ajudam a fazer e implementar um plano notamos o quanto elas são importantes. (...) essas pesquisas vão me trazer informações que uma revisão de plano de manejo, por mais que tenha uma equipe multidisciplinar, não daria. (...) o plano de manejo não é aprofundado em um único assunto, é mais geral, já as pesquisas elas se aprofundam nos temas, nas espécies por exemplo, tem pesquisas que estudam morcegos especificamente (...)”	A gestora inicia com a afirmação de que as pesquisas são <u>“muito significantes”</u>, reforçando a ideia de que a <u>produção científica é fundamental para suprir lacunas da gestão ambiental e do próprio manejo.</u> Ela associa diretamente a pesquisa à superação de uma limitação da própria gestão, ao afirmar que o <i>plano de manejo está defasado</i>. Assim, as pesquisas são posicionadas como complementares e até mais profundas que os próprios instrumentos oficiais de gestão: → “<i>essas pesquisas vão me trazer informações que uma revisão de plano de manejo [...] não daria</i>” Ao destacar que as pesquisas são específicas — como as que estudam <i>morcegos</i> —, a gestora diferencia entre um plano de manejo generalista e as pesquisas que: <i>“se aprofundam nos temas”</i> Revelando uma valorização da <u>produção localizada de conhecimento técnico-científico</u>, com foco nos elementos da biodiversidade do parque. Ela constrói um discurso no qual a pesquisa de campo é um instrumento de soberania sobre o próprio território, ou seja, é por meio dela que o parque passa a <i>conhecer a si mesmo</i>, condição essencial para conservar e planejar.

Integração com a comunidade	Como o Parque equilibra a função de conservação ambiental com a oferta de espaço para lazer e práticas educativas para a população?	<i>“Eu não diria que o Parque hoje é um Parque acolhedor; eu diria que a gente tem tentado, é uma prática diária. Porque a gente precisa <u>conciliar</u>, é um <u>acolhimento mas até certo ponto</u> (...) quando eu falo parque acolhedor eu quero dizer as pessoas se sentirem parque, mas é um desafio, porque você imagina <u>três funcionários com duas mil pessoas dentro da unidade</u> todo mundo querendo entrar, com caixa de som ou outras coisas, é um desafio enorme pra equipe, <u>é difícil ter esse posicionamento</u>, mas é um desafio enorme <u>equilibrar o parque acolhedor com o parque que possui limites</u>. Pra gente conseguir minimizar esses conflitos de ter um parque de uso para lazer, para educação e uma área conservada a gente precisa ter uma</i>	Logo no início, a gestora afirma: <i><u>“Eu não diria que o Parque hoje é um Parque acolhedor; eu diria que a gente tem tentado, é uma prática diária.”</u></i> Essa formulação constrói uma imagem de esforço constante, porém inacabado, que é marcada por tensões entre o ideal (acolher) e o real (limitar). O “acolhimento” não aparece como um dado ou uma meta já alcançada, <i><u>mas como um campo de disputa</u></i>, um lugar em construção que precisa constantemente ser negociado. Na análise crítica do discurso, esse tipo de formulação (“<u>temos tentado</u>”, “<u>é um desafio</u>”) revela que o discurso <i><u>está atravessado por conflitos estruturais</u></i> — entre função ambiental, social, institucional e simbólica da Unidade. Ela justifica essa dificuldade dizendo que: <i><u>“três funcionários com duas mil pessoas (...) é um desafio enorme pra equipe”</u></i> <i><u>“eu não conseguiria fazer nada sem a equipe”</u></i> Aqui aparece claramente um discurso sobre a precariedade da gestão pública. A gestora constrói a imagem de um parque que tenta exercer múltiplas funções (educação, lazer e conservação) com uma equipe subdimensionada, o que remete a um problema estrutural do Estado na priorização das UCs e da pauta ambiental. → A linguagem enfatiza o peso do trabalho cotidiano, a sobrecarga e a responsabilidade excessiva jogada sobre poucos trabalhadores. Isso cria um discurso de resistência, mas também de fragilidade institucional.
------------------------------------	---	--	--

		guarita na área norte, a gente precisaria ter uma equipe maior de pessoas efetivas para que a gente possa trabalhar melhor essas fragilidades. (...) Apesar de eu ser a gestora, <u>eu não conseguiria fazer nada sem a equipe.</u>	
--	--	--	--

ANEXO 4- Análise da Entrevista com o Secretário do Meio Ambiente de Nova Iguaçu -
12/05/2025

Unidade de análise	Pergunta	Resposta	Análise
--------------------	----------	----------	---------

Percepção da Baixada Fluminense	O que é a Baixada Fluminense para você?	“Se a gente for pensar de forma isolada, <u>eu imaginava que a Baixada Fluminense poderia ser quase que um estado, porque a economia e o PIB daqui é altíssimo (...) então isso já coloca a gente em um destaque muito grande.</u> Porém como o processo de <u>ocupação da Baixada foi um processo de segregação e exclusão</u>, isso fez com que <u>ao longo dos anos a gente fosse moldado a não ter autoestima e a termos preconceito do que moramos.</u> (...) Há uma desconstrução ao longo dos anos para que não se haja esse pertencimento (...) se você pega hoje e pesquisa a Baixada você vai ver o cara que morreu no bar, o ônibus que bateu, quem morreu atropelado, só coisa ruim, não tem um trabalho da mídia para jogar a Baixada lá em cima. Diferente do Rio de Janeiro, que tem os mesmos problemas ou mais que aqui e o que é priorizado lá é o turismo, se você pesquisa você vai ver o Cristo Redentor, Copacabana, coisas que jogam o RJ lá em cima. (...) Então assim, eu consigo ter uma percepção muito boa da Baixada Fluminense e do que ela representa pra gente que mora aqui, mas com toda certeza eu sei que a população daqui não tem essa noção.”	→ Construção do "nós" e do "eles" • O entrevistado articula uma identidade coletiva da Baixada (nós, moradores), contraposta a um "outro" representado pela mídia e pelo Rio de Janeiro (capital). Essa oposição reforça a ideia de dominação simbólica, no sentido de Bourdieu. • A Baixada é apresentada como um território de resistência, que possui valor, mas que não é reconhecido nem por seus próprios habitantes: "eu sei que a população daqui não tem essa noção". Isso revela um conflito entre identidade vivida e identidade imposta. → Discurso como ferramenta de dominação simbólica • A crítica à mídia revela uma consciência da maneira como os discursos dominantes constroem realidades: se a Baixada só aparece na mídia em contextos de violência ou tragédia, isso se traduz em representações estigmatizadas que moldam a forma como os próprios moradores se veem.
--	--	---	---

			Um ponto muito forte da fala é a percepção de que a exclusão foi internalizada: "a gente foi moldado a não ter autoestima". Isso é fundamental para a ACD: a dominação mais eficaz é aquela que <i>não precisa mais de coerção direta, pois é reproduzida no cotidiano</i> pelas próprias pessoas dominadas pelo discurso. → O território, nesse discurso, não é apenas geográfico, mas também psicológico e simbólico: está em disputa o direito de existir, de pertencer, de ser reconhecido. Apesar da crítica imposta na fala do entrevistado, nota-se uma imagem de Baixada Fluminense como resistência e potencialidade → <u>“eu imaginava que a Baixada Fluminense poderia ser quase que um estado, porque a economia e o PIB daqui é altíssimo (...) então isso já coloca a gente em um destaque muito grande.”</u>
--	--	--	--

	Como definiria a Baixada Fluminense em termos ambientais e sociais?	“A Baixada, olhando socialmente (...) tem muita cultura, muitos artistas saem daqui, esses dias eu fui num evento gastronômico no qual o chefe era da baixada, aí você vai vendo, mas aí por exemplo lembrei de um estudo recente que nós fizemos sobre a questão de inundação do rio botas, e nós pegamos os dados do IBGE e começamos a fazer camadas,então pegamos assim o rio botas em um processo de, por exemplo, 200 mm de chuva e aí ele ia inundar, e foi sendo feito por cores: verde, amarelo e vermelho que seria o pior cenário, e quando você pega os afetados e vai pondo por exemplo: negros, mães solas, pessoas com a renda de um salário mínimo ou menos e então você vai colocando <u>em camadas e todas vão batendo que no melhor cenário de destruição todas essas pessoas são afetadas. no pior elas já estão mortas (...) e aí a gente vai vendo que até esse processo de ocupação aqui dentro ele também já foi direcionado pra isso, as pessoas com algum tipo de vulnerabilidade social foram colocadas em áreas de risco, na beira de rio em uma área de declividade acima de 45 graus, você vai olhando assim uma segregação também aqui dentro.</u>”	A estrutura discursiva é montada em binômios contrastivos: ● Parques da Baixada × Parques da região serrana ou sul-fluminense; ● População vulnerável × alocação de recursos públicos; ● Potencial e cultura da Baixada × invisibilidade institucional. Esses contrastes reforçam uma estrutura de exclusão sistemática, que não é acidental, mas intencional e historicamente construída. Racismo ambiental e vulnerabilidade como estrutura ● Ao citar os mapas de risco do Rio Botas e sobrepor camadas de raça, gênero e renda, o entrevistado produz um discurso sobre o racismo ambiental estrutural, evidenciando que a localização da população negra, pobre e de mães solas em áreas de risco não é casual, mas produto de decisões históricas e políticas.
--	---	---	--

		“E ambientalmente você também vê essa segregação quando enxerga uma outra situação: se você pegar todas as unidades estaduais que estão dentro da Baixada Fluminense <u>você vai vê que a destinação de recursos para essas unidades são menores.</u> Você pega o parque estadual do mendanha, a APA estadual do gericinó mendanha, a apa guandu – <u>que hoje é a única que tem conselho deliberativo, é uma das maiores, se não a maior APA que o estado tem e tá na Baixada</u>– e você pega a do alto iguaçu, todas essas, se você for olhar os recursos destinados para fazer a gestão dessas apas, tanto de pessoal quando de equipamento e tudo isso, você vê que não se compara, <u>pega um parque do cunhambebe, nitidamente, teve muito mais recurso que juntando todas essas unidades, dentro da Baixada Fluminense tem essa dificuldade.</u> (...) o Parnaso, por exemplo, hoje deve ter 50 ATAS (agente temporário ambiental) <u>e a Reserva Biológica do Tinguá se tiver 10 ou 15 é muito.</u> (...) a Rebio Tinguá que não pode entrar gente, deveria ter muito mais pessoal pra tomar conta, mas não é pensado dessa forma, ela sempre fica pra trás (...) <u>ano retrasado estávamos fazendo uma pesquisa dos recursos destinados de medida compensatória para reserva biológica do tinguá somado, na época, dava 22 milhões e aí vinha lá a descrição, tipo, regulação fundiária, compra de equipamento, pesquisa e aí se tu me perguntar hoje, 3 anos depois o'que realmente foi aplicado na reserva biológica do Tinguá? Nada,</u> praticamente nada, <u>o que tem lá hoje foi uma parceria com a CEDAE,</u> que fez aquela reforma, bonito do jeito que tá hoje no centro de visitantes, mas se não fosse a parceria não teria acontecido, porque o recurso mesmo, que vai pro ICMbio que deveria ser aplicado, não volta. <u>E Aí você vai vendo, tudo isso cria essa segregação, mas eu acho que pela vontade do povo da Baixada de querer lutar, de querer ser diferentes, isso nos destaca (...)</u>”	● A frase “no melhor cenário de destruição essas pessoas são afetadas, no pior elas já estão mortas” é especialmente potente: ela coloca a desigualdade como letal, revelando a necropolítica do território (Mbembe ,2018). Representação da Baixada como espaço de resistência ● Apesar da denúncia, o discurso também constrói uma identidade positiva da população da Baixada: → “Muita cultura”, “muitos artistas saem daqui”, “vontade de ser diferente”. → Esse traço ideológico recupera a Baixada como território de potência, criatividade e luta, desconstruindo a narrativa hegemônica que associa a região apenas à precariedade e violência. ● A estrutura “mesmo com tudo isso... a Baixada se destaca” configura um discurso contra-hegemônico, que busca reivindicar valor simbólico e político para um território historicamente subalternizado.
--	--	---	---

<i>Trajetória como Gestor e Secretário do Meio ambiente</i>	O senhor já atuou diretamente na gestão do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) e hoje está à frente da Secretaria de Meio Ambiente. Como essas duas experiências moldaram a sua visão sobre o meio ambiente?	“Então, quando eu estava como gestor do parque a minha visão acabava sendo meio limitada, porque o meu processo de estar ali era muito pessoal por ter crescido ali e ter tido a oportunidade de ser o gestor do parque e com todas as dificuldades que eu tinha eu acabava superando pela vontade de estar ali cuidando daquele local. Quando eu tenho a oportunidade de estar como secretário, começo a abrir meus olhos para outras coisas (...) lembro que assim que eu assumi, consegui fazer muitas coisas pelo parque em 6 meses (...) e estando aqui você começa a sentar e estar em mesas que decidem coisas e isso é muito legal, no meu segundo ano aqui eu consegui participar de uma reunião do estado onde iriam bancar (o estado) um plano de adaptação às mudanças climáticas (...) se eu tivesse no parque talvez não tivesse conseguido isso ou hoje nova iguaçu não tivesse conseguido isso. <i>Estar aqui é uma forma da gente brigar por recursos</i>, estar dentro do comitê do guandu, do comitê da guanabara. E nova iguaçu por ser, mesmo com todas as dificuldades, acabamos por ser uma referência para outros municípios e com isso a gente acaba tendo um pouco mais de palavra, tem muitos lugares que eu consigo ter voz, influenciar” “Estar aqui proporciona ter <u>um olhar mais amplo (...) você começa a ver que as secretarias do meio ambiente do Rio de Janeiro são os menores orçamentos</u>”	Visibilidade e voz como capital político: • “Estar em mesas que decidem coisas”, “conseguir ter voz”, “influenciar” são expressões que apontam para a centralidade da disputa por visibilidade política e por recursos. O entrevistado reconhece a lógica hierárquica dos espaços decisórios: quem está mais próximo do poder tem mais chances de ser ouvido. • Isso também revela o quanto o poder discursivo está condicionado à posição institucional, ou seja, a fala que circula e transforma políticas públicas depende do lugar de onde ela é proferida (Fairclough, 2001). Ao afirmar que “as secretarias do meio ambiente do RJ são as que têm os menores orçamentos”, há uma crítica direta à estrutura orçamentária do Estado, revelando uma marginalização institucional do tema ambiental.
--	--	---	--

			• A fala combina, portanto, um discurso de orgulho institucional (“somos referência”) com um lamento estrutural (“temos poucos recursos”), o que confere dupla valência ideológica: reforça a competência local enquanto denuncia a lógica de exclusão sistêmica. Essa fala revela uma construção discursiva potente sobre: → A ascensão do sujeito periférico (crescido no território, gestor afetivo) para o espaço político-institucional de influência; → A tensão entre ação local e formulação política em escala maior, mostrando que o ambiental é mais que técnica — é disputa por voz, visibilidade e pertencimento institucional; → A crítica à marginalização do meio ambiente como política pública, ao mesmo tempo em que se afirma uma identidade coletiva de resistência: Nova Iguaçu “vira referência”, mesmo com dificuldades.
--	--	--	--

<i>Percepções sobre a Baixada e seus impactos</i>	A visão muitas vezes estigmatizada da Baixada Fluminense influencia o tratamento dado às questões ambientais da região?	“Sim, aí tem a palavra, <i>racismo ambiental</i>, está claríssimo, como eu dei o exemplo das Unidades de Conservação, a gente pode olhar vários outros pontos, os investimentos de infraestrutura que não chega pra cá, uma série de coisas, uma série de programas que você de despoluição de rios, desassoreamentos de rios, o limpa rio funcionando muito bem nos locais de interesse do Rio, e pra cá você não vê com essa força né, esse interesse político de estar acontecendo. Então você <u>vê o racismo ambiental claramente</u>. E uma coisa mais clara ainda é você vê que hoje na conferência nacional você não teve um município da Baixada Fluminense com poder de voto. A gente foi pra estadual fomos votar, ganhamos, nova iguaçu ficou em quarto lugar na votação, mas uma manobra lá que eles falaram que erraram e nova iguaçu ficou de fora. E não botaram nenhum outro município.” “Nenhum município da Baixada Fluminense teve esse poder de voto lá na conferência (...)”	A escolha por iniciar com a afirmação direta “Sim, aí tem a palavra, racismo ambiental, está claríssimo...” revela um movimento discursivo forte, de ruptura com qualquer neutralidade. O uso da palavra <i>claríssimo</i> — com ênfase — assume um posicionamento firme e direto. Esse gesto discursivo evidencia o papel ativo do locutor como sujeito crítico que nomeia uma injustiça, em vez de apenas descrevê-la. Essa estratégia é típica em discursos que desafiam estruturas naturalizadas de poder, como aponta Fairclough (2001): a linguagem aqui atua não apenas para representar a realidade, mas para <i>intervê-la</i>, para desvelar o que está oculto. • O secretário não apenas relata fatos, mas também expressa indignação. Expressões como “<i>uma série de coisas</i>”, “<i>você não vê com essa força</i>”, “<i>esse interesse político</i>” sinalizam que o discurso é carregado de implicação subjetiva. Isso reforça que se trata de um agente social que ocupa uma posição contraditória: está institucionalmente situado (como secretário), mas também se alinha ao povo da Baixada em sua crítica às estruturas que os marginalizam.
--	---	---	---

			→ A ACD identifica esse tipo de enunciação como <i>posicionamento híbrido</i> — aquele que transita entre o lugar do poder e da resistência, uma tensão comum em atores que representam territórios periféricos dentro de instituições historicamente excludentes.
<i>Políticas públicas e gestão ambiental</i>	Como é o diálogo entre a Secretaria de Meio Ambiente e outras instâncias governamentais ou instituições para abordar as questões ambientais da região?	“Hoje o que a gente faz, por exemplo, pra outras responsabilidades, a assistente social ajuda muito a gente. A secretaria não é só do meio ambiente, mas da agricultura também, então na parte da agricultura, aqueles agricultores que a gente conseguiu fazer o cadastro de agricultura familiar e já tá produzindo de forma organizada, tudo certinho com nota fiscal ele já tá conseguindo vender para uma cesta dentro da assistência social que é entregue para pessoas com insegurança alimentar. Então assim, já ajudam bastante a gente nisso, <i>a fazer essa roda girar</i>.” “Outra secretária que ajuda bastante a gente é a de serviços públicos, como? por exemplo os aceros que a gente faz, antes a gente fazer na roçada, demora muito, hoje o cara me coloca uma máquina, então em um dia o cara faz o que o roçador faz em uma semana (...) então a gente ganhou muito tempo (...) graças a essa secretaria que deixou a máquina a disposição pra gente fazer isso.” “A secretaria de educação que tá junto com a gente no PROMEIA, e é importantíssima essa parceria, então a gente consegue entrar nas escolas fazer o trabalho de Educação ambiental graças a essa parceria (...) esse abrir as portas, não é fácil.”	A fala do Secretário revela que não tem como trabalhar sozinho: • “Então assim, já ajudam bastante a gente nisso, <i>a fazer essa roda girar</i>.” Esse discurso aponta para uma rede de colaboração, algo que faz esse sistema funcionar, ou como dito por ele, essa “roda girar”. Ao invés de reivindicar autonomia institucional, o secretário celebra os apoios recebidos, justamente por essa visão de que se “isolar” não é a chave para uma boa gestão.
<i>Participação social e sustentabilidade</i>	Como a Secretaria tem trabalhado para engajar a população local em iniciativas de	“Vou te falar, eu acho que assim, a gente intensificou e tem intensificado a Educação ambiental. Quando eu cheguei aqui peguei um relatório dos últimos 7 anos, e <u>nesses últimos 7 anos a secretaria só tinha atendido 3 mil 700 e pouquinho de crianças atendidas com EA formal</u>. Aí você pensa em 7 anos? e tudo bem, teve a pandemia, vamos tirar 2 anos, ainda são	A presença do salto numérico no discurso nos revela uma narrativa de “resolução” de uma problemática anterior. Nota-se uma fragilidade na secretaria em períodos anteriores. → “<u>nesses últimos 7 anos a</u>

preservação ambiental e sustentabilidade ?

5 anos. (...) e daquilo ali mais da metade tinha sido o parque que tinha recebido as crianças lá, então eu falei po a metodologia aplicada é uma metodologia que a gente não tá conseguindo chegar onde deveríamos chegar. Um gestor tem que pensar nisso também. e qual era a logística? primeiro que tínhamos que depender de um ônibus, e aí esse ônibus era por agendamento da secretaria, aí a gente conseguiu um ônibus da são josé, vera cruz e linave, essas três empresas disponibilizaram por semana cada um às quartas feiras deixavam um ônibus a disposição e mesmo assim não conseguimos levar uma escola inteira, então olha o tempo que eu gastaria pra levar toda uma escola lá no parque, mais de um mês dependendo de quantas turmas tivesse. (...) então a gente vai ter que fazer diferente, aí eu fui e falei com a secretaria de educação e pedi uma autorização pra fazer uma intervenção na escola, preciso chegar com o meu material e com a minha equipe dentro da escola e fazer o trabalho na escola, e esse trabalho de ir a unidade de conservação seria um bônus, o professor ia analisar quem mais interagiu e se interessou e aí iam pegar os mais interessados ia fazer uma turma mesclada e aí sim poderia ir pro Parque, para reserva, pra ETA guandu, que são nossos principais parceiros. E vou te falar, no primeiro ano, nós pulamos de 3 mil e pouco pra mais de 26 mil crianças atendidas. Entendeu? e com uma devolutiva muito boa. (...) mas e a qualidade, será que foi uma qualidade boa? aí a gente via as professoras devolvendo pra gente, porque como a gente faz? temos um agendamento, o nome da escola, o número da diretora, a gente liga e entende como é a escola e os problemas da escolas, e quando vamos levar os materiais e a EA para a escola a gente já trabalha com a realidade específica daquela escola, com as problemáticas ambientais que estão no dia a dia do aluno. (...)” “nisso a gente começou a entrar querendo ou não na Educação Ambiental não formal, porque esse aluno ia pra casa e replicava o que ele aprendeu, e aí você já forma uma rede (..) esse ano a ideia é chegar as 63 mil crianças atendidas”
“outra coisa que a gente também fez

secretaria só tinha atendido 3 mil 700 e pouquinho de crianças atendidas com EA formal.”

É possível perceber no discurso a necessidade de adaptação dos conteúdos, sabendo que cada escola tem uma realidade diferente, e da metodologia aplicada, para alcançar mais alunos.

→ E vou te falar, no primeiro ano, nós pulamos de 3 mil e pouco pra mais de 26 mil crianças atendidas.

Esta fala está impregnada de uma educação ambiental não formal, mesmo sem perceber, o secretário incentiva *a participação popular* em questões ligadas ao território.

“toda vez que pegava fogo na serra, e aí uma serie de criticas né “a prefeitura não faz nada”, e aí ficar perdendo tempo explicando que fogo é responsabilidade do bombeiro não da prefeitura a gente é só uma força auxiliar caso haja a necessidade de ser acionado, mas não é o que acontece, hoje é a gente que vai pro primeiro combate e isso começou a capacitar as pessoas(...)”

→ A capacitação da população para lidar com questões do seu território pode aguçar uma certa **autonomia** e um senso de **pertencimento** e **representatividade** com o **território em que vive**

		recentemente é a questão dos voluntários de brigada de incêndio (..) <u>toda vez que pegava fogo na serra, e aí uma serie de criticas né “a prefeitura não faz nada”</u>, e aí ficar perdendo tempo explicando que fogo é responsabilidade do bombeiro não da prefeitura a gente é só uma força auxiliar caso haja a necessidade de ser acionado, mas não é o que acontece, hoje é a gente que vai pro primeiro combate <u>e isso começou a capacitar as pessoas</u>, então a gente acabou criando uma rede de pessoas que entenderam o que é um incêndio florestal, entenderam como que ele acontece na serra né de forma criminosa e entenderam seu papel como cidadão né de não achar aquilo comum, denunciar mas entendendo a quem denunciar e de que forma denunciar. A resposta tem sido muito mais rápida, porque essa rede é grande, tem gente de tudo quanto é lugar de Nova Iguaçu, e aí o que acontece bradou um incêndio em tinguá, no grupo lá dos voluntários alguém já tá colocando um alerta e às vezes a gente consegue dar uma resposta muito mais rápida, o que antes a gente só ia ver na rede social no outro dia. (...)”	
Quais desafios o senhor identifica na mobilização da sociedade civil para a preservação dos recursos naturais da região?	“Eu acho que de cara seria a <u>união</u>, mas essa união a política acaba atrapalhando um pouco. Hoje eu ousaria te dizer que <u>se o governador do Rio de Janeiro fosse alguém da Baixada, eu acho que a baixada seria vista de outra forma, isso sem dúvidas</u>. (...) aí você vai dizer assim, mas por que tu acha isso? teve um momento durante esse processo político que a gente teve um subsecretário de turismo que era da Baixada Fluminense (de nova iguaçu) esse subsecretário nos ajudou a gente ter hoje o que é a baixada verde, lá atrás quando o secretário da época criou essa baixada verde, ele não tirou da cabeça dele, tinha alguém por tras ali falando “cara a baixada tem coisa, olha isso aqui” então é isso (..) não lembro qual foi o ano, mas deve ter sido a uns dois anos, que tivemos um subsecretário do meio ambiente do estado que era da Baixada fluminense, com ele a gente conseguiu por exemplo a floresta do amanhã para Nova Iguaçu, equipamentos, porque tinha esse olhar pra baixada (...)”	A narrativa do discurso do secretário nos mostra uma visão de falta de representatividade da Baixada nas instâncias políticas. → <i>Eu acho que hoje a gente ocupar um lugar de destaque, de poder da caneta, a gente conseguiria mudar isso.</i> ● A falta de uma construção de uma narrativa positiva pelos que estão nos cargos de poder, a falta de uma autonomia discursiva. E essa falta atrapalha, segundo o entrevistado, a união efetiva da população, pela falta de representatividade. → <u>Mais vozes para construir uma</u>	

		<i>“Eu acho que hoje a gente ocupar um lugar de destaque, de poder da caneta, a gente conseguiria mudar isso”</i>	<u>narrativa negativa do que vozes para construir uma positiva.</u>
	O senhor acredita que a participação popular pode ser um caminho para fortalecer a gestão ambiental na região?	“Fundamental, se não tiver a população entendendo o que o poder público tá fazendo – porque muitas vezes parece que o poder público está distante e na verdade a gente tá trabalhando pra sociedade – <u>então é a mesma coisa que você me botar pra trabalhar pra você e não ficar de olho né, ter essa capacidade de cobrar (...) a gente nada mais é do que funcionários da população</u>, a população tem que tá olhando, entendendo, olhando o portal da transparência, querendo saber. Hoje os conselhos consultivos são canais de você conseguir acessar mais coisas (...)” “Então com certeza, a população tem que tá não só dentro desses espaços, mas acessando o portal da transparência, indo na ouvidoria, fazendo perguntas, pra entender como funciona isso, questionando decisões, indo na câmara. Os vereadores estão lá porque votaram, votaram e nem sabem o que o vereador tá fazendo, entendeu? tem que ir lá, vê que leis são essas, quem tá propondo o que? <u>porque o impacto sempre vai ser na população, tanto negativo quanto positivo</u>“	A fala do secretário constrói uma narrativa em que a participação popular é colocada como central. → <u>porque o impacto sempre vai ser na população, tanto negativo quanto positivo</u> Segundo a fala do secretário do Meio Ambiente, a população muitas vezes não se envolve ou não busca acompanhar as ações desenvolvidas nas instâncias políticas, o que acaba contribuindo para que esses sujeitos não saibam o que pode ou deve ser cobrado, nem tenham clareza sobre o que está sendo feito. No entanto, é importante destacar que esse distanciamento não se dá de forma espontânea ou por desinteresse puro e simples: há uma série de barreiras – materiais, simbólicas e estruturais – que atravessam a vida da população e dificultam o acesso às informações, aos espaços de participação e ao próprio debate público.